



MÉDIO TEJO

COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL



Opções do Plano
e Orçamento

2015

Índice

1. ENQUADRAMENTO	3
2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	5
OBJETIVO ESTRATÉGICO 1: VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS E DO POTENCIAL TURÍSTICO	5
OBJETIVO ESTRATÉGICO 2: INCORPORAÇÃO DE VALOR NA ATIVIDADE EMPRESARIAL	6
OBJETIVO ESTRATÉGICO 3: PROMOÇÃO DA COESÃO E DA QUALIDADE DE VIDA	6
OBJETIVO ESTRATÉGICO 4: CONSOLIDAÇÃO DA MASSA CRÍTICA URBANA	7
OBJETIVO ESTRATÉGICO 5: GOVERNAÇÃO INTELIGENTE E MULTIDIMENSIONAL	8
3. PROJETOS	9
3.1 LISTAGEM DOS PROJETOS E ATIVIDADES	9
3.2 FICHAS DE PROJETO	11
3.3 PROJETOS – RESUMO DAS ATIVIDADES PARA 2015	32
4. RECURSOS HUMANOS	36
5. ENQUADRAMENTO FINANCEIRO	40
5.1 QUOTIZAÇÃO	40
5.2 PROJETOS – INVESTIMENTO 2015	41
5.3 PROJETOS – CRITÉRIOS DE IMPUTAÇÃO	42
5.4 PROJETOS – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA SOLICITADA AOS MUNICÍPIOS	43
5.5 ANÁLISE FINANCEIRA	44
6. ANEXOS	47
6.1 MAPA DE PESSOAL	48
6.2 ANEXO AO MAPA DE PESSOAL	50
6.3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO	64
6.4 PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	71
6.5 ATIVIDADES MAIS RECENTES	75
6.6 ORÇAMENTO - RESUMO	81
6.7 ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA	83
6.8 ORÇAMENTO - RESUMO POR CAPÍTULO	92
6.9 ORÇAMENTO - RESUMO POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	94
6.10 ORÇAMENTO - RESUMO POR CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	99
6.11 ORÇAMENTO (VALOR EM GOP E EXTRA-GOP)	101

1. Enquadramento

As Opções do Plano e Orçamento para 2015 apresentam-se num **contexto de transição de ciclo**, em que decorre a **consolidação e conclusão de alguns projetos intermunicipais que se encontram em execução no âmbito do QREN**, e simultaneamente se avança com a **operacionalização da estratégia futura do Médio Tejo para o período de programação estrutural 2014-2020**.

Também, com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que aprova o estatuto das entidades intermunicipais e que vem reforçar as NUTS III como espaço territorial pertinente para o desenvolvimento de políticas públicas, constitui-se o **desafio de capacitação para assumir novas competências que se perspetivam para as CIM**.

Neste contexto, e perante a estratégia de desenvolvimento de base territorial para a região do Médio Tejo 2014-2020, que tem vindo a ser construída no quadro das orientações europeias, nacionais e regionais, **os objetivos de médio prazo da CIMT decorrem das cinco orientações estratégicas do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Médio Tejo 2014-2020** (Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico, Incorporação de valor na atividade empresarial, promoção da coesão e da qualidade de vida, Consolidação de massa crítica urbana e Governança inteligente e multidimensional).

Considerando as orientações comunitárias para o próximo período de programação estrutural, que incentivam a lógica das parcerias e o recurso às abordagens territoriais integradas, a atividade da CIMT no ano de 2015 terá um **enfoque especial na preparação, com os parceiros regionais, dos instrumentos de operacionalização do novo quadro comunitário**, bem como na **dinamização de uma rede de governação com os principais parceiros envolvidos na construção da estratégia territorial** para implementação dos projetos, investimentos e iniciativas.

Ainda, perante a **conjuntura de incertezas**, que decorre da existência de uma **apreciável diversidade de instrumentos regulamentares** de concretização das abordagens integradas de desenvolvimento territorial que **carecem ainda de melhor explicitação dos seus termos concretos de operacionalização**, a atuação da CIMT durante o ano de 2015 deverá **incorporar os necessários ajustamentos que se justifiquem pertinentes para o desenvolvimento da região**, no contexto das orientações e regras que vierem a ser definidas por parte dos órgãos de governação do Portugal 2020.

Em suma, as atividades previstas para este ano dizem respeito a **projetos enquadrados em candidaturas aprovadas no âmbito do QREN, e cuja conclusão deverá ser garantida durante o ano de 2015**, e também alguns **novos projetos que se prevê iniciar no âmbito da operacionalização da estratégia de desenvolvimento 2014-2020**.

Refere-se como projeto de maior execução financeira prevista para este ano, o **Médio Tejo On-Line**, apoiado pelo Programa Operacional Fatores de Competitividade, no âmbito do QREN.

Também os projetos **Médio Tejo - Gestão em SIG, Afirmação Territorial e EM_REDE**, apoiados pelo Programa Operacional Regional do Centro, têm conclusão prevista em 2015, prevendo-se ainda **ações de continuidade destes projetos para o próximo quadro comunitário de apoio**, tal como para o projeto **Melhoria da Mobilidade - Transporte a Pedido no Médio Tejo**, que beneficiou de apoio no âmbito do Programa Operacional Temático Valorização do Território.

No que se refere a **novos projetos/subprojetos**, que se prevê que possam ser enquadrados em candidaturas a apresentar no âmbito do novo quadro comunitário de apoio, durante o ano 2015, no contexto da operacionalização da estratégia de desenvolvimento do Médio Tejo, salientam-se as iniciativas no âmbito do **Marketing Territorial e Programação Cultural, Em_REDE II, Educação de Excelência, Unidades Móveis de Saúde, Observatório da Mobilidade, Estrutura Regional de Caminhos e Ciclovias, Apoio à Modernização Administrativa 2020, Gestão Integrada do Território, Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas e Monitorização Ambiental**. Prevê-se, também, a participação em iniciativas de cooperação Europeia, como o projeto **APHELEIA**.

Em continuidade com o que tem vindo a ser feito em anos anteriores, prevê-se ainda assegurar as iniciativas intermunicipais no âmbito da **Formação para a Administração Local** e no âmbito da **Segurança e Saúde no Trabalho**.

Projetos Apoiados no âmbito do QREN:

- ❖ Afirmação Territorial do Médio Tejo
- ❖ Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede (EM_REDE)
- ❖ Transporte a Pedido
- ❖ Médio Tejo On-line
- ❖ Médio Tejo - Gestão em SIG
- ❖ Fornecimento de Estudos de Identificação e Caracterização de Risco
- ❖ GEFOR - Gestão da Formação
- ❖ QREN - Apoio e Contratualização

Novos Projetos / Subprojetos de Operacionalização da Estratégia Médio Tejo 2020:

- ❖ Marketing Territorial
- ❖ Programação Cultural / Formação de Novos Públicos
- ❖ APHELEIA (Programa ERASMUS+)
- ❖ Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede II
- ❖ Educação de Excelência no Médio Tejo
- ❖ Unidades Móveis de Saúde
- ❖ Observatório da Mobilidade e Sistema Integrado de Transportes
- ❖ Estrutura Regional de Caminhos e Ciclovias e Promoção dos Modos Suaves
- ❖ Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo
- ❖ Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Pólo de Abrantes
- ❖ Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Monitorização
- ❖ Apoio à Modernização Administrativa Local 2020
- ❖ Gestão e Ordenamento do Território
- ❖ Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas
- ❖ Monitorização Ambiental

2. Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos que pautam a atividade da Comunidade Intermunicipal **decorrem diretamente das orientações constantes do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Médio Tejo** para o período de programação estrutural 2014-2020, que sucintamente se descrevem abaixo, e que dão suporte aos projetos e atividades dos diversos serviços da CIMT.



Objetivo Estratégico 1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico

A **valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico** são diretrizes assumidas como determinantes para o desenvolvimento territorial, económico, social e ambiental da região do Médio Tejo, justificada pela **grande diversidade de valências endógenas regionais**, tais como os **recursos agrícolas e florestais, o património natural, religioso e edificado, a história, a tradição e a cultura**.

A valorização económica dos recursos endógenos da região e do seu potencial turístico deve ser prosseguida numa **perspetiva indissociável das questões da sustentabilidade**, e cujos desafios estratégicos assentam:

- o num território “verde” e “azul” que preserve a biodiversidade, garanta a qualidade ambiental e aposta nas energias renováveis e em soluções de otimização energética;
- o numa base ecológica à qual se acrescenta conhecimento e promove o desenvolvimento dos setores agrícola e florestal;
- o numa efetiva diversificação da fileira de atividades ligadas ao mundo rural e natural;

- o num turismo de qualidade baseado em produtos turísticos organizados;
- o numa projeção nacional e internacional das potencialidades intrínsecas ao território; e
- o num definitivo reforço da identidade regional e da consolidação do segmento turístico do Médio Tejo, pelo avivamento histórico-cultural, do património edificado e natural e dos recursos endógenos, onde a bacia do Tejo e Zêzere assume protagonismo.

Objetivo Estratégico 2: Incorporação de valor na atividade empresarial

A estratégia de desenvolvimento da região incorpora as orientações de **reforço das políticas públicas no sentido de uma maior articulação com o tecido empresarial**, onde se mostra essencial a criação e sustentação de **dinâmicas de cooperação em rede** que promovam o **desenvolvimento e transferência de tecnologia e a partilha de conhecimento**, no quadro da especialização inteligente preconizada pela estratégia europeia.

Neste contexto de afirmação do Médio Tejo como um território competitivo e empreendedor, enquadram-se iniciativas que concorram para a melhoria da competitividade do tecido económico da região, privilegiando intervenções direcionadas para a **promoção de vantagens de localização empresarial**, assentes na criação e **reforço de competências** relevantes, na dinamização de um **ambiente de inovação** e na **promoção do empreendedorismo**, que **alavanquem a criação de emprego e riqueza** na região, tendo por base:

- o as vantagens de localização empresarial e a eficiência coletiva resultante da gestão integrada das áreas de acolhimento empresarial e dos serviços empresariais;
- o a diversificação da base económica e a extensão das cadeias de produção para um tecido empresarial mais forte;
- o a aposta na qualificação do capital humano adequando-o às necessidades reais das empresas; e
- o um compromisso regional de parcerias e de partilha de conhecimento e promoção da inovação, com uma orientação definitiva para a internacionalização das empresas.

Objetivo Estratégico 3: Promoção da coesão e da qualidade de vida

A promoção da coesão e da qualidade de vida constitui um imperativo estratégico que concorre para o desenvolvimento da região do Médio Tejo, naquilo que se prende com a estruturação de funções modernas que proporcionem **melhores vivências** aos atuais residentes e **umentem a atratividade global da região**. A promoção da coesão e da qualidade de vida ganha pertinência particular numa **região extensa e heterogénea que tem vindo a perder população a um ritmo preocupante**, com consequências mais visíveis no **esvaziamento das zonas rurais**, onde o fenómeno cada vez mais intenso de **envelhecimento e as assimetrias territoriais** colocam desafios consideráveis para a **construção de um território coeso e inclusivo**.

Incorpora a preocupação na **articulação dos agentes e competências do território** enquanto mecanismo de melhoria do **combate à pobreza e de promoção da inclusão**, enquadrando intervenções que visam **melhorar o acesso e a cobertura dos serviços de saúde e educação prestados às populações**, bem como garantir as **condições de mobilidade interna que mitiguem as assimetrias territoriais** que se verificam atualmente.

Esta orientação estratégica assume o objetivo geral do cumprimento dos primados da coesão e sustentabilidade, em sentido lato, o que confluí para elementos tão diversos quanto:

- a garantia das condições de coesão e de convergência conjunta da região alicerçada na trajetória positiva dos diferentes polos urbanos e rurais;
- a resiliência e valorização criativa da sustentabilidade económica do mundo rural;
- a garantia de uma oferta diferenciada e atrativa de serviços às famílias;
- o desenvolvimento de uma economia social que responde aos novos desafios sociais;
- a promoção da empregabilidade;
- a valorização e rentabilização de investimentos já realizados.

Objetivo Estratégico 4: **Consolidação da massa crítica urbana**

A orientação estratégica de consolidação da massa crítica urbana parte do reconhecimento da necessidade de **consolidação económica, social e ambiental dos núcleos residenciais** da região do Médio Tejo. Este aspeto ganha relevância no contexto da **proximidade geográfica existente entre as cidades, vilas e outros polos urbanos da região**, que apresentam vocações predominantemente complementares do ponto de vista funcional, e configura um **desafio de afirmação de uma cidade média efetivamente organizada em constelação urbana**.

A aposta dirigida à **melhoria do ambiente urbano** é crucial, dando-se especial relevo à **regeneração, reabilitação e animação das centralidades regionais**, concedendo primazia à diferenciação pela **inovação e criatividade urbana** e incidindo em vetores como:

- a consolidação de uma constelação urbana traduzida num sólido, atrativo e complementar contínuo urbano, integrador dos polos residenciais rurais;
- a promoção de uma mobilidade policêntrica e sustentável que permita os “diversos acessos” aos frequentadores da região;
- a criação de polos urbanos com potencial humano e economicamente dinâmicos;
- a providência de uma oferta equilibrada e diversificada de habitat;
- a aposta na criatividade e inovação urbana.

Objetivo Estratégico 5: **Governança inteligente e multidimensional**

A orientação estratégica governação inteligente e multidimensional valoriza a pertinência de **promover a eficiência da gestão e da administração do território**. Instituir mecanismos concretos de execução de projetos suportados em **lógicas de cooperação**, que promovam a articulação de competências repartidas entre entidades com funções complementares e que fomentem a **capacidade de otimização das respostas a fornecer à população**, é uma exigência que se impõe à região e aos seus agentes económicos e sociais.

Neste contexto, deverão ser assumidas **lógicas de governação verdadeiramente supramunicipais**, ancoradas em **projetos inovadores de gestão e monitorização das dinâmicas do território** e promovendo uma aproximação entre os serviços públicos prestados e os agentes económicos, sociais e institucionais, através da **modernização administrativa** que contribua para a desburocratização dos processos e para a **redução de custos de contexto**. Enquadra o desenvolvimento de iniciativas visando:

- promover o suporte técnico e operacional de um modelo supramunicipal de gestão do território;
- aprofundar soluções de promoção da eficiência no relacionamento e nos serviços prestados aos cidadãos e às empresas;
- promover uma gestão territorial inovadora de escala supramunicipal, cujo processo de tomada de decisão seja suportado pelo primado da informação e das conseqüentes recomendações resultantes na otimização de investimentos e intervenções.

3. Projetos

3.1 Listagem dos Projetos e Atividades

As atividades previstas para este ano dizem respeito à continuidade e conclusão dos projetos enquadrados pelo QREN e também alguns novos projetos que se prevê iniciar em 2015, no âmbito da operacionalização da estratégia de desenvolvimento 2014-2020. Abaixo a listagem de projetos e descrição das atividades que se preveem desenvolver.

Objetivos Estratégicos	Projetos e Subprojetos
OB1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	1. Afirmação Territorial do Médio Tejo
	1.1 Promoção e Divulgação
	1.2 Promoção do Turismo
	1.3 Marketing Territorial
	1.4 Programação Cultural / Formação de Novos Públicos
OB2: Incorporação de valor na atividade empresarial	2. APHELEIA (Programa ERASMUS+)
	3. Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede (EM_REDE)
	3.1. Ação 1
	3.2 Ação 2
	4. Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede II
OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	4.1 Promoção do Empreendedorismo
	4.2 Empreendedorismo Social
	5. Educação de Excelência no Médio Tejo
	5.1 Promoção da Cultura Científica Junto das Comunidades Escolares
	5.2 Estratégia Regional de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar
OB4: Consolidação de massa crítica urbana	5.3 Carta Educativa Regional
	6. PIAL - Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local
	7. Unidades Móveis de Saúde
	8. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo
	8.1 Transporte a Pedido
OB5: Governação inteligente e multidimensional	8.2 Observatório da Mobilidade e Sistema Integrado de Transportes
	8.3 Estrutura Regional de Caminhos e Ciclovias e Promoção dos Modos Suaves
	9. Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo
	10. Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Pólo de Abrantes
	11. QREN - Apoio e Contratualização
	12. Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Monitorização
	12.1 Investimento Territorial Integrado e Monitorização do PED
	12.2 Pacto para a Empregabilidade
	13. Médio Tejo On-line
	13.1 Serviços Online - Faturação Eletrónica
	13.2 Serviços Online - Plataforma de Educação
	13.3 Serviços Online - Aplicações de Negócio
	13.4 Compras Públicas - Central de Compras
	13.5 Reestruturação das Infraestruturas Tecnológicas
	13.6 Gestão Documental
	13.7 Aplicações ERP
	14. Modernização Administrativa - Outros Projetos
	14.1 Programa de Licenciamento em Volume "Enterprise Ageement"
	14.2 Aquisição de Software
	14.3 Aquisição de Hardware para Reestruturação Tecnológica
	15. Apoio à Modernização Administrativa Local 2020
	16. Médio Tejo - Gestão em SIG
	16.1 Atualização e Retificação de Cartografia 10k
	16.2 Sistemas de Informação Territorial 2
	17. Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial
	17.1 Gestão e Ordenamento do Território
	17.2 Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas
	17.3 Monitorização Ambiental
	17.4 Infraestrutura Tecnológica - Hardware e Software
	17.5 Apoio Técnico
	18. Fornecimento de Estudos de Identificação e Caracterização de Risco
	19. GEFOR - Gestão da Formação
	19.1 Formação da Administração Local
	19.2 Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas
	19.3 Estágios Curriculares e Profissionais
	20. Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho
	20.1 Saúde no Trabalho
	20.2 Segurança e Higiene no Trabalho

As atividades e projetos intermunicipais a desenvolver no ano de 2015 têm enquadramento na estratégia de desenvolvimento da região, incorporando ações que visam contribuir para a concretização das orientações estratégicas definidas para o Médio Tejo 2020. Abaixo apresenta-se matriz indicativa do contributo dos projetos e atividades a desenvolver para a estratégia regional, considerando o respetivo encaixe principal no objetivo estratégico e também o contributo significativo em outros objetivos estratégicos.

Contributo dos Projetos Intermunicipais para os Objetivos Estratégicos Médio Tejo 2020					
Projetos	OB1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	OB2: Incorporação de valor na atividade empresarial	OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	OB4: Consolidação de massa crítica urbana	OB5: Governança inteligente e multidimensional
1. Afirmação Territorial do Médio Tejo	●		○	○	
2. APHELEIA (Programa ERASMUS+)	●	○			
3. Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede (EM_REDE)	○	●	○		
4. Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede II	○	●	○		
5. Educação de Excelência no Médio Tejo			●	○	
6. PIAL - Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local	○		●		
7. Unidades Móveis de Saúde			●	○	
8. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo			○	●	
9. Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo	○		○	●	
10. Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Pólo de Abrantes			○	●	
11. QREN - Apoio e Contratualização					●
12. Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Monitorização	○	○	○	○	●
13. Médio Tejo On-line					●
14. Modernização Administrativa - Outros Projetos					●
15. Apoio à Modernização Administrativa Local 2020					●
16. Médio Tejo - Gestão em SIG	○			○	●
17. Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial	○		○	○	●
18. Fornecimento de Estudos de Identificação e Caracterização de Risco	○		○		●
19. GEFOR - Gestão da Formação		○			●
20. Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho					●

● Enquadramento principal
 ○ Enquadramento complementar

3.2 Fichas de Projeto

PROJETO 1

AFIRMAÇÃO TERRITORIAL DO MÉDIO TEJO

2011-2018

INVESTIMENTO 2015: 256.126,47€

INVESTIMENTO TOTAL : 1.610.354,99€

(NÃO DEFINIDO: 85.000,00€)

O objetivo principal do projeto consiste na Afirmação Territorial da região do Médio Tejo, através da promoção, divulgação e perpetuação das competências e recursos endógenos do território, com enfoque na promoção do turismo, na utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação como instrumento e suporte essencial à projeção do Médio Tejo, no marketing territorial como ferramenta estratégica e na aposta na programação cultural e na formação de novos públicos.

SUBPROJETO 1.1

PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO

Esta componente engloba as atividades que permitirão dar a conhecer a existência do Projeto e dos produtos desenvolvidos no seu âmbito. Encontram-se incluídos nesta componente os “Sítios Autárquicos do Médio Tejo” (13 sítios autárquicos e 3 sítios regionais - Portais Regional, do Empreendedor e do Turismo), na medida em que os mesmos se configuram como meios de comunicação indispensáveis à promoção e divulgação da região.

Ações a implementar:

- Aquisição de software de design;
- Formação em gestão dos Sítios Autárquicos;
- APP Mobile – “Descubra” - 13 Aplicações Móveis com informação turística diversa para os 13 concelhos do Médio Tejo.

SUBPROJETO 1.2

PROMOÇÃO DO TURISMO

A CIMT pretende promover a valorização turística do património e a sustentabilidade dos seus recursos endógenos, fomentando a criação, programação e fruição desses recursos, para viabilizar um desenvolvimento turístico baseado em produtos turísticos qualificados e sustentáveis. Pretende-se assim reforçar a visibilidade do Médio Tejo, e contribuir para a afirmação desta região enquanto destino turístico competitivo.

Ações a implementar:

- Aquisição de material de promoção turística;
- Ações de promoção e divulgação.

SUBPROJETO 1.3

MARKETING TERRITORIAL

O objetivo principal do projeto consiste no processo de promoção territorial do Médio Tejo, em alinhamento com as políticas europeias, nacionais e regionais, que tem como finalidade última o desenvolvimento local, através da promoção, divulgação e perpetuação das competências e recursos endógenos do território no seu conjunto, com enfoque nas vertentes da promoção do sector do Turismo, por forma a potenciar o desenvolvimento socioeconómico da região.

Promovendo a mobilização dos recursos, divulgando as especificidades do território, e difundindo as suas principais potencialidades, este projeto pretende igualmente tirar partido dos trabalhos desenvolvidos no projeto intermunicipal “Afirmação Territorial do Médio Tejo”, de modo a que esta região se possa afirmar com base nas suas capacidades diferenciadoras enquanto vantagem competitiva.

Esta componente engloba o planeamento, desenvolvimento e execução de ações ao nível do marketing territorial, enquanto processo de promoção territorial da região do Médio Tejo, com o necessário realinhamento estratégico e a devida articulação com o Plano de Marketing da Entidade Regional de Turismo do Centro, bem como com o Plano Estratégico Nacional do Turismo. Entre as atividades previstas incluem-se:

- Plano de Marketing Turístico do Médio Tejo
- Plataforma Agenda e Programação Artística do Médio Tejo
- Participação em feiras, nomeadamente na BTL – Feira Internacional de Turismo

- Valorização da identidade do Médio Tejo e das especificidades locais
- Participação em redes nacionais e internacionais
- Realização e participação em eventos nacionais e internacionais

SUBPROJETO 1.4

PROGRAMAÇÃO CULTURAL / FORMAÇÃO DE NOVOS PÚBLICOS

Esta componente incide sobre a componente cultural, trabalhada em sintonia com a lógica do Acordo de Parceria 2014-2020, nomeadamente através da realização de intervenções de promoção e desenvolvimento ao nível da cultura, as quais deverão estar devidamente enquadradas em estratégias de promoção turística. Desta forma, pretende-se desenvolver projetos culturais inseridos no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento turístico, devendo as atividades culturais ser pensadas numa lógica de mercado, para que possam ser rentabilizadas com evidente retorno para o território.

Por outro lado, pretende-se o desenvolvimento de ações de animação e programação cultural ou de organização de eventos que apresentem potencial de captação de fluxos turísticos, que sejam de iniciativa de entidades públicas e que estejam enquadrados numa estratégia de promoção turística.

O ano de 2015 servirá como ano de estudo para definição da atuação da CIMT neste âmbito de intervenção, estando previsto o desenvolvimento de parcerias de âmbito regional, nacional e internacional, com o objetivo de que as mesmas possam vir a proporcionar uma projeção mediática da região.

Entre as atividades previstas:

- Ações de programação, cooperação e dinamização cultural
- Estabelecimento de parcerias estratégicas de âmbito regional, nacional e internacional
- Ações de sensibilização e formação de novos públicos
- Ações de capacitação dos Agentes Culturais

PROJETO 2

APHELEIA (PROGRAMA ERASMUS+)

2015-2017

INVESTIMENTO 2015: 4.520,00€

INVESTIMENTO TOTAL : 11.095,00€

O Projeto APHELEIA foi aprovado no âmbito do Programa Comunitário “ERASMUS +” e tem como objetivo estratégico estruturar um conjunto convergente de ferramentas que irão fomentar a necessidade de uma integração adequada da Gestão Cultural da Paisagem (enraizado no entendimento humano e transportada para uma governação através da consciência e do pensamento crítico) para o fomento da Sustentabilidade Local e Global (abordando os grandes dilemas globais, mas também focado nas necessidades locais individuais).

Chefe de Fila: IPT – Instituto Politécnico de Tomar

Parceiros: CIMT - Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Município de Mação, Instituto Terra e Memória - Centro de Estudos Superiores de Mação, Benefits & Profits, Lda., Universite Jean Monnet, Vilniaus Universitetas, Universita Degli Studi di Ferrara, Centro Universitario Europeo per i Beni Culturali, Friedrich-Schiller-Universitat Jena, Museum National D'histoire Naturelle, Vysoke Ucení Technické v Brně, Universidad de Extremadura, Lietuvos Nacionalinė Martyno Mazvydo Biblioteka, Herity-dri e Universidade de Coimbra,

Ações a desenvolver pela CIMT:

- Apoio na gestão e implementação do projeto
- Participação nas reuniões transnacionais da parceria

No âmbito do projeto compete à CIMT promover a integração do conhecimento científico (nas áreas do projeto) nas políticas públicas regionais.

PROJETO 3

MÉDIO TEJO – EMPREENDEDORISMO EM REDE (EM_REDE)

2011-2015

INVESTIMENTO 2015: 91.200,00€

INVESTIMENTO TOTAL : 251.708,56€

O projeto tem como objetivo a implementação de ações suportadas em rede de parceria no território do Médio Tejo com vista à promoção do empreendedorismo, através da criação na região de um ecossistema empreendedor, da promoção do empreendedorismo nos públicos em idade escolar e da facilitação do acesso à criação de empresas e emprego. Pretende-se o desenvolvimento das seguintes iniciativas:

Ação 1:

- Elaboração do Plano de Ação Territorial (2015-2020) de operacionalização da componente de empreendedorismo
- Coordenação, Monitorização, Acompanhamento e avaliação

Ação 2:

- Divulgação do projeto
- Empreendedorismo nas escolas e capacitação de professores

PROJETO 4

MÉDIO TEJO - EMPREENDEDORISMO EM REDE II

2015-2018

INVESTIMENTO 2015: 3.000,00€

INVESTIMENTO TOTAL : 290.000,00€

NÃO DEFINIDO: 17.000,00€

O projeto tem como objetivo dar continuidade ao projeto Médio Tejo – Empreendedorismo em Rede (que decorre entre 2011 e junho de 2015), através do qual foram realizadas ações de promoção do empreendedorismo, através da concertação regional e do trabalho em parceria.

Aguardando-se as orientações e regras inerentes ao próximo período de programação estrutural nesta matéria, e tendo em consideração que está prevista a elaboração de um Plano de Ação para o horizonte temporal 2015-2020, a ser realizado até maio de 2015, prevê-se o seguimento das ações de promoção do empreendedorismo através da operacionalização e dinamização do ecossistema empreendedor do Médio Tejo.

SUBPROJETO 4.1

PROMOÇÃO DO EMPREENDEDORISMO

Promoção do Empreendedorismo, através da dinamização do ecossistema empreendedor do Médio Tejo, através do desenvolvimento de ações, tais como:

- Coordenação, monitorização e acompanhamento da rede de parceria;
- Ações de promoção e divulgação;
- Acolhimento, informação e orientação de potenciais empreendedores;
- Apoio Técnico à criação de empresas;
- Empreendedorismo na Escola;

- Desenvolvimento de parcerias estratégicas internacionais, via geminações municipais, as quais já incidem sobre dez países de quatro continentes e 30 cidades. Criando estas geminações uma esfera diplomática de relacionamento e contactos internacionais, as mesmas são suscetíveis de servirem de base a ações de promoção no exterior capazes de construir um campo privilegiado de troca de informação e parcerias para o aproveitamento pleno do potencial dos recursos da região. Assim, propõe-se efetivar ações com os países com quem o Médio Tejo tem relações privilegiadas, a nível institucional, para incrementar o intercâmbio comercial/empresarial, turístico e cultural para melhorar a imagem e a reputação internacional do Médio Tejo.

SUBPROJETO 4.2

EMPREENDEDORISMO SOCIAL

Desenvolvimento de Ações de promoção do Empreendedorismo Social, como mecanismo de procura e implementação de soluções inovadoras e sustentáveis para problemas importantes e negligenciados da sociedade que se traduz em Inovação Social.

- Desenvolvimento de ações enquadradas nas orientações e regras inerentes ao próximo período de programação;
- Colaboração com o IES (Instituto do Empreendedorismo Social que é uma Associação sem fins lucrativos que visa tornar-se no Centro de Investigação e Formação para o Empreendedorismo Social de referência) no desenvolvimento de um projeto pesquisa de Mapeamento de Iniciativas Inovadoras de Empreendedorismo Social e de criação de conhecimento no Médio Tejo.

PROJETO 5

EDUCAÇÃO DE EXCELÊNCIA NO MÉDIO TEJO

2015-2018

INVESTIMENTO 2015: 120.000,00€

INVESTIMENTO TOTAL : 960.000,00€

Pretende-se promover a valorização do Médio Tejo através do reconhecimento de uma educação de excelência nesta região, combatendo o abandono e insucesso escolar e promovendo projetos educativos inovadores, que contribuam para o desenvolvimento do potencial de aprendizagem e os níveis de excelência no ensino.

As intervenções a desenvolver têm como objetivo contribuir para a redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais.

Inclui-se no âmbito deste projeto, a aposta em iniciativas inovadoras e criativas de promoção do conhecimento científico junto das comunidades escolares, em articulação com o IPT e os Centros de Ciência Viva, que fomentem o interesse e a motivação dos alunos para os conteúdos escolares e melhorem as condições de aprendizagem e a qualidade do sistema de educação.

SUBPROJETO 5.1

PROMOÇÃO DA CULTURA CIENTIFICA JUNTO DAS COMUNIDADES ESCOLARES

Para o ano de 2015, prevê-se o início dos trabalhos com vista à elaboração de um estudo na área da promoção e divulgação da cultura científica junto das comunidades escolares, em articulação com o IPT, as escolas e os equipamentos de divulgação do conhecimento (ex. Centros de Ciência Viva), de modo a melhorar e inovar nos aspetos pedagógicos das atividades curriculares. O estudo a desenvolver visa a definição de um programa de atuação, incluindo uma componente de formação de professores, para reforço da presença alargada nos vários níveis do ensino não superior de vertentes ligadas à sensibilização e aprendizagem experimental das ciências e tecnologias, e ao conhecimento dos recursos endógenos, de forma apelativa e criativa, que fomentem o interesse e a motivação dos alunos para os conteúdos escolares e contribuam para o reconhecimento de um ensino diferenciado e de excelência no Médio Tejo.

SUBPROJETO 5.2

ESTRATÉGIA REGIONAL DE COMBATE AO INSUCESSO E ABANDONO ESCOLAR

Considerando a necessidade de convergir com as metas relativas ao abandono e insucesso escolar definidas ao nível nacional e europeu, prevê-se o início dos trabalhos com vista à definição de uma estratégia regional de combate ao abandono escolar, com vista à redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade. A estratégia regional de combate ao insucesso e abandono escolar deverá incidir sobre intervenções que favoreçam a melhoria do sucesso educativo e a redução do abandono, que visem a recuperação de jovens que abandonaram o sistema de ensino, a elevação das taxas de sucesso escolar, a melhoria da qualidade das aprendizagens e o combate à indisciplina e o absentismo.

SUBPROJETO 5.3

CARTA EDUCATIVA REGIONAL

Tendo presente o momento/oportunidade de revisão das cartas educativas concelhias, pretende-se estabelecer uma estratégia de atuação de âmbito regional que procure melhorar a qualidade e eficácia do sistema de educação, através da elaboração de uma Carta Educativa Regional, que incorpore para além das questões de âmbito infraestrutural/rede de equipamentos educativos, também um plano de desenvolvimento educativo para o Médio Tejo. Para o ano de 2015, prevê-se o arranque dos trabalhos, incluindo:

- Caracterização e análise da situação atual, numa perspetiva regional, sobre os principais elementos do diagnóstico das cartas educativas concelhias;
- Definição do modelo e estratégia de atuação de âmbito regional que procure melhorar a qualidade e eficácia do sistema de educação, com identificação de possíveis ações e projetos de âmbito intermunicipal, que procurem articular intervenções e rentabilizar recursos.

PROJETO 6

PIAL – PROGRAMA INTERMUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE LOCAL

2011-2015

INVESTIMENTO 2015: 2.460,00€

INVESTIMENTO TOTAL : 162.610,85€

Considerando os princípios da universalidade e da igualdade consagrados na Constituição da República Portuguesa, e tendo presente que a acessibilidade constitui uma condição essencial para o pleno exercício da cidadania, vivência urbana e construção de uma sociedade inclusiva, o Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local no Médio Tejo tem como objetivos fundamentais:

- Promover a acessibilidade no espaço público urbano;
- Sensibilizar a população para o seu contributo na garantia dos objetivos da acessibilidade, tanto na participação cívica, agindo como mitigadora e prescritora de alterações nos hábitos e práticas como na utilização do espaço público;
- Envolver os agentes de transformação urbana no desenvolvimento e implementação de formas inovadoras de gerir e intervir no espaço público num ambiente técnico transdisciplinar e publicamente partilhado;
- Contribuir para uma visão da acessibilidade integrada como fator diferenciador no marketing territorial, procurando sinergias e dinâmicas económicas no sector privado.

Ainda, e no contexto da legislação portuguesa em vigor (DL 163/2006), o espaço público e os equipamentos devem adaptar-se gradualmente às necessidades de Todos, pelo que se pretende impulsionar o diagnóstico das condições de acessibilidade em meio urbano e progressiva eliminação de barreiras físicas e arquitetónicas do espaço público bem como a incorporação dos princípios do desenho universal no exercício das competências municipais em matéria de urbanismo e obras públicas.

SUBPROJETO 6.1

PIAL – PROGRAMA INTERMUNICIPAL DE ACESSIBILIDADE LOCAL – FASE 2

No âmbito do Programa RAMPA – Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade, do Programa Operacional Temático do Potencial Humano, foram elaborados Planos Locais de Promoção da Acessibilidade incidindo em oito áreas urbanas do Médio Tejo (Abrantes, Pego, Rossio ao Sul do Tejo, Tramagal, Entroncamento, Ourém, Fátima e Tomar).

Foi desenvolvido, ainda, um Sistema de Informação Participado, para divulgação do projeto via web, e que pretende congrega a informação sobre medidas e iniciativas que forem sendo realizadas no Médio Tejo no domínio da Acessibilidade. Este portal permite aos utilizadores partilharem sugestões e/ou comunicarem situações de inacessibilidade no espaço público, tendo uma componente de SIG associada.

Em 2015, pretende-se impulsionar a implementação dos Planos Locais de Promoção da Acessibilidade elaborados, designadamente no que se refere às medidas de maior grau de prioridade, e considerando a existência de um conjunto alargado de intervenções que não acarretam custos significativos (por exemplo, realocação de mobiliário urbano, controlo de estacionamento abusivo, entre outras).

Paralelamente, e considerando o desafio de ir progressivamente eliminando as barreiras físicas e estruturando percursos turísticos acessíveis, que possam constituir fatores diferenciadores no marketing territorial da região do Médio Tejo, prevê-se a possibilidade de promover iniciativas de formação/informação/sensibilização que promovam uma maior consciência social para esta temática e fomentem a aplicação de boas práticas no domínio da acessibilidade.

PROJETO 7

UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE

2015-2018

INVESTIMENTO TOTAL : 295.000,00€

INVESTIMENTO 2015: 5.000,00€

NÃO DEFINIDO: 50.000,00€

O conjunto de concelhos que integram o ACES Médio Tejo representam uma vasta área territorial, geograficamente diversa mas com indicadores, de desenvolvimento como por exemplo os índices de dependência e de envelhecimento, que permitem perspetivar um enquadramento global no que respeita às necessidades de intervenção, nomeadamente na área dos cuidados primários e especializados de saúde.

Será pois fácil de entender a enorme preocupação sentida pelas autarquias que integram este ACES no que respeita á falta de médicos de família que se faz sentir nestes territórios. De facto, se associarmos à dimensão populacional e territorial dos Agrupamentos, variáveis como os índices de envelhecimento e de dependência, a dispersão geográfica dos territórios e as dificuldades relacionadas com a mobilidade – quer por via da dificuldade de acesso a transportes públicos quer por via das limitações funcionais de um número significativo de indivíduos, estamos perante uma realidade em que, com alguma segurança, poderemos afirmar estar em risco a oferta de cuidados primários de saúde a uma faixa significativa da população. Face a este panorama, parece fácil perceber a necessidade da criação, urgente, de respostas alternativas que, articuladamente com as Unidades Prestadoras de Cuidados de Saúde e as Autarquias, possam promover respostas de maior proximidade e acessibilidade no que respeita á oferta de cuidados de saúde primários, como o são, por exemplo, as Unidades Móveis de Saúde. De facto, este tipo de Unidades pode funcionar como porta de entrada para o Sistema Nacional de Saúde para grupos populacionais específicos – como por exemplo os idosos - com dificuldades na acessibilidade aos cuidados de saúde, garantindo simultaneamente a oferta de respostas mais adequadas às necessidades reais dos clientes. Acresce ainda referir o enorme potencial que elas deixam antever no que respeita à articulação interinstitucional de recursos, quer humanos quer técnicos. Parece-nos pois que este tipo de respostas poderá desempenhar um importante papel quer na melhoria da acessibilidade aos cuidados de saúde, quer na inclusão social de grupos mais vulneráveis.

Para o ano de 2015, prevê-se o arranque das diligências com vista à articulação deste assunto com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e demais entidades relevantes bem como o início das abordagens técnicas necessárias para a implementação do projeto. Prevê-se, ainda, a possibilidade de enquadrar despesas com os meios técnicos necessários à operacionalização de um piloto deste projeto, caso o mesmo venha a merecer o enquadramento no âmbito dos instrumentos de apoio do período de programação estrutural 2014-2020.

PROJETO 8

MELHORIA DA MOBILIDADE NO MÉDIO TEJO

2009-2018

INVESTIMENTO TOTAL: 1.495.345,77€

INVESTIMENTO 2015: 246.080,39€

NÃO DEFINIDO: 154.475,38€

Pretende-se melhorar as condições de mobilidade no Médio Tejo, através de uma abordagem integrada e apostada numa estratégia regional. Com suporte no enquadramento legal previsto no Regulamento CE N.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, e nas orientações do Estado Português, no âmbito dos contratos de serviço público de transportes, pretende-se alcançar a necessária capacitação institucional com vista à estruturação de um sistema de transportes eficiente no Médio Tejo, que assegure as necessárias ligações intermunicipais, promova a intermodalidade entre os vários serviços de transporte, e garanta o acesso aos transportes públicos e às atividades fundamentais em termos socialmente equitativos e economicamente eficientes, assumindo-se a intenção da CIMT poder vir a desempenhar as funções de Autoridade Regional de Transportes.

SUBPROJETO 8.1

TRANSPORTE A PEDIDO

Prevê-se a continuidade e desenvolvimento do projeto piloto enquadrado pelo Despacho 7575/2012 publicado no DR n.º 107 de 1 de junho de 2012, e que teve o seu arranque com suporte na candidatura POVT-15-0142-FEDER-000005 – “Transporte a Pedido no Médio Tejo – Arranque”. O objetivo fundamental assenta no estudo, avaliação e definição de soluções de transporte flexíveis, no sentido de encontrar novas formas de organização dos serviços de transportes, que respondam de forma mais adequada às necessidades das populações e com menores custos. Os serviços de transporte a disponibilizar visam aumentar a cobertura da rede de transportes coletivos existente, proporcionando oferta em área, períodos do dia e do ano onde esta não existe ou é deficitária, numa perspetiva de promover o essencial direito à mobilidade numa lógica de inclusão social.

Para o ano de 2015 prevê-se a continuidade do serviço de transporte a pedido nos concelhos de Abrantes, Mação e Sardoal e o alargamento aos concelhos de Tomar, Ourém, Vila Nova da Barquinha e zona sul do concelho de Abrantes, em áreas que padeçam de problemas análogos de carência de oferta de serviços de transporte público e populações em risco de exclusão, considerando também as questões relativas à sustentabilidade do serviço no que se refere à rentabilização de recursos. Nesta fase, considera-se a possibilidade de experimentar novos modelos de exploração, promovendo a rentabilização de meios e recursos de parceiros locais (municípios, juntas de freguesia, bombeiros, IPSS,...) que não estejam a ser utilizados em permanência, e eventualmente promovendo a utilização de viatura elétrica. Ainda, perspetiva-se a possibilidade de promover uma maior articulação dos serviços / concertação com outras entidades relevantes do ponto de vista da procura - Saúde (ACES). Durante o ano de 2015, prevê-se ainda a realização dos estudos técnicos necessários ao desenvolvimento de soluções de transporte a pedido para outros concelhos do Médio Tejo, a implementar numa próxima fase de alargamento dos serviços.

No contexto da gestão operacional e monitorização do serviço de transporte a pedido, será necessário o upgrade do licenciamento da plataforma tecnológica de apoio à gestão do serviço de modo a ampliar o número de zonas e viaturas que é possível gerir pelo sistema, prevendo-se também a necessidade de desenvolvimento de novas funcionalidades para apoio na gestão e evolução dos serviços (aplicação para tablet, descontos de bilhetes pré-comprados, entre outros). No que se refere à integração dos serviços de transporte a pedido com os serviços interurbanos, considera-se a implementação de título combinado Transporte a Pedido + Rodoviária do Tejo, para as cadeias de viagem mais frequentes.

No âmbito deste projeto, a CIMT integra parceria em candidatura apresentada ao Horizonte 2020 (OPTIMO - Optimise Public Transport business MOdels), liderada pelo UITP – International Association of Public Transport. Ainda, aguarda-se a possibilidade de apresentação de candidatura aos fundos comunitários (overbooking do PO Centro ou novo QCA) para cofinanciamento das despesas do projeto.

SUBPROJETO 8.2

OBSERVATÓRIO DA MOBILIDADE E SISTEMA INTEGRADO DE TRANSPORTES

O sub-projeto Sistema Integrado de Transportes tem como objetivo fundamental o desenvolvimento de iniciativas que permitam a capacitação da CIMT para vir a assumir novas funções na gestão da mobilidade, no contexto do novo enquadramento legal do transporte coletivo de passageiros, conferido pelo Regulamento (CE) n.º 1370/2007, incluindo a implementação de um Observatório da Mobilidade e desenvolvimento de uma plataforma de gestão intermunicipal de transportes.

Nos termos das regras comunitárias, e de acordo com a evolução prevista para o alargamento de competências em matéria de transportes, pretende-se intervir no planeamento, organização e fiscalização do sistema de transportes no Médio Tejo assegurando a contratualização gradual e progressiva do serviço público de transportes de âmbito intermunicipal/municipal.

No que se refere à implementação das propostas vertidas no Estudo da Rede de Transportes, para o ano de 2014, prevê-se o desenvolvimento das seguintes ações:

- Estabelecimento de um Pacto da Mobilidade, envolvendo os principais atores que influenciam a oferta e a procura do sistema de transportes no Médio Tejo, o qual permita manter a informação atualizada e assegurar um consenso alargado em torno dos problemas, objetivos e soluções que contribuam para a melhoria das condições de transporte e para uma mobilidade mais sustentável;

- Estruturação de um Observatório da Mobilidade, com o objetivo de assegurar a monitorização da evolução das condições de mobilidade na região. Trata-se de uma estrutura para recolher e analisar, de forma sistemática, a informação sobre as principais dinâmicas de mobilidade e acessibilidade e disseminar a informação resultante, avaliar de modo quantitativo os principais impactes do sector dos transportes e avaliar o nível de sucesso das medidas e ações que vão sendo implementadas ao longo do tempo;
- Desenvolvimento e implementação de plataforma de gestão intermunicipal de transportes, tirando partido da informação já recolhida e ferramentas SIG existentes, que permita apoiar a gestão dos transportes e cruzar informação ao nível regional de modo a inferir indicadores, custos, boas práticas e otimizar soluções;
- Complemento dos estudos técnicos desenvolvidos, de modo a consubstanciar um Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal, que inclua as análises à rede de transportes necessárias para os concelhos recentemente integrados no Médio Tejo, que aprofunde a temática do transporte flexível na região e incorpore a definição de estratégias no que se refere a outras temáticas essenciais como sejam os modos suaves e a sinistralidade rodoviária. Ainda, e na sequência dos trabalhos realizados de levantamento georreferenciado da rede viária, deverá ser equacionada metodologia para monitorização contínua do estado de conservação das vias, promoção da segurança rodoviária, combate à sinistralidade e definição de estratégia concertadas de intervenção na rede viária.
- Início das análises com vista à criação do bilhete único no Médio Tejo, que inclui o levantamento dos sistemas de bilhética existentes nos diversos operadores, a avaliação da sua compatibilidade e das necessidades de investimento que promovam a migração para sistemas compatíveis. Identificação das perspetivas dos operadores sobre a implementação de títulos combinados e intermodais e recolha de dados que permitam uma correta avaliação dos impactos associados a alterações do modelo tarifário. Explorar formas de produção de títulos combinados (por exemplo transporte a pedido, transportes interurbanos, transportes urbanos, equipamentos públicos).

Prevê-se a possibilidade de cofinanciamento do Plano de Mobilidade e Transportes do Médio Tejo, através de candidatura apresentada ao Fundo de Eficiência Energética (acumulável com eventual candidatura aos fundos comunitários).

SUBPROJETO 8.3

ESTRUTURA REGIONAL DE CAMINHOS E CICLOVIAS E PROMOÇÃO DOS MODOS SUAVES

No contexto do Plano de Mobilidade e Transportes do Médio Tejo, pretende-se desenvolver uma estratégia de intervenção e um plano de ação para a estruturação de uma rede regional de caminhos e de ciclovias, oferecendo condições adequadas para a promoção da utilização dos modos suaves na região.

Em 2015, prevê-se a realização de um plano de ação para os modos suaves que inclua o levantamento das medidas dirigidas aos modos suaves já implementadas ao nível municipal, a definição da rede estruturante de percursos pedonais e percursos cicláveis, a implementação de medidas de promoção da mobilidade sustentável e melhoria da eficiência energética, tais como: equipar interfaces de transporte com lugares para estacionamento de bicicletas; Implementar sinalética de informação para modos suaves; promover lugares de guarda de bicicletas em edifícios públicos; analisar a pertinência de implementação de sistemas de bikesharing nas cidades, entre outras.

PROJETO 9

REGENERAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA DO MÉDIO TEJO**2013-2015****INVESTIMENTO 2015: 5.000,00€**

INVESTIMENTO TOTAL: 97.188,50€

No âmbito deste projeto, pretende-se avaliar as oportunidades de mobilização, pelos Municípios, dos instrumentos de política pública no domínio da regeneração e reabilitação urbana, com o objetivo de promover, agilizar e criar condições/instrumentos para requalificação e revitalização dos espaços urbanos e reabilitação de edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados, no contexto de uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável de valorização de equipamentos, espaços públicos e valores patrimoniais.

Recentemente, foi realizado um estudo sobre as oportunidades de mobilização, pelos municípios, dos instrumentos de política pública no domínio da regeneração e reabilitação urbana, que incluiu o levantamento e análise dos projetos de regeneração e reabilitação urbana já desenvolvidos pelos municípios; sistematização dos projetos e intenções de investimento de regeneração e reabilitação urbana em carteira e ativos imobiliários potencialmente mobilizáveis para a constituição ou integração de um Fundo de Investimento Imobiliário.

Aguardando-se as orientações e regras inerentes ao próximo período de programação estrutural nesta matéria, prevê-se que durante o ano de 2015, possam ser aprofundados os estudos com vista à implementação de um Fundo de Investimento Imobiliário de escala supramunicipal, ou outros mecanismos de financiamento das operações de regeneração e reabilitação urbana e demais iniciativas que possam alavancar os investimentos públicos e privados e conferir viabilidade conjunta às operações, favorecendo ainda que a revitalização urbana seja orientada por objetivos estratégicos alinhados com a estratégia regional e que melhor contribuam para a afirmação dos fatores de identidade, diferenciação e competitividade do Médio Tejo.

PROJETO 10

**PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICAS NOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS
INTERVENÇÃO NO PÓLO DE ABRANTES****2015-2016****INVESTIMENTO 2015: 11.110,00€**

INVESTIMENTO TOTAL: 124.390,00€

NÃO DEFINIDO: 59.160,00€

A estratégia regional concertada no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Médio Tejo 2014-2020, identifica a promoção da eficiência energética como uma das ações prioritárias a implementar no território do Médio Tejo. Também, no âmbito da adesão coletiva do Médio Tejo ao Pacto de Autarcas, se assume o compromisso de implementação de políticas de energia sustentável, centradas na promoção da eficiência energética e das energias renováveis (PAES – Plano de Ação para a Energia Sustentável).

Nos termos do Acordo de Parceria 2014-2020, assume-se como uma das prioridades de investimento, o apoio à utilização da eficiência energética em projetos integrados no domínio da eficiência energética com possível utilização de energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos da administração local e sub-regional.

Neste contexto, e considerando os problemas de funcionalidade que se têm verificado nas instalações que estão a ser utilizadas pelos serviços da CIMT em Abrantes (sistema de termo-ventilação descontinuado e obsoleto; existência de grandes painéis de vidro que desfavorecem a correta gestão térmica), verifica-se a necessidade de se elaborar um projeto técnico para correção das pontes térmicas e melhor controle dos custos energéticos para a utilização destas instalações. Pelo facto da cobertura do edifício ser plana e estar bem orientada considera-se que poderão, eventualmente, ser aplicadas novas tecnologias, como os painéis fotovoltaicos, para aproveitamento da energia solar.

Para o ano de 2015, prevê-se a elaboração do projeto técnico de execução para a intervenção no Pólo da CIMT, em Abrantes, com vista a melhorar as condições da sua utilização bem como promover a eficiência energética, eventualmente com utilização de energias renováveis.

PROJETO 11

QREN – APOIO E CONTRATUALIZAÇÃO**2007-2015****INVESTIMENTO 2015: 125.000,00€**

INVESTIMENTO TOTAL: 1.313.850,83€

A 16 de dezembro de 2008 foi celebrado o Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global entre o POR do Centro e as Comunidades Intermunicipais do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul. Com a entrada em vigor da Lei 75/2013 e a extinção, cisão e fusão de CIM's, foi assinada, a 20 de maio de 2014, uma nova adenda ao contrato de delegação de competências com subvenção global com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, no valor global FEDER de 80.756.445,37€.

No âmbito da Contratualização da Subvenção Global celebrada com a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, compete à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo:

- A verificação documental e física das candidaturas;
- A verificação da conformidade dos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários das candidaturas aprovadas e com contrato de financiamento assinado;
- A atribuição de mérito às operações apresentadas;
- Ao estabelecimento das relações com os diversos Secretariados Técnicos do Programa Operacional Regional do Centro e os diversos promotores candidatados ou aprovados às diversas tipologias contratualizadas;
- A elaboração de pontos de situação ao nível da execução e acompanhamento dos projetos com participação FEDER e pareceres de enquadramento das candidaturas apresentadas no Plano Territorial de Desenvolvimento do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul;
- A preparação e organização dos processos relativos a cada projeto de acordo com as normas usuais estabelecidas, com as adaptações e especificidades próprias das tipologias objeto da contratualização;
- A prestação de apoio ao Programa Operacional Regional do Centro na preparação dos relatórios de execução;
- A preparação de reuniões no âmbito do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global;
- À prática dos demais atos necessários à regular e plena execução do objeto do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global;
- Ao desempenho de outras funções que lhe forem definidas pelo Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do cumprimento do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global.

Em conclusão, a gestão da contratualização no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro, a elaboração e acompanhamento de candidaturas municipais e intermunicipais a outros Programas Operacionais Temáticos e demais candidaturas à União Europeia visam concretizar os projetos estruturantes para a Região do Médio Tejo

PROJETO 12

ESTRATÉGIA 2020**PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO MÉDIO TEJO 2014-2020 – OPERACIONALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO****2013-2020****INVESTIMENTO 2015: 95.940,00€**

INVESTIMENTO TOTAL: 204.358,50€

No quadro da preparação do próximo período de programação dos fundos estruturais, tem vindo a ser construído o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Médio Tejo 2014-2020, com o envolvimento de instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais.

Considerando as orientações constantes do Acordo de Parceria 2014-2020, ao nível de NUTS III, as estratégias de desenvolvimento territorial serão concretizadas através de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, recorrendo ao instrumento regulamentar dos Investimentos Territoriais Integrados (ITI), que deverão abranger as intervenções das entidades municipais e intermunicipais essenciais à implementação da estratégia, com especial ênfase na reorganização da oferta dos

serviços públicos e coletivos, sejam eles na área da inclusão ou da educação e formação, bem como no aumento da qualidade de prestação desses mesmos serviços ou dos serviços prestados diretamente pelas entidades municipais e intermunicipais, nomeadamente através de medidas que promovam a modernização administrativa e a qualificação desses serviços.

Ainda, na prossecução de uma melhor adequação da resposta ao nível das medidas ativas de emprego e formação profissional, poderão ser desenvolvidos pelas entidades intermunicipais Pactos Territoriais para a Empregabilidade, com o envolvimento das agências públicas de emprego e de formação profissional, devidamente ancorados na estratégia de desenvolvimento territorial da região.

SUBPROJETO 12.1

INVESTIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO E MONITORIZAÇÃO DO PED MT 2014-2020

Para o ano de 2015 a elaboração dos instrumentos de operacionalização da estratégia de desenvolvimento do Médio Tejo, no quadro do período de programação estrutural 2014-2020, que sejam da responsabilidade da CIMT, bem como a outros instrumentos, com intervenção relevante da CIMT, que se considerem pertinentes desenvolver à escala intermunicipal, incluindo:

- Aprofundamento do Plano de Ação do Médio Tejo 2020, de acordo o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Médio Tejo 2014-2020, com identificação das parcerias e dos projetos considerados relevantes para a prossecução dos objetivos estratégicos, intervenções prioritárias e ações definidas;
- Elaboração da proposta técnica de Investimento Territorial Integrado (ITI) e outros instrumentos necessários, a submeter ao apoio dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, tendo em conta o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Médio Tejo 2014-2020 e as orientações e regras que vierem a ser definidas por parte dos órgãos de governação do Portugal 2020;
- Elaboração dos estudos setoriais necessários para a operacionalização da estratégia, designadamente no âmbito dos Grupos de Trabalho Setoriais;
- Montagem do sistema de monitorização do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Médio Tejo 2014-2020.

As iniciativas a desenvolver em 2015, serão incorporadas em pedido de reprogramação da candidatura Assistência Técnica 2014-2015, a apresentar ao PO Centro.

SUBPROJETO 12.2

PACTO PARA A EMPREGABILIDADE

O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020 para o Médio Tejo esclarece que, para a construção de um quadro estratégico sub-regional claro, devidamente articulado com a estratégia regional dinamizada pela CCDRC, que garanta a coerência das intervenções para o reforço da dimensão territorial da Estratégia Europa 2020, deve proceder à construção do Pacto Territorial para a Empregabilidade, identificado no Acordo de Parceira como uma das áreas de intervenção das CIM.

No tecido empresarial da RMTE predominam unidades empresariais de micro e pequena dimensão, frágeis perante choques conjunturais como aquele que decorre do processo de ajustamento que a economia portuguesa atravessa. A diminuição do número de unidades empresariais a um ritmo mais acentuado que no país e na região Centro e a redução significativa do número de postos de trabalho afetos à indústria e construção tornam imperativo o reforço de fatores competitivos inovadores e diferenciadores, como forma de promover a resiliência do tecido empresarial da região.

O Plano Estratégico de Desenvolvimento 2014-2020 para o Médio Tejo consubstancia 12 objetivos específicos, estruturados para superar os desafios e mitigar os constrangimentos elencados no diagnóstico prospetivo, privilegiando as intervenções orientadas para uma gestão integrada, à escala regional.

Assim, as prioridades de investimento implícitas salientam a importância do compromisso entre os vários atores regionais para a criação de modelos de atuação em rede que criem sinergias, reduzam custos e sobreposições de atuação e garantam respostas adequadas às necessidades da população.

Esta reorientação assume maior urgência face às necessidades de mudança que devem acontecer no território, que pode ser alavancada por centros científicos e tecnológicos e pelo instituto politécnico da região, bem como pelo desenvolvimento de

redes de cooperação tripartidas (empresas, sistema científico e tecnológico e organismos públicos) que permitam colmatar as insuficiências de inovação, de qualificação dos ativos e também de internacionalização.

Sob uma lógica da obtenção de resultados, capazes de construir um campo privilegiado na formação de parcerias estratégicas para incrementar a empregabilidade e estimular o desenvolvimento regional, numa primeira análise, as ações a efetivar são as seguintes:

- Co-construção de redes de parceria para áreas de trabalho específicas, que podem ser alargadas a novos domínios;
- Análise sobre alguns serviços específicos de apoio às empresas e quadro alargado de consenso entre parceiros sobre a tipologia e níveis de serviços necessários em segmentos específicos para o empreendedorismo e criação de empresas;
- Entendimento claro das potencialidades e fragilidades dos recursos humanos no território, no âmbito dos serviços de apoio às empresas e capacitação já encetada de atores locais para funções necessárias que possam dinamizar ações para a criação de emprego;
- Análise das alterações a implementar para a facilitação institucional, no caso a caso, para abertura de portas junto das empresas e de empresas com características de âncora, para efeitos comerciais ou potencial de integração em cadeias de valor;
- Criação de níveis mínimos de serviços de proximidade para facilitação aos potenciais empreendedores da prestação de serviços ou de informações capazes de gerar um apoio mais robusto;
- Criação de “comunidades de interesse” para a “Clusterização” de segmentos.

PROJETO 13

MÉDIO TEJO ONLINE

2009-2017

INVESTIMENTO TOTAL 3.744.569,25€

INVESTIMENTO 2015: 2.077.540,96€

O projeto Médio Tejo Online visa viabilizar a qualificação do atendimento dos serviços, através da implementação de serviços online, racionalizando definitivamente os modelos de organização e gestão autárquica, promovendo iniciativas integradas de modernização e articulação entre os cidadãos e as empresas.

Assim, o projeto contribuirá para a melhoria da prestação do serviço ao cliente externo da CIMT e dos seus treze municípios associados, através da qualificação do atendimento dos serviços da Administração Local, passando por:

- Melhorar a acessibilidade temporal e digital do cliente externo aos serviços da Administração Local, conjugando uma lógica de proximidade com critérios de racionalização de estruturas, tal como já acontece em muitos serviços da Administração Pública;
- Racionalizar o Modelo de Gestão da Administração Local, pela simplificação, reengenharia e desmaterialização dos processos da Administração Local, no seu todo;
- Contribuir para o desenvolvimento de uma Administração Pública em Rede, com recurso ao uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, numa lógica de serviços partilhados entre a CIMT e os treze Municípios associados, pela criação de uma infraestrutura de suporte ao processo de modernização administrativa;
- Modernizar a CIMT e os seus treze municípios associados interligando o desenvolvimento tecnológico com a melhoria das práticas de gestão e de qualidade, articulando as três principais dimensões de intervenção: pessoas, organização e tecnologia;
- Dar continuidade à criação de redes de cooperação permanentes e fomentar a inovação e a utilização de “boas práticas” com todos os stakeholders do Médio Tejo (cidadãos, empresas e outras entidades locais) e com aqueles que nos visitam (nacionais e internacionais);
- Gerar massa crítica e competências transversais necessárias à continuidade e à sustentabilidade deste projeto, para além do horizonte do financiamento desta candidatura;
- Demonstrar e disseminar os resultados e as “boas práticas” à escala nacional ou internacional;
- Contribuir para a estratégia e objetivos da política nacional para a modernização administrativa e para a administração eletrónica.

SUBPROJETO 13.1

SERVIÇOS ONLINE - FATURAÇÃO ELETRÓNICA

Implementação da faturação eletrónica como resposta às iniciativas de e-commerce que se pretendem implementar. A desmaterialização da fatura é essencial para a vida das empresas e do Estado e para o incremento do comércio eletrónico em geral, na medida em que a sua adoção, uma vez estabilizada, permite, entre outras coisas, uma redução de custos de processamento, eliminando a necessidade de repetidos lançamentos dos dados das faturas nas várias organizações envolvidas e reduzindo erros de lançamento e os consequentes custos de correção, facilita o arquivo e o acesso à faturação por meios informáticos e permite aumentos de eficiência da gestão contabilística e financeira.

SUBPROJETO 13.2

SERVIÇOS ONLINE - PLATAFORMA DE EDUCAÇÃO

Pretende-se dar continuidade à implementação, iniciada em 2014, de uma Plataforma de Educação que permite gerir os recursos, de forma integrada e automatizada, desde a gestão das atividades extracurriculares, a gestão de cantinas e refeições, a gestão de transportes escolares, a gestão de docentes e não docentes, a gestão do parque e equipamento escolar, bem como a gestão da ação social escolar.

Trata-se de uma solução agregadora de gestão de processos, levando à desmaterialização e simplificação administrativa dos mesmos.

Esta plataforma permite a obtenção de indicadores estatísticos sobre a educação, facilitando a comunicação. Assim, pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

- Redução de custos e incremento das receitas associados à gestão escolar (espaço físico, transporte, refeições);
- Partilha de informação entre os vários agentes educativos: família, escola e aluno;
- Disponibilização de conteúdos para as diferentes disciplinas, de acordo com o curriculum do Ministério da Educação;
- Extração de indicadores e relatórios sobre a gestão escolar.

SUBPROJETO 13.3

SERVIÇOS ONLINE - APLICAÇÕES DE NEGÓCIO

Nesta componente visa-se a integração dos serviços online com as diversas aplicações de negócio dos municípios e tem como objetivo principal fornecer aos cidadãos e às empresas novos canais de comunicação com as Autarquia prestando um serviço de excelência. Os municípios pretendem melhorar os meios de que dispõem para o atendimento aos cidadãos e às empresas com que se relacionam e a quem prestam serviços. A integração com as aplicações de negócio permitirá aos cidadãos e às empresas, o acesso, a consulta e o acompanhamento da informação relativa aos processos geridos e serviços prestados pelos municípios, e possibilitará a submissão de pedidos de serviço com base em formulários eletrónicos, devidamente integrados com o sistema de informação e de gestão dos municípios (ERP local).

SUBPROJETO 13.4

COMPRAS PÚBLICAS – CENTRAL DE COMPRAS

Pretende-se dar continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito da Central de Compras da CIMT, através da adoção de competências na área das aquisições eletrónicas, implementando uma solução integrada de suporte à atividade da mesma e de apoio especializado à CIMT e aos seus municípios associados e com a conclusão da automatização do processo de registo dos fornecedores nas negociações desenvolvidas, da criação de base de dados, de um barómetro público da utilização das negociações e dos resultados obtidos. Promove o desenvolvimento de uma área de disponibilização de informação e formação de utilizadores internos e externos, integrando-se com as aplicações de negócio e com a faturação eletrónica.

SUBPROJETO 13.5

REESTRUTURAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS

Visa a implementação de um apoio tecnológico atualizado ao nível dos equipamentos, com o objetivo de reestruturar as infraestruturas, potenciar serviços partilhados e uma maior capacidade de gestão, assente em economias de escala.

SUBPROJETO 13.6

GESTÃO DOCUMENTAL

A utilização de um sistema de Gestão Documental constitui uma opção crítica e estratégica para um município, pois na sua atividade regular são produzidos grandes volumes de documentação, cuja gestão, armazenamento e consulta se torna difícil. Para que a implementação dos serviços online seja eficaz, é premente o desenvolvimento desta atividade utilizando aplicações informáticas em articulação com as aplicações de negócio já existentes nos municípios e na CIMT. Possibilitando assim uma resposta célere às exigências e aos objetivos dos trabalhadores, com vista à satisfação das necessidades dos clientes externos - os cidadãos e as empresas.

SUBPROJETO 13.7

APLICAÇÕES ERP

Esta componente visa a uniformização das Aplicações ERP dos municípios e da CIMT. A implementação de um projeto intermunicipal integrando a diversidade de sistemas e soluções em uso nos municípios é técnica e financeiramente complexo, acabando por se constatar que, apesar dos esforços e dos recursos envolvidos, os resultados atingidos nem sempre são os ambicionados.

Assim, há interesse/necessidade em adotar uma solução comum, como uma visão estratégica de futuro. Esta solução comum permitirá uma maior redução de custos, assente em políticas de economias de escala, mas também almejará uma abordagem ainda mais unificada, coesa e eficiente, sendo capaz de responder a todas as necessidades dos cidadãos e das empresas de toda a região.

PROJETO 14

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA – OUTROS PROJETOS

2011-2018

INVESTIMENTO 2015: 117.902,78€

INVESTIMENTO TOTAL 491.306,31€

Com a implementação do projeto MTD – Médio Tejo Digital, no âmbito das Regiões Digitais do POS_Conhecimento e, com o início do projeto Médio Tejo Online, cuja execução iniciou-se no decorrer do ano de 2013, após a sua aprovação pelo PO Fatores de Competitividade, torna-se premente a atualização das infraestruturas tecnológicas existentes e a definição de estratégias futuras no que se concerne à modernização administrativa e gestão contínua das atividades desenvolvidas.

SUBPROJETO 14.1

PROGRAMA DE LICENCIAMENTO EM VOLUME “ENTERPRISE AGREEMENT”

Licenciamento do software Microsoft para os municípios e para a CIMT.

SUBPROJETO 14.2

AQUISIÇÃO DE SOFTWARE

Reestruturação do parque informático da CIMT ao nível do software.

SUBPROJETO 14.3

AQUISIÇÃO DE HARDWARE PARA REESTRUTURAÇÃO TECNOLÓGICA

Reestruturação do parque informático da CIMT ao nível do hardware.

PROJETO 15

APOIO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA LOCAL 2020

2015-2018

INVESTIMENTO TOTAL 700.000,00€

INVESTIMENTO 2015: 37.500,00€

NÃO DEFINIDO: 212.500,00€

Na sequência da implementação do projeto Médio Tejo Online, onde se disponibilizam serviços aos cidadão e empresas, este visa acompanhar a sua implementação assim como o usufruir de toda a infraestrutura criada.

Fazendo assim:

- Diagnóstico e definição de um novo modelo de desmaterialização e gestão de processos de interação com o munícipe/cidadão;
- Reengenharia sustentada na metodologia BPMN para suporte à ferramenta de gestão de processos;
- Harmonização regulamentar e das taxas no âmbito da desmaterialização/reengenharia
- Implementação das Funções e Funcionalidades do ERP:
 - o Contratação Pública (processo de requisição interna e aprovisionamento incluindo a gestão de contratos)
 - o Gestão de Stocks
 - o Gestão do Património (incluindo gestão de subsídios ao investimento)
 - o Contabilidade de custos (incluindo Gestão de Obras por Administração Direta, Máquinas e Viaturas)
 - o Gestão de Empreitadas de Obras Públicas
 - o Gestão de Faturação
 - o Gestão Obras Particulares (RJUE)

Plataforma Rede Social: Possibilidade de desenvolvimento de uma solução de plataforma de intervenção social integrada, direcionada para a gestão dos serviços que prestam apoio social na CIMT, podendo ser estendido à Rede Social Concelhia, procurando-se a simplificação e agilização dos processos bem como o atendimento integrado, aumentando a eficácia técnica do mesmo.

Balcões Móveis / Proximidade ao Cidadão: A CIMT, enquadrada na lógica de reorganização dos serviços públicos de atendimento da administração pública central e local, equaciona a possibilidade de desenvolver projetos em que o carácter de proximidade será decisivo, garantindo que os mesmos se aproximem dos utentes através de soluções de mobilidade para localizações de média/baixa e muito baixa densidade populacional.

PROJETO 16

MÉDIO TEJO – GESTÃO EM SIG

2008-2015

INVESTIMENTO TOTAL: 1.017.911,13€

INVESTIMENTO 2015: 202.718,65€

O projeto visa desenvolver uma ação coordenada na área dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) tendo em vista a produção e a atualização de cartografia de base necessária à melhoria das condições para a tomada de decisão, assim como contribuir de forma pró-ativa para a divulgação e promoção da região.

Os Sistemas de Informação Geográfica são uma ferramenta que permite armazenar, analisar, visualizar, inquirir e manipular grande quantidade de informação geográfica, tornando-se assim de vital importância o uso de ferramentas computacionais e plataformas apropriadas.

No sentido de melhorar a qualidade dos serviços públicos, o projeto permite disponibilizar aos Municípios do Médio Tejo e CIMT, no exercício das competências que lhes estão atribuídas e no âmbito dos serviços prestados ao Municípios e às empresas, ferramentas e informação que lhes permita uma maior eficiência, flexibilidade e desmaterialização dos procedimentos.

O conhecimento do território e o que nele está implementado é essencial para conhecer a sua realidade. Para além da economia de escala na produção da informação a nível supramunicipal, é importante o conhecimento da região no sentido de proporcionar uma tomada de decisão a nível regional mais coesa, mais competitiva e sustentável.

SUBPROJETO 16.1

ATUALIZAÇÃO E RETIFICAÇÃO DE CARTOGRAFIA 10K

Tendo em conta a desatualização das folhas que integram a SCN10K, (voo de 1999, trabalhos de campo desde 2000 a 2003), que cobrem a área de abrangência da CIMT, pretende-se efetuar a atualização e retificação das mesmas de acordo com as metodologias definidas pela Direção-Geral do Território (DGT).

Deste modo, dotar-se-ão os Municípios e CIMT de informação geográfica de base de escala “média”, atualizada, essencial às análises territoriais e elaboração de Planos de Ordenamento do Território, de âmbito Municipal e Regional, para apoio à tomada de decisão.

De salientar que esta cartografia será submetida a homologação por parte da DGT, condição essencial para a utilização desta no âmbito da elaboração dos Planos.

SUBPROJETO 16.2

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TERRITORIAL 2

Visa a aquisição de conetor SIG o qual pretende estabelecer a conetividade/ integração das aplicações de gestão do território – plataforma SIG com os restantes serviços dos municípios.

PROJETO 17

DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE GESTÃO TERRITORIAL

2015-2018

INVESTIMENTO TOTAL: 640.000,00€

INVESTIMENTO 2015: 48.500,00€

NÃO DEFINIDO: 42.500,00€

O projeto visa:

- Criação de condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto”, dando melhor resposta aos agentes económicos;
- Criação e implementação de instrumentos e mecanismos de caracterização, planeamento, ordenamento e gestão do território. Desenvolvimento de planos Intermunicipais de ordenamento do território;
- Dotar a região de um instrumento supramunicipal integrado de apoio às operações de emergência e socorro já existentes nos Municípios. Articulação conjugada com os vários parceiros no sentido de criação/ implementação de ações conjugadas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios;
- Elaboração, implementação e monitorização de planos intermunicipais integrados para a Conservação e Valorização do Património Natural (endógeno) do Médio Tejo, procurando aumentar a sustentabilidade e valorização dos recursos naturais;
- O levantamento e/ou complemento/caracterização dos conteúdos do território, a vários níveis, quer de informação base como cartografia, cadastro predial e atualização da informatização do cadastro geométrico da propriedade rústica; quer de levantamento de informação de âmbito cultural, patrimonial, recursos naturais e infraestruturas;
- A criação de mecanismos que permitam a Monitorização dos recursos existentes: promoção de um melhor conhecimento das infraestruturas implementadas no território, assegurando a sua conetividade e a sua monitorização;
- A disponibilização de serviços online multisserviços/multiplataforma no âmbito da gestão do território, serviços públicos ao nível da administração pública local.

-A Criação de plataforma de disponibilização do cadastro das atividades industriais que permitisse localizar as várias atividades ao nível da dispersão/concentração das mesmas, bem como realizar a monitorização dessas atividades, designadamente: no controlo, reexame, suspensão e cessação da exploração industrial.

- Promover a divulgação de informação ao nível dos transportes públicos.

Em resumo este projeto visa a concretização dos objetivos fundamentais nele considerado como relevantes nas diversas matérias, como por exemplo no âmbito:

- do ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;

- da proteção civil e segurança;

- de gestão ambiental;

- da gestão de redes de equipamentos de saúde, educação, cultura, desporto e de lazer;

- de outros equipamentos públicos;

- das redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas; residuais e resíduos urbanos.

SUBPROJETO 17.1

GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Criação e implementação de instrumentos e mecanismos de caracterização, planeamento, ordenamento e gestão do território, destinados a promover um desenvolvimento integrado e sustentável.

Prevê-se a elaboração de estudos de caracterização e de suporte à elaboração de planos Intermunicipais de ordenamento do território.

SUBPROJETO 17.2

GESTÃO INTEGRADA DE PROTEÇÃO CIVIL E FLORESTAS

O subprojecto gestão integrada no âmbito da proteção civil e florestas pretende efetuar o planeamento de emergência a uma escala supramunicipal com a elaboração de planos intermunicipais de defesa da floresta, planos especiais de emergência intermunicipais e planos municipais de emergência com análise de risco ao nível da CIM.

No contexto da gestão agregada visa dotar a região de um instrumento supramunicipal integrado de apoio às operações de emergência e socorro já existentes nos Municípios.

Prevê-se a definição de estratégias preventivas contribuindo para uma maior eficiência operacional e de gestão aquando das ocorrências de incêndios e cheias.

Prevê-se ainda a articulação conjugada com os vários parceiros no sentido de criação/ implementação de ações conjugadas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios.

Em resumo os objetivos fundamentais deste subprojecto serão: definir estratégias de prevenção passando pela articulação entre os diferentes atores regionais, nomeadamente os corpos de bombeiros e os gabinetes florestais; assegurar a coerência estratégica das intervenções no sentido de definição de um Plano de Ação Regional para a Segurança e Proteção Civil; estruturar, dinamizar, executar estudos, planos de intervenção ou outros trabalhos para a minimização dos riscos

SUBPROJETO 17.3

MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL

O subprojecto monitorização ambiental integrada visa a elaboração, implementação e monitorização de planos intermunicipais integrados para a Conservação e Valorização do Património Natural (endógeno) do Médio Tejo, procurando aumentar a sustentabilidade e valorização dos recursos naturais.

Prevê-se a criação de mecanismos que permitam a Monitorização dos recursos existentes: promoção de um melhor conhecimento das infraestruturas implementadas no território, assegurando a sua conectividade e a sua monitorização.

Os objetivos fundamentais deste subprojecto serão: promover um ambiente saudável e sustentável; promover e preservar os recursos naturais; valorizar a sustentabilidade dos recursos naturais; promover comportamentos ambientalmente responsáveis; promover a sustentabilidade energética com os restantes atores nesta matéria; ações de concertação de sensibilização das práticas de utilização sustentável dos recursos naturais.

SUBPROJETO 17.4

INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA- HARDWARE E SOFTWARE

Visa a implementação de um apoio tecnológico atualizado ao nível dos equipamentos e software, com o objetivo de acompanhar os desenvolvimentos de âmbito da gestão territorial de forma a potenciar serviços partilhados e uma maior capacidade de gestão, assente em economias de escala.

SUBPROJETO 17.5

APOIO TÉCNICO

Para a implementação do projeto de desenvolvimento de sistemas de gestão territorial existe a necessidade de proceder em alguns casos a desenvolvimentos aplicativos específicos, assim sendo será necessário para a sua integração a necessidade de apoio técnico especializado.

PROJETO 18

FORNECIMENTO DE ESTUDOS DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE RISCO

2013-2015

INVESTIMENTO 2015: 57.687,00€

INVESTIMENTO TOTAL: 57.687,00€

O projeto visa o estudo de identificação e caracterização dos riscos nos concelhos de Abrantes, Alcanena, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar e Vila Nova da Barquinha.

O fornecimento abrange os seguintes aspetos:

- A caracterização do território em termos físicos e sócio económicos;
- A caracterização das infraestruturas do território;
- A caracterização do território em termos de riscos naturais, tecnológicos e mistos.

Com o projeto pretende-se garantir uma abordagem homogénea que assegure a continuidade territorial da identificação de riscos, nesse âmbito a Autoridade Nacional de Proteção Civil procedeu à definição de metodologia a utilizar, cuja aplicação será coordenada ao nível da CIMT, obtendo assim benefícios de escala que se traduzirão na identificação de áreas homogéneas de risco, aspeto essencial para os processos de gestão de situações de emergência.

PROJETO 19

GEFOR – GESTÃO DA FORMAÇÃO

INVESTIMENTO 2015: 116.703,38€

Com a atividade formativa, a CIMT pretende continuar a contribuir, de forma decisiva, para a construção de uma cultura de formação profissional assente no desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional (CIMT e Municípios associados), numa lógica de projeto e de resolução de problemas organizacionais para a melhoria das competências pessoais e profissionais dos trabalhadores da Administração Local.

Pretende-se aumentar a qualificação, assumindo a formação como um dos fatores críticos de sucesso para a modernização da Administração Pública, mediante a qualificação de dirigentes e trabalhadores; potenciar a qualificação dos recursos humanos e que a formação se assuma como uma ferramenta potenciadora de melhoria de capacidades e ganhos ao nível do desempenho profissional.

Constituem áreas de atuação:

- Elaboração de candidaturas ao POPH;
- Promover a integração dos jovens no mercado de trabalho, designadamente dos recém-licenciados em áreas de pertinente interesse para a CIMT;
- Fomentar a troca de experiências dos trabalhadores de várias áreas dos Municípios Associados e CIMT, para resolução de algumas dificuldades encontradas em ambiente de trabalho.

SUBPROJETO 19.1

FORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Preparação de um Plano de Formação que contribua para o aumento da qualificação dos recursos humanos da CIMT e dos seus Municípios Associados permitindo dessa forma o desenvolvimento de projetos estruturantes de modernização na organização.

Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos Recursos Humanos da CIMT e seus Municípios associados, mediante o acesso a formação profissional pertinente para as suas funções e para o sucesso da organização, visando uma melhoria da qualidade do serviço prestado;

Elaborar e apresentar ao POPH os projetos de formação, em função da abertura de candidaturas, com o objetivo de obter o co-financiamento junto do Fundo Social Europeu:

- Melhorar as competências individuais dos trabalhadores das Câmaras Municipais associadas;
- Promover a qualidade dos serviços municipais;
- Contribuir para a modernização da organização municipal.

SUBPROJETO 19.2

SEMINÁRIOS, WORKSHOPS E REUNIÕES TEMÁTICAS

- Debater, confrontar e procurar novos caminhos, parceiros e experiências na vertente da administração pública, para fazer face à complexidade e aos desafios no âmbito da eficácia;
- Contribuir para um melhor esclarecimento de diversas matérias que interfiram com a realidade da Administração Local;
- Motivar o encontro entre os vários trabalhadores das Autarquias Locais;

SUBPROJETO 19.3

ESTÁGIOS CURRICULARES E PROFISSIONAIS

- Complementar e aperfeiçoar as competências socioprofissionais dos jovens quadros qualificados, através da frequência de um estágio em contexto real de trabalho;
- Com o recrutamento de novas formações e novas competências profissionais potencia-se a modernização dos serviços públicos;
- Facilitar a jovens licenciados, técnicos e técnicos profissionais um primeiro contacto com a vida ativa, proporcionando uma experiência de trabalho que se refletirá no seu currículo para o ingresso na integração no mundo do trabalho.

SISTEMA INTEGRADO DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

INVESTIMENTO 2015: 700,74€

Com este projeto, pretende-se prevenir os riscos e doenças profissionais dos trabalhadores e contribuir para a diminuição da sinistralidade e consequente aumento da produtividade, procurando o bem-estar mental, físico e espiritual de todos os trabalhadores em funções públicas.

A continuidade desta iniciativa, de forma integrada, procura facilitar as tarefas dos Municípios aderentes e conseguir economias de escala, para além de promover a interação entre os mesmos.

SUBPROJETO 20.1

SAÚDE NO TRABALHO

Este sub-projecto, cuja atividade, de acordo com a legislação em vigor, será desenvolvida no órgão ou serviço, pelo menos uma hora por mês por cada grupo de 20 trabalhadores ou fração, contempla:

– Realização de Exames de saúde, incluindo análises clínicas ao sangue (laboratoriais), exames de diagnóstico (rastreamento optométrico, eletrocardiograma e teste de força) e Observação médica (análise corporal, vigilância do boletim de vacinas e avaliação da tensão arterial), tendo em vista verificar a aptidão física e psíquica dos trabalhadores para o exercício das suas atividades:

- Exames de Admissão: antes do início da prestação de trabalho ou, se na urgência o justificar, nos 15 dias seguintes;
- Exames Periódicos: anuais para os trabalhadores menores de 18 anos e com idade superior a 50 anos e de dois em dois anos para os restantes trabalhadores;
- Exames Ocasionais: sempre que haja alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva na saúde do trabalhador, bem como no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou acidente de trabalho.
 - Realização de Exames Complementares ou Pareceres Médicos Especializados: sempre que o Médico do Trabalho necessite completar a observação e formular uma opinião precisa sobre o estado da saúde do trabalhador, que poderá ter em conta a realização de mais análises clínicas, bem como a realização de audiometrias;
 - Colaboração com os médicos de família/assistentes dos trabalhadores;
 - Preenchimento de fichas de aptidão, face aos resultados dos exames médicos;
 - Preenchimento de fichas clínicas, sujeitas a segredo profissional;
 - Administração de vacinas sempre que se justifique;
 - Visitas periódicas aos locais de trabalho com elaboração de relatório da visita, com o objectivo de avaliar as condições de saúde nos locais de trabalho, com a colaboração dos serviços de Segurança no Trabalho, bem como a elaboração de propostas de recomendações para a melhoria das condições de saúde dos trabalhadores observados, constituindo um diagnóstico precoce de doenças profissionais ou relacionadas com o trabalho;
 - Fornecimento dos elementos necessários no âmbito da Saúde no trabalho para o preenchimento do balanço social e relatório anual, previstos na legislação vigente;
 - Ações de informação e sensibilização tendentes à promoção e melhoria da saúde dos trabalhadores;
 - Formulação e proposta de recomendações para a melhoria das condições dos locais de trabalho e defesa da saúde dos trabalhadores;
 - Colaboração com os serviços de Segurança e Higiene no Trabalho e os representantes dos trabalhadores para a melhoria das condições de saúde no trabalho de todos os trabalhadores dos Municípios/Entidades;
 - Análise das doenças profissionais por categoria profissional, seu tratamento estatístico e caracterização;
 - Recolha de dados e organização dos elementos estatísticos relativos à saúde no trabalho;
 - Dar conhecimento de toda a legislação que vai sendo publicada e prevenir atempadamente os Municípios/Entidades das obrigações relativas à saúde no trabalho;
 - Dar conhecimento de todas as “novas patologias” que possam por em risco o normal funcionamento dos serviços e consequentemente a saúde pública, (ex: estirpe de vírus da gripe A(H1N1)) e auxiliar na elaboração de possíveis planos de contingência municipais;

- Comparência em reuniões da Comissão de Acompanhamento do Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho, promovidas pela CIMT, para definição de estratégias e actuações futuras;
- Apresentação a todos os Municípios/ Entidades, com uma periodicidade trimestral, um relatório de progresso, contendo a descrição de todas as operações, objecto da prestação de serviços.

SUBPROJETO 20.2

SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

Este sub-projecto, cuja atividade, de acordo com a legislação em vigor, será assegurada regularmente nos Municípios/Entidades, contemplando:

- Apoio na organização e/ou atualização dos documentos da área de SST;
- Análise e elaboração de estatísticas relativas a acidentes de trabalho;
- Análise e elaboração de estatísticas relativas a inquéritos aos trabalhadores;
- Elaboração de planos de monitorização e prevenção considerando normas e regras de segurança adequadas à execução dos trabalhos desenvolvidos pelos trabalhadores;
- Elaboração de manuais de procedimento em caso de acidente e folhetos informativos no âmbito da Segurança no Trabalho;
- Elaboração de check list's de verificação de Máquinas e Equipamentos de Trabalho, tendo em consideração a Diretiva Máquinas (DL 50/2005);
- Realização de ações de formação aos trabalhadores mencionados anteriormente, relativamente aos planos de monitorização e manuais de procedimentos elaborados;
- Realização de registos de monitorização e prevenção, associados aos planos de monitorização e prevenção;
- Realização de auditorias técnicas aos locais de trabalho, com elaboração de relatório, assinalando as situações que se encontram pendentes de avaliação, as que podem melhorar e as que se devem corrigir;
- Avaliação de riscos profissionais aos locais de trabalho, utilizando o método simplificado, incluindo medições técnicas (a agentes biológicos, físicos e/ou químicos) com elaboração do respetivo relatório, contendo as medidas propostas para a erradicação ou diminuição dos riscos e a sua hierarquização;
- Realização de ações de sensibilização/iniciativas no dia 28 de Abril, alusivas ao dia nacional de prevenção e segurança no trabalho, bem como ações no âmbito das campanhas "locais de trabalho seguros e saudáveis" promovidas pela EU-OSHA e ACT;
- Realização de simulacros de acidente de trabalho;
- Investigação e elaboração de relatórios de acidente de trabalho;
- Elaboração dos planos de segurança internos, onde estão definidas as medidas de autoproteção dos edifícios, tendo como base as exigíveis no artigo 21º do Decreto-Lei nº 220/2008 (Segurança Contra Incêndios em Edifícios);
- Apoio na definição das especificações técnicas para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e apoio na análise técnica das propostas apresentadas pelos fornecedores de EPI em parceria com os serviços de aprovisionamento;
- Realização de reuniões com o órgão de direção ou do serviço, em conjunto com os Representantes dos trabalhadores para a Segurança e Saúde no Trabalho ou com os Responsáveis Técnicos de Segurança no Trabalho sobre as atividades realizadas;
- Propostas de medidas de prevenção, em fase de projeto;
- Colaboração na execução de simulacros, no âmbito da Segurança contra Incêndios em Edifícios;
- Comparência em reuniões da Comissão de Acompanhamento de Segurança e Saúde no Trabalho, promovidas pela CIMT, para definição de estratégias e atuações futuras;
- Colaboração com as Municípios/ Entidades na resposta às auditorias e/ou fiscalizações pela ACT ou outras entidades relacionadas com a Segurança no Trabalho;
- Dar conhecimento de toda a legislação que vai sendo publicada e prevenir atempadamente os Municípios/Entidades das obrigações relativas à Segurança no Trabalho;
- Colaborar com os serviços de Saúde no Trabalho, a elaboração de possíveis planos de contingência municipais, tendo em consideração as "novas patologias" que possam por em risco o normal funcionamento dos serviços e consequentemente a saúde pública, (ex: estirpe de vírus da gripe A (H1N1));
- Apresentação a todos os Municípios/ Entidades, com uma periodicidade trimestral, de um relatório de progresso, (modelo a definir) contendo a descrição de todas as operações, objeto da prestação de serviços.

3.3 Projetos – Resumo das Atividades para 2015

Objetivos Estratégicos	Projetos e Subprojetos	Resumo das Atividades para 2015
OB1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	1. Afirmação Territorial do Médio Tejo	
	1.1 Promoção e Divulgação	<ul style="list-style-type: none"> - Conclusão do procedimento respeitante aos 11 sítios autárquicos e 3 sítios regionais - Portais Regional, do Empreendedor e do Turismo - Aquisição de software de design - Formação relativa à gestão dos Sítios Autárquicos - Conclusão do procedimento respeitante à aquisição da APP Mobile – Descubra - 13 Aplicações Móveis com informação turística diversa para os 13 concelhos do Médio Tejo;
	1.2 Promoção do Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de material promocional para divulgação e promoção do projeto, bem como ao nível do marketing territorial da região. - Realização de reuniões temáticas setoriais com o Grupo de Trabalho Turismo, Cultura e Património. - Realização de reuniões com as diversas entidades com intervenção no âmbito do turismo no Médio Tejo, com vista à implementação de uma estratégia de intervenção conjunta e integrada. - Divulgação do projeto e participação em feiras/certames
	1.3 Marketing Territorial	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de Marketing Turístico do Médio Tejo - Plataforma Agenda e Programação Artística do Médio Tejo - Participação em feiras, nomeadamente na BTL – Feira Internacional de Turismo - Valorização da identidade do Médio Tejo e das especificidades locais - Participação em redes nacionais e internacionais - Realização e participação em eventos nacionais e internacionais
	1.4 Programação Cultural / Formação de Novos Públicos	<ul style="list-style-type: none"> - Ações de programação, cooperação e dinamização cultural - Estabelecimento de parcerias estratégicas de âmbito regional, nacional e internacional - Ações de sensibilização e formação de novos públicos - Ações de capacitação dos Agentes Culturais
	2. APHELEIA (Programa ERASMUS+)	
OB2: Incorporação de valor na atividade empresarial	3. Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede (EM_REDE)	
	3.1. Ação 1	Elaboração do Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo na Região do Médio Tejo no período (2015-2020), através do desenvolvimento de processos de concertação à escala supramunicipal, com vista à operacionalização e dinamização do ecossistema empreendedor
	3.2 Ação 2	Ações suportadas em rede de parceria no território do Médio Tejo com vista à promoção do empreendedorismo, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> - Promoção do empreendedorismo nos públicos em idade escolar e da facilitação do acesso à criação de empresas e emprego - Apoio à criação de empresas e emprego - Ensino para o empreendedorismo e capacitação de professores - Divulgação das ações do projeto
	4. Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede II	
	4.1 Promoção do Empreendedorismo	Implementação de ações suportadas em rede de parceria no território do Médio Tejo com vista à promoção do empreendedorismo: <ul style="list-style-type: none"> - Empreendedorismo na Escola - Apoio à criação de empresas - Ações de divulgação e sensibilização
4.2 Empreendedorismo Social	Promoção do Empreendedorismo Social	

Objetivos Estratégicos	Projetos e Subprojetos	Resumo das Atividades para 2015
OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	5. Educação de Excelência no Médio Tejo	
	5.1 Promoção da Cultura Científica Junto das Comunidades Escolares	Início dos trabalhos com vista à elaboração de um estudo na área da promoção e divulgação da cultura científica junto das comunidades escolares, em articulação com o IPT, as escolas e os equipamentos de divulgação do conhecimento (ex. Centros de Ciência Viva), de modo a melhorar e inovar nos aspetos pedagógicos das atividades curriculares
	5.2 Estratégia Regional de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar	Início dos trabalhos com vista à definição de uma estratégia regional de combate ao abandono escolar, com vista à redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade
	5.3 Carta Educativa Regional	- Caracterização e análise da situação atual, numa perspetiva regional, sobre os principais elementos do diagnóstico das cartas educativas concelhias - Definição do modelo e estratégia de atuação de âmbito regional que procure melhorar a qualidade e eficácia do sistema de educação, com identificação de possíveis ações e projetos de âmbito intermunicipal, que procurem articular intervenções e rentabilizar recursos
	6. PIAL - Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local	
		- Monitorização da implementação dos Planos Locais de Promoção da Acessibilidade elaborados, designadamente no que se refere às medidas de maior grau de prioridade - Realização de iniciativas de formação/informação/sensibilização que promovam uma maior consciência social para esta temática e fomentem a aplicação de boas práticas no domínio da acessibilidade
	7. Unidades Móveis de Saúde	
	Arranque das diligências com vista à articulação das iniciativas a desenvolver com a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e demais entidades relevantes bem como o início das abordagens técnicas necessárias para a implementação do projeto	
OB4: Consolidação de massa crítica urbana	8. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo	
	8.1 Transporte a Pedido	- Continuidade do serviço de transporte a pedido nos concelhos de Abrantes, Mação e Sardoal - Alargamento do serviço de transporte a pedido aos concelhos de Tomar, Ourém, Vila Nova da Barquinha e zona sul do concelho de Abrantes - Realização dos estudos técnicos necessários ao desenvolvimento de soluções de transporte a pedido para outros concelhos do Médio Tejo, a implementar numa próxima fase de alargamento dos serviços. - Upgrade do licenciamento da plataforma tecnológica de apoio à gestão do serviço de modo a ampliar o número de zonas e viaturas que é possível gerir pelo sistema bem como desenvolvimento de novas funcionalidades para apoio na gestão e evolução dos serviços - Experimentação de novos modelos de exploração, promovendo a rentabilização de meios e recursos de parceiros locais (por ex. municípios, juntas de freguesia, bombeiros, IPSS,...) que não estejam a ser utilizados em permanência, e eventualmente recorrendo a utilização de viatura elétrica - Implementação de título combinado Transporte a Pedido + Rodoviária do Tejo, para as cadeias de viagem mais frequentes.
	8.2 Observatório da Mobilidade e Sistema Integrado de Transportes	- Estruturação do Observatório da Mobilidade do Médio - Desenvolvimento de plataforma de gestão intermunicipal de transportes, tirando partido da informação já recolhida e ferramentas SIG existentes - Início dos trabalhos de desenvolvimento do Plano de Mobilidade e Transportes Intermunicipal (complemento dos estudos anteriores com inclusão dos concelhos recentemente integrados no Médio Tejo, e aprofundamento de outras temáticas) - Início das análises com vista à criação do bilhete único no Médio Tejo
	8.3 Estrutura Regional de Caminhos e Civlovias e Promoção dos Modos Suaves	Início dos trabalhos de desenvolvimento do plano de ação para os modos suaves que inclua o levantamento das medidas dirigidas aos modos suaves já implementadas ao nível municipal, a definição da rede estruturante de percursos pedonais e percursos cicláveis, a implementação de medidas de promoção da mobilidade sustentável

Objetivos Estratégicos	Projetos e Subprojetos	Resumo das Atividades para 2015
OB4: Consolidação de massa crítica urbana	9. Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo	
		Abordagens técnicas com vista à implementação de um Fundo de Investimento Imobiliário de escala supramunicipal, ou outros mecanismos de financiamento das operações de regeneração e reabilitação urbana, no contexto das orientações e regras inerentes ao próximo período de programação estrutural nesta matéria
	10. Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Pólo de Abrantes	
		Elaboração do projeto técnico de execução para a intervenção no Pólo da CIMT, em Abrantes, com vista a melhorar as condições da sua utilização bem como promover a eficiência energética, eventualmente com utilização de energias renováveis, e início dos respetivos trabalhos.
OB5: Governação inteligente e multidimensional	11. QREN - Apoio e Contratualização	
		Desempenho das funções de Organismo Intermédio do QREN, definidas pelo Programa Operacional Regional do Centro, no âmbito do cumprimento do Contrato de Delegação de Competências com Subvenção Global
	12. Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Monitorização	
	12.1 Investimento Territorial Integrado e Monitorização do PED	<ul style="list-style-type: none"> - Aprofundamento do Plano de Ação do Médio Tejo 2020 - Elaboração da proposta técnica de Investimento Territorial Integrado (ITI) e outros instrumentos necessários, a submeter ao apoio dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento - Elaboração dos estudos setoriais necessários para a operacionalização da estratégia, designadamente no âmbito dos Grupos de Trabalho Setoriais; - Montagem do sistema de monitorização do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Médio Tejo 2014-2020
	12.2 Pacto para a Empregabilidade	Elaboração de proposta técnica do Pacto Territorial para a Empregabilidade, com o envolvimento das agências públicas de emprego e de formação profissional e outras entidades que atuam diretamente no terreno
	13. Médio Tejo On-line	
	13.1 Serviços Online - Faturação Eletrónica	Desmaterialização da fatura como resposta às iniciativas de e-commerce a implementadas
	13.2 Serviços Online - Plataforma de Educação	Implementação de uma Plataforma de Educação para gestão integrada de refeições escolares, transportes escolares, docentes e não docentes, do parque e do equipamento escolar, ação social escolar, entre outros
	13.3 Serviços Online – Aplicações de Negócio	Implementação de aplicações de negócio de suporte aos serviços online
	13.4 Compras Públicas - Central de Compras	Centralização das aquisições das entidades integrantes da Central de Compras da CIMT, no sentido de promover maiores economias de escala, implementando novas competências na área das aquisições eletrónicas
	13.5 Reestruturação das Infraestruturas Tecnológicas	Atualização das infraestruturas tecnológicas
	13.6 Gestão Documental	Implementação da gestão documental na CIMT e municípios.
	13.7 Aplicações ERP	Uniformização do ERP nas autarquias e CIMT
	14. Modernização Administrativa - Outros Projetos	
	14.1 Programa de Licenciamento em Volume "Enterprise Ageement"	Licenciamento do software Microsoft para os municípios e para a CIMT.
14.2 Aquisição de Software	Reestruturação do parque informático da CIMT ao nível do software.	
14.3 Aquisição de Hardware para Reestruturação Tecnológica	Reestruturação do parque informático da CIMT ao nível do hardware	
15. Apoio à Modernização Administrativa Local 2020		
	Acompanhamento da implementação dos serviços online. Rentabilização das aplicações de negócio implementadas.	

Objetivos Estratégicos	Projetos e Subprojetos	Resumo das Atividades para 2015
OB5: Governação inteligente e multidimensional	16. Médio Tejo - Gestão em SIG	
	16.1 Atualização e Retificação de Cartografia 10k	Atualização e retificação de cartografia de "média" escala e respetivo controlo de qualidade, incluído o processo de homologação da respetiva cartografia.
	16.2 Sistemas de Informação Territorial 2	Aquisição de conetor SIG o qual pretende estabelecer a conetividade/ integração das aplicações de gestão do território – plataforma SIG com os restantes serviços dos municípios.
	17. Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial	
	17.1 Gestão e Ordenamento do Território	- Criação e implementação de instrumentos e mecanismos de caracterização, planeamento, ordenamento e gestão do território, destinados a promover um desenvolvimento integrado e sustentável - Elaboração de estudos de caracterização e de suporte à elaboração de planos Intermunicipais de ordenamento do território
	17.2 Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas	Visa dotar a região de um instrumento supramunicipal integrado de apoio às operações de emergência e socorro já existentes nos Municípios, principalmente como ação preventiva das situações de emergência. Prevê-se a articulação conjugada com os vários parceiros no sentido de criação/ implementação de ações conjugadas na prevenção de riscos e no planeamento e gestão de meios. Pretende-se efetuar o planeamento de emergência a uma escala supramunicipal mediante a elaboração de vários planos
	17.3 Monitorização Ambiental	Visa a elaboração, implementação e monitorização de planos intermunicipais integrados para a Conservação e Valorização do Património Natural (endógeno) do Médio Tejo, procurando aumentar a sustentabilidade e valorização dos recursos naturais; Prevê-se a criação de mecanismos que permitam a monitorização dos recursos existentes: promoção de um melhor conhecimento das infraestruturas implementadas no território, assegurando a sua conetividade e a sua monitorização. Promoção de um ambiente saudável e sustentável, valorizar a sustentabilidade, dos recursos naturais e energéticos.
	17.4 Infraestrutura Tecnológica - Hardware e Software	Visa a implementação de um apoio tecnológico atualizado ao nível dos equipamentos e software, com o objetivo de acompanhar os desenvolvimentos de âmbito da gestão territorial de forma a potenciar serviços partilhados e uma maior capacidade de gestão, assente em economias de escala.
	17.5 Apoio Técnico	Necessidade de proceder em alguns casos a desenvolvimentos aplicativos específicos, assim sendo será necessário para a sua integração a necessidade de apoio técnico especializado
	18. Fornecimento de Estudos de Identificação e Caracterização de Risco	
		Produção de cartografia temática de riscos, de apoio ao planeamento de emergência, designadamente caracterização do território em termos físicos e sócio económicos; caracterização das infraestruturas do território e caracterização do território em termos de riscos naturais, tecnológicos e mistos.
	19. GEFOR - Gestão da Formação	
	19.1 Formação da Administração Local	- Realização de ações de formação com o objetivo de contribuir para a construção de uma cultura de formação profissional (CIMT e Municípios associados), numa lógica de projeto e de resolução de problemas organizacionais para a melhoria das competências pessoais e profissionais dos funcionários da Administração Local
	19.2 Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	- Realização de reuniões temáticas, sempre que possível com o acompanhamento de um especialista, para discussão de assuntos considerados pertinente, contribuindo para um melhor esclarecimento de diversas matérias que interfiram com a realidade da Administração Local - Realização de workshops e seminários, com vista a fomentar a troca de experiências
	19.3 Estágios Curriculares e Profissionais	- Promoção da integração dos jovens no mercado de trabalho, designadamente dos recém-licenciados em áreas de pertinente interesse para a CIMT
	20. Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho	
	20.1 Saúde no Trabalho	Prevenção de doenças profissionais, contribuição para a diminuição da sinistralidade dos trabalhadores em funções públicas e consequente aumento da sua produtividade.
	20.2 Segurança e Higiene no Trabalho	Prevenção de riscos profissionais, contribuição para a diminuição da sinistralidade dos trabalhadores em funções públicas e consequente aumento da sua produtividade.

4. Recursos Humanos

De acordo com o disposto nos artigos 28º e 29º, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, “O empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis.”, “(...) bem como o respetivo mapa de pessoal”, devendo estes elementos acompanhar a proposta de orçamento.

Assim, devem constar do mapa de pessoal, “...a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

- a) *Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar;*
- b) *Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;*
- c) *Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;*
- d) *Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governos responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.”*

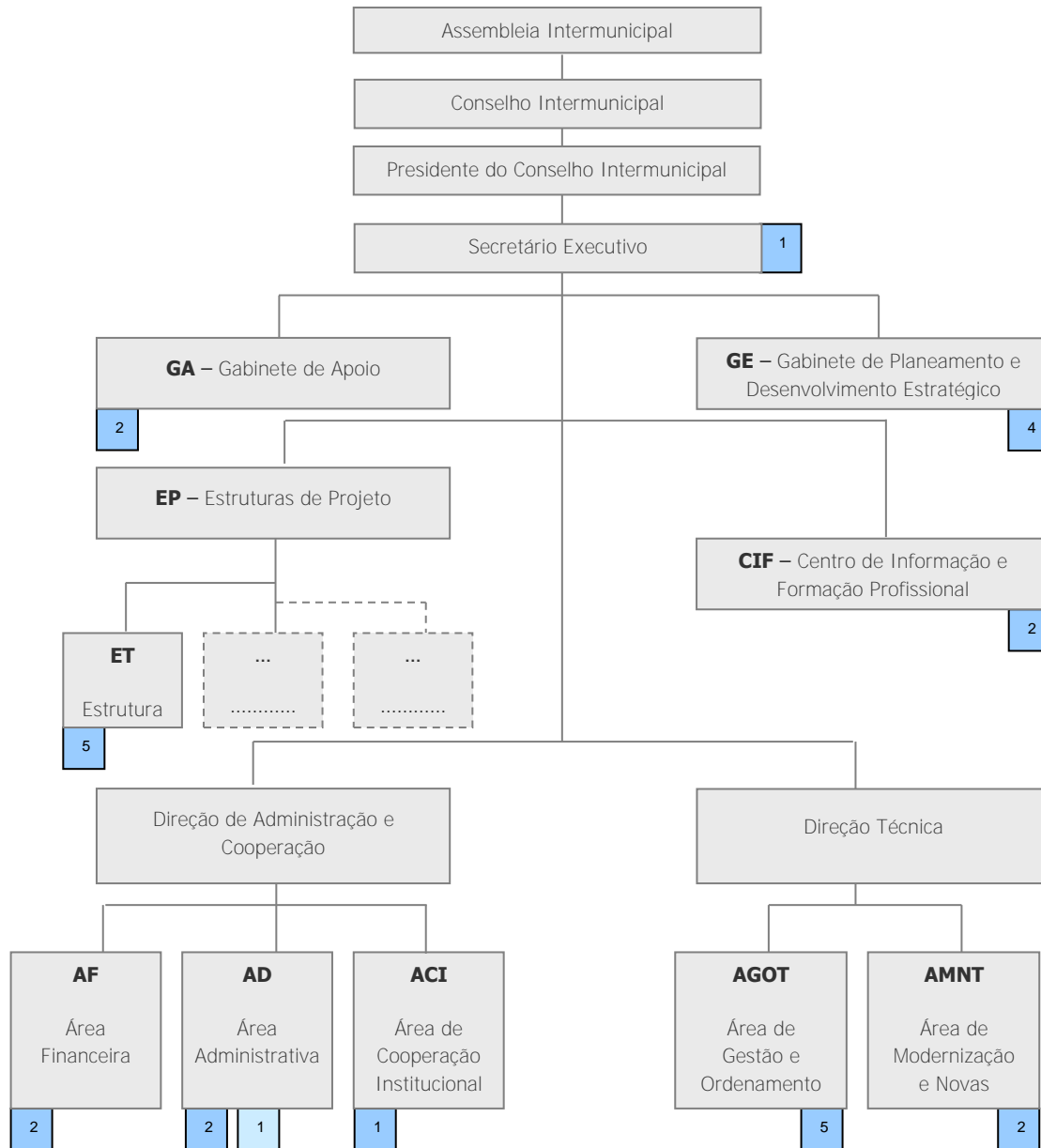
Tendo em conta o referido anteriormente e tomando como referência a situação atual da CIMT e as Opções do Plano para o próximo ano, apresenta-se um quadro resumo que sistematiza os dados relevantes sobre as recursos humanos da CIMT, seguido do mapa de pessoal para o próximo ano (Anexo II).

O Mapa de Pessoal para 2015 contempla os seguintes postos de trabalho:

Carreira	Contrato por Tempo Indeterminado	Contrato a Termo Certo e Incerto	Nomeação	A Recrutar	TOTAL
				Procedimentos Concursais	2014
Dirigente			1		1
Técnico Superior	11	9 (a)		1	21
Informática		2			2
Assistente Técnico	3 (b)	1			4
TOTAL	14	12	1	1	28

- (a) Conta com 1 técnico superior a integrar até ao final de 2014 – procedimento concursal a decorrer (termina até ao final de 2014).
- (b) 1 Assistente técnico a exercer funções na C. M de Mação

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo



Legenda:

Em efetividade de funções na CIMT (total 26)

Reforço 2015 (total 1)

No que respeita ao Mapa de Pessoal da CIMT, torna-se importante esclarecer e salientar as seguintes situações:

- ❖ Durante o mês de outubro de 2014, verificou-se a redução de 2 trabalhadores no mapa de pessoal da CIMT, 1 técnico superior e 1 assistente técnico, na sequência da consolidação das respetivas mobilidades internas;
- ❖ O Mapa de Pessoal conta com 1 assistente técnico a exercer funções na Câmara Municipal de Mação;

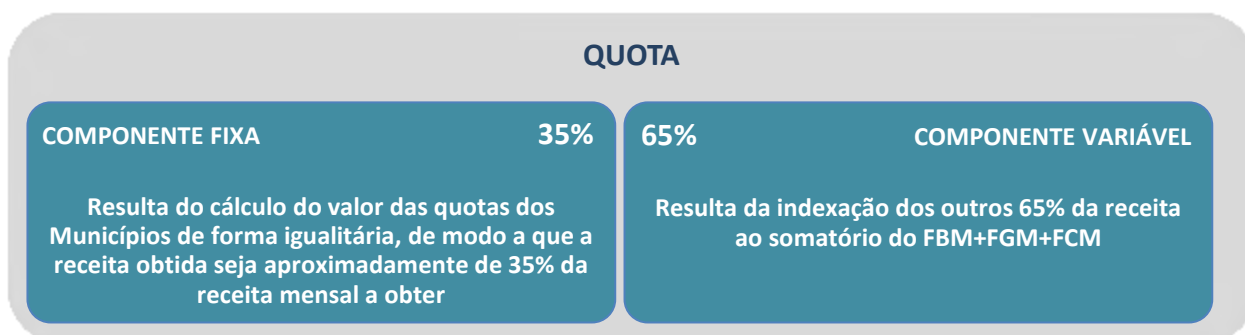
Prevê-se a necessidade de abrir procedimento concursal para:

- 1 Técnico Superior, Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, por tempo indeterminado: a legislação e a própria gestão dos recursos humanos na administração pública está em constante mudança, pelo que se considera deveras pertinente que a CIMT possa contar com duas técnicas no serviço de RH, para que o referido serviço esteja continuamente assegurado.

5. Enquadramento Financeiro

5.1 Quotização

Considerando os constrangimentos financeiros pelas medidas constantes nos Orçamentos de Estado, pela nova Lei das Finanças Locais, fundos disponíveis, entre outros, para os municípios, e cabendo à CIMT o papel de estrutura intermédia para a racionalização de recursos para o funcionamento de muitas das áreas de intervenção dos Municípios, **propõe-se a manutenção dos valores aprovados no orçamento de 2014 para a quotização dos municípios**, os quais atendem ao seguinte método de cálculo:



Os valores de quotização a considerar para cada um dos Municípios são os seguintes:

Município	Quota anual
Abrantes	82.108,80 €
Alcanena	45.103,68 €
Constância	36.621,12 €
Entroncamento	36.913,32 €
F. do Zêzere	45.027,72 €
Mação	53.377,08 €
Ourém	80.832,12 €
Sardoal	38.076,72 €
Sertão	55.503,96 €
Tomar	69.841,44 €
Torres Novas	64.794,84 €
Vila de Rei	36.591,48 €
V N Barquinha	36.313,92 €
Total	681.106,20 €

5.2 Projetos – Investimento 2015

Objetivos Estratégicos	Projetos e Subprojetos	Investimento 2015 Definido	Fontes de Financiamento		Não Definido
			AA	FC	
OB1: Valorização dos recursos endógenos e do potencial turístico	1. Afirmação Territorial do Médio Tejo	256.126,47 €	68.754,28 €	187.372,19 €	85.000,00 €
	1.1 Promoção e Divulgação	147.126,47 €	39.654,28 €	107.472,19 €	
	1.2 Promoção do Turismo	12.000,00 €	1.800,00 €	10.200,00 €	
	1.3 Marketing Territorial	82.000,00 €	12.300,00 €	69.700,00 €	
	1.4 Programação Cultural / Formação de Novos Públicos	15.000,00 €	15.000,00 €		85.000,00 €
	2. APHELEIA (Programa ERASMUS+)	4.520,00 €		4.520,00 €	
OB2: Incorporação de valor na atividade empresarial	3. Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede (EM_REDE)	91.200,00 €	13.680,00 €	77.520,00 €	
	3.1. Ação 1	60.000,00 €	9.000,00 €	51.000,00 €	
	3.2 Ação 2	31.200,00 €	4.680,00 €	26.520,00 €	
	4. Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede II	3.000,00 €	3.000,00 €		17.000,00 €
	4.1 Promoção do Empreendedorismo	2.250,00 €	2.250,00 €		12.750,00 €
	4.2 Empreendedorismo Social	750,00 €	750,00 €		4.250,00 €
OB3: Promoção da coesão e da qualidade de vida	5. Educação de Excelência no Médio Tejo	120.000,00 €	18.000,00 €	102.000,00 €	
	5.1 Promoção da Cultura Científica Junto das Comunidades Escolares	40.000,00 €	6.000,00 €	34.000,00 €	
	5.2 Estratégia Regional de Combate ao Insucesso e Abandono Escolar	40.000,00 €	6.000,00 €	34.000,00 €	
	5.3 Carta Educativa Regional	40.000,00 €	6.000,00 €	34.000,00 €	
	6. PIAL - Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local	2.460,00 €	2.460,00 €		
	7. Unidades Móveis de Saúde	5.000,00 €	5.000,00 €		50.000,00 €
OB4: Consolidação de massa crítica urbana	8. Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo	246.080,39 €	246.080,39 €		154.475,38 €
	8.1 Transporte a Pedido	188.870,39 €	188.870,39 €		91.125,38 €
	8.2 Observatório da Mobilidade e Sistema Integrado de Transportes	49.815,00 €	49.815,00 €		60.885,00 €
	8.3 Estrutura Regional de Caminhos e Civlovias e Promoção dos Modos Suaves	7.395,00 €	7.395,00 €		2.465,00 €
	9. Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo	5.000,00 €	5.000,00 €		
	10. Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Pólo de Abrantes	11.110,00 €	11.110,00 €		59.160,00 €
OB5: Governação inteligente e multidimensional	11. QREN - Apoio e Contratualização	125.000,00 €	18.750,00 €	106.250,00 €	
	12. Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Monitorização	95.940,00 €	14.391,00 €	81.549,00 €	
	12.1 Investimento Territorial Integrado e Monitorização do PED	95.940,00 €	14.391,00 €	81.549,00 €	
	12.2 Pacto para a Empregabilidade				
	13. Médio Tejo Online	2.077.540,96 €	482.214,58 €	1.595.326,39 €	
	13.1 Serviços Online - Faturação Eletrónica	9.520,00 €	1.428,00 €	8.092,00 €	
	13.2 Serviços Online - Plataforma de Educação	220.989,72 €	74.347,40 €	146.642,33 €	
	13.3 Serviços Online - Aplicações de Negócio	984.604,31 €	147.690,65 €	836.913,66 €	
	13.4 Compras Públicas - Central de Compras	47.555,24 €	13.666,79 €	33.888,45 €	
	13.5 Reestruturação das Infraestruturas Tecnológicas	99.476,00 €	22.852,38 €	76.623,62 €	
	13.6 Gestão Documental	425.395,69 €	178.729,35 €	246.666,34 €	
	13.7 Aplicações ERP	290.000,00 €	43.500,00 €	246.500,00 €	
	14. Modernização Administrativa - Outros Projetos	117.902,78 €	117.902,78 €		
	14.1 Programa de Licenciamento em Volume "Enterprise Ageement"	50.902,78 €	50.902,78 €		
	14.2 Aquisição de Software	30.000,00 €	30.000,00 €		
	14.3 Aquisição de Hardware para Reestruturação Tecnológica	37.000,00 €	37.000,00 €		
	15. Apoio à Modernização Administrativa Local 2020	37.500,00 €	37.500,00 €		212.500,00 €
	16. Médio Tejo - Gestão em SIG	202.718,65 €	30.407,80 €	172.310,85 €	
	16.1 Atualização e Retificação de Cartografia 10k	145.016,79 €	21.752,52 €	123.264,27 €	
	16.2 Sistemas de Informação Territorial 2	57.701,86 €	8.655,28 €	49.046,58 €	
17. Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial	48.500,00 €	48.500,00 €		42.500,00 €	
17.1 Gestão e Ordenamento do Território	3.500,00 €	3.500,00 €		14.500,00 €	
17.2 Gestão Integrada de Proteção Civil e Florestas	2.500,00 €	2.500,00 €		14.000,00 €	
17.3 Monitorização Ambiental	2.500,00 €	2.500,00 €		14.000,00 €	
17.4 Infraestrutura Tecnológica - Hardware e Software	25.000,00 €	25.000,00 €			
17.5 Apoio Técnico	15.000,00 €	15.000,00 €			
18. Fornecimento de Estudos de Identificação e Caracterização de Risco	57.687,00 €	8.653,05 €	49.033,95 €		
19. GEFOR - Gestão da Formação	116.703,38 €	29.835,96 €	86.867,42 €		
19.1 Formação da Administração Local	52.787,38 €	9.448,11 €	43.339,27 €		
19.2 Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	6.920,00 €	3.460,00 €	3.460,00 €		
19.3 Estágios Curriculares e Profissionais	56.996,00 €	16.927,85 €	40.068,15 €		
20. Sistema Integrado de Segurança e Saúde no Trabalho	700,74 €	700,74 €			
20.1 Saúde no Trabalho	449,82 €	449,82 €			
20.2 Segurança e Higiene no Trabalho	250,92 €	250,92 €			
	Total	3.624.690,37 €	1.161.940,57 €	2.462.749,81 €	620.635,38 €

5.3 Projetos – Critérios de Imputação

Para a imputação da componente financeira dos projetos intermunicipais a suportar pelos Municípios, será utilizado, **sempre que possível, o critério de imputação real**, de acordo com os bens e serviços efetivamente prestados.

Nos casos em que não seja possível aplicar o critério de imputação real / não seja quantificável os bens e serviços correspondentes a cada um dos Municípios envolvidos, será **supletivamente aplicado o critério de imputação de acordo com o valor das transferências do Orçamento de Estado**.

Em casos concretos, poderá ser deliberada a opção por outro critério de imputação, que se considere mais adequado em função da aquisição em questão, tal como o critério de imputação equitativo, o critério de imputação proporcional à área de cada concelho e o critério de imputação proporcional à população residente em cada concelho.

Município	Critério de Imputação			
	Transferências OE	Área	População	Equitativo
Abrantes	14,15%	21,37%	15,90%	7,69%
Alcanena	5,95%	3,81%	5,61%	7,69%
Constância	3,99%	2,40%	1,64%	7,69%
Entroncamento	4,06%	0,41%	8,17%	7,69%
F. do Zêzere	5,87%	5,69%	3,48%	7,69%
Mação	7,70%	11,96%	2,97%	7,69%
Ourém	13,87%	12,46%	18,57%	7,69%
Sardoal	4,32%	2,76%	1,59%	7,69%
Sertã	9,58%	13,36%	6,42%	7,69%
Tomar	11,42%	10,50%	16,45%	7,69%
Torres Novas	10,54%	8,07%	14,85%	7,69%
Vila de Rei	4,65%	5,73%	1,40%	7,69%
V N Barquinha	3,90%	1,48%	2,96%	7,69%

5.4 Projetos – Participação Financeira Solicitada aos Municípios

Município	Quota Anual	1. Afirmação Territorial do Médio Tejo	3. Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede (EM_REDE)	8. Melhoria da Mobilidade no Médio - Transporte a Pedido	11. QREN - Apoio e Contratualização	12. Estratégia 2020 - PED MT 2014-2020 - Operacionalização e Monitorização	13. Médio Tejo Online	14. Modernização Administrativa - Outros Projetos	16. Médio Tejo - Gestão Em SIG	17. Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial	18. Fornecimento de Estudos de Identificação e Caracterização de Risco	18. GEFOR - Gestão da Formação	Total
Abrantes	82.108,80 €	5.358,33 €	1.298,90 €	37.049,03 €	2.651,00 €	1.409,69 €	25.608,61 €	7.202,34 €	3.970,70 €	1.060,39 €	1.081,63 €	750,00 €	169.549,41 €
Alcanena	45.103,68 €	2.253,07 €	546,16 €	2.827,07 €	1.115,20 €	592,74 €	20.477,04 €	3.028,44 €	1.671,92 €	446,07 €	1.081,63 €	750,00 €	79.893,03 €
Constância	36.621,12 €	1.512,63 €	366,67 €	1.898,00 €	748,72 €	397,95 €	16.733,48 €	2.033,19 €	1.488,13 €	299,49 €	0,00 €	750,00 €	62.849,38 €
Entroncamento	36.913,32 €	1.537,37 €	372,67 €	1.148,35 €	761,00 €	404,46 €	15.801,42 €	2.066,44 €	1.227,31 €	304,40 €	1.081,63 €	750,00 €	62.368,37 €
Ferreira do Zêzere	45.027,72 €	2.223,88 €	539,08 €	2.790,45 €	1.100,76 €	585,07 €	16.721,92 €	2.989,21 €	1.918,68 €	440,30 €	1.081,63 €	750,00 €	76.168,70 €
Mação	53.377,08 €	2.917,43 €	707,21 €	16.049,89 €	1.450,36 €	767,53 €	28.833,04 €	3.921,43 €	2.739,05 €	580,15 €	1.081,63 €	750,00 €	113.174,80 €
Ourém	80.832,12 €	5.253,22 €	1.273,42 €	39.618,32 €	2.600,12 €	1.382,03 €	8.081,46 €	7.061,06 €	2.082,57 €	1.040,05 €	0,00 €	750,00 €	149.974,37 €
Sardoal	38.076,72 €	1.635,77 €	396,52 €	11.467,21 €	809,68 €	430,34 €	19.087,06 €	2.198,70 €	1.534,21 €	323,87 €	1.081,63 €	750,00 €	77.791,71 €
Sertão	55.503,96 €	1.760,01 €	426,64 €	4.551,82 €	1.795,56 €	954,37 €	18.516,07 €	4.876,03 €	4.870,58 €	718,23 €	0,00 €	750,00 €	94.723,26 €
Tomar	69.841,44 €	3.627,62 €	879,36 €	30.503,69 €	2.139,92 €	1.137,42 €	29.894,55 €	5.811,29 €	2.548,07 €	855,96 €	1.081,63 €	750,00 €	149.070,96 €
Torres Novas	64.794,84 €	4.323,43 €	1.048,03 €	5.007,31 €	1.975,28 €	1.049,87 €	36.449,95 €	5.363,96 €	2.230,25 €	790,10 €	0,00 €	750,00 €	123.783,02 €
Vila de Rei	36.591,48 €	1.476,78 €	357,98 €	2.208,40 €	871,60 €	463,03 €	28.960,39 €	2.365,70 €	2.758,79 €	348,64 €	0,00 €	750,00 €	77.152,79 €
Vila Nova da Barquinha	36.313,92 €	3.990,63 €	967,36 €	17.669,91 €	730,84 €	388,52 €	26.697,39 €	1.984,99 €	1.367,54 €	292,34 €	1.081,63 €	750,00 €	92.235,07 €
Total	681.106,20 €	37.870,17 €	9.180,00 €	172.789,46 €	18.750,04 €	9.963,00 €	291.862,38 €	50.902,78 €	30.407,80 €	7.499,99 €	8.653,04 €	9.750,00 €	1.328.734,86 €

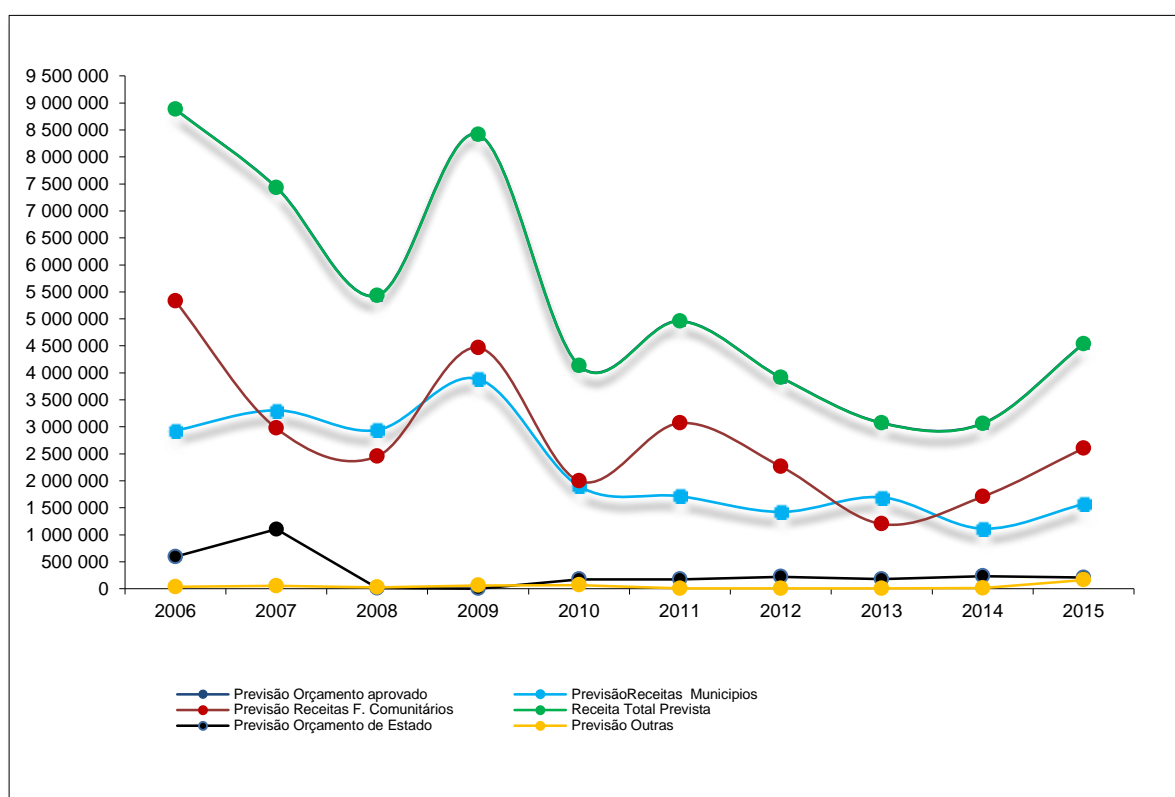
Nota: O montante das participações solicitadas aos municípios, apenas corresponde a uma parte do valor total do orçamento.

A diferença entre o já solicitado e o valor eventualmente necessário, para além do referido, será colmatado com a utilização do saldo da gerência anterior.

5.5 Análise Financeira

Análise da Evolução dos Documentos Previsionais 2006/2015

Dados em Análise	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Previsão Orçamento aprovado	8.880.350	7.432.518	5.428.887	8.411.956	4.133.396	4.955.547	3.910.502	3.067.848	3.058.061	4.534.549
Previsão Receitas Municípios	2.926.500	3.299.826	2.934.986	3.881.000	1.896.739	1.709.108	1.417.708	1.688.055	1.108.071	1.561.637
Previsão Receitas F. Comunitários	5.327.200	2.973.574	2.454.045	4.466.200	1.996.315	3.068.839	2.264.849	1.199.455	1.705.615	2.602.940
Previsão Orçamento de Estado	592.350	1.106.818	12.691	2.756	173.500	173.000	221.345	176.138	233.150	208.047
Previsão Outras	34.300	52.300	27.165	62.000	66.842	4.600	6.600	4.200	11.225	161.925
Receita Total Prevista	8.880.350	7.432.518	5.428.887	8.411.956	4.133.396	4.955.547	3.910.502	3.067.848	3.058.061	4.534.549



Relativamente à previsão dos orçamentos anteriormente apresentados, tem-se vindo a verificar, desde o ano de 2009, um decréscimo no seu valor global, sendo o orçamento para o ano de 2014, aquele que apresenta o valor mais baixo desde o ano de 2006.

Para 2015 inverte-se esta tendência, resultado essencialmente da concentração na CIMT da realização de parte do projeto de modernização administrativa – Médio Tejo Online.

No que respeita às receitas por parte dos municípios, verifica-se um decréscimo substancial em 2010 comparativamente aos anos anteriores.

O ano de 2010 registou uma diminuição das receitas provenientes dos fundos comunitários, situação esta alterada no ano de 2011, dado que muitos projetos intermunicipais submetidos no ano de 2010, foram aprovados no fim desse ano ou no decorrer do ano de 2011.

Em 2012, 2013 e 2014 volta-se a estimar o abrandamento das receitas vindas dos fundos comunitários, resultante da execução física aprovada dos vários projetos cofinanciados e de interesse intermunicipal, uma vez que, estes atingiram em 2012 um elevado grau de maturidade, encontrando-se já numa fase pré-conclusão.

Aprovado em reunião do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, realizada em __/__/____

O Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____
_____	_____

Aprovado em reunião da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, realizada em __/__/____

A Mesa da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

6. Anexos

6.1 Mapa de Pessoal

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO
MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015

(nos termos do art.º 29º do Anexo da Lei n.º 935/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/ Competências/ Atividades	Cargo/ Carreira/ Categoria	Área de Formação Académica e/ou Profissional	Atividades/ Atribuições/ Competências (1)	Postos de Trabalho				Obs.
					P	O	AP	T	
....	Gestão Corrente	Secretário Executivo	Direito	1	0	0	1	Nomeação
GA - Gabinete de Apoio	* Apoio direto aos órgãos de gestão incluindo ao Secretário Executivo no desempenho das suas funções e no planeamento das atividades e nas relações públicas; * Promoção e divulgação; * Elaboração de propostas de projetos, entre outras, na área da respetiva atuação, e preparação das respetivas candidaturas; * Apoio direto e logístico à Assembleia Intermunicipal da CIMT;	Técnico Superior	Engenharia Civil	Competência 1	1	0	0	1	TI
			Ciências da Comunicação - Especialização em Publicidade	Atividade 1	1	0	0	1	TI
GE - Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico	* Assegurar as funções de estudo, de planeamento e de gestão técnica dos programas e projetos com nível de integração intermunicipal ou subregional;	Técnico Superior	Engenharia do Território (a)	Atividade 1	1	0	0	1	T Ic
			Relações Internacionais	Atividade 3	1	0	0	1	T Ic
			Gestão de Recursos Humanos	Competência 1	1	0	0	1	TI
			Área de Administração Pública	Atividade 2	1	0	0	1	T Ic
EP - Estruturas de Projeto	* Gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional;	Técnico Superior	Gestão de Empresas	Atividade 1	1	0	0	1	TI
			Gestão de Empresas	Atividade 3	1	0	0	1	T Ic
			Engenharia Civil	Atividade 2	1	0	0	1	TI
			Engenharia Civil	Atividade 4	1	0	0	1	TI
			Engenharia Civil (b)	Atividade 5	1	0	0	1	T Ic
CIF - Centro de Informação e Formação Profissional	* Funções de estudo, de planeamento e de gestão técnica dos programas e projetos comunitários relacionados com a formação cívica dos cidadãos em geral e o apoio informativo aos mesmos e com a formação profissional dos funcionários e agentes da administração local no âmbito do território comunitário;	Técnico Superior	Gestão de Recursos Humanos	Atividade 1	1	0	0	1	T Ic
		Assistente Técnico	Curso Profissional de Contabilidade e Técnicas Administrativas (c)	Competência 1	1	0	0	1	TI
DAC - Direção de Administração e Cooperação	Compreende : * A área financeira; * A área administrativa; * A área de cooperação institucional;	0	0	0	0
DAC/AF - Área Financeira	* Funções inerentes ao serviço de contabilidade de acordo com o POCAL, nomeadamente, no que respeita às Opções do Plano e Orçamento, Relatório de Gestão, PPI; * Apoio direto e logístico à Assembleia da CIMT;	Técnico Superior	Administração Pública e Autárquica	Competência 1	1	0	0	1	TI
			Administração Pública	Atividade 1	1	0	0	1	TI
DAC/AD - Área Administrativa	* Todas as tarefas administrativas decorrentes das atividades da CIMT, nomeadamente, expediente, arquivo, apoio a reuniões; * Tarefas inerentes ao serviço de recursos humanos;	Técnico Superior	Gestão Recursos Humanos (c)	Atividade 1	1	0	1	2	TI
		Assistente Técnico	Gestão Recursos Humanos (c)	Competência 1	1	0	0	1	TI
DAC/ACI - Área de Cooperação Institucional	* Tarefas inerentes à implementação de normativas decorrentes do cumprimento legislativo; * Apoio à implementação de medidas de cooperação intermunicipal; * Colaboração e apoio às Sessões da Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo; * Apoio direto e logístico à Assembleia da CIMT;	Técnico Superior	Economia	Competência 1	1	0	0	1	TI
DT - Direção Técnica		0
DT/AGOT - Área Gestão e Ordenamento do Território	* Promover, gerir e acompanhar as atividades inerentes aos sistemas de informação geográfica para o ordenamento do território.	Técnico Superior	Engenharia Biofísica	Atividade 1	1	0	0	1	TI
			Gestão do Território	Atividade 2	2	0	0	2	T Ic
			Engenharia Geográfica	Atividade 3	1	0	0	1	T Ic
		Assistente Técnico	Desenhador	Competência 1	0	1	0	1	TI
DT/AMNT - Área de Modernização e Novas Tecnologias	* Conceber, coordenar projetos de modernização administrativa; * Assegurar o funcionamento do Médio Tejo Digital.	Especialista de Informática	Engenharia Informática	Atividade 1	1	0	0	1	T Ic
				Atividade 2	1	0	0	1	
TOTAL					26	1	1	28	

(1) - Atividades e Competências descritas no Anexo ao Mapa de Pessoal

- (a) desempenha também funções na estrutura de projeto
 (b) concurso a decorrer, prevê-se a ocupação do posto de trabalho até ao final de 2014
 (c) desempenham também as funções de tesouraria

TI - Contrato por Tempo Indeterminado

T Ic - Contrato a Termo Incerto

P- Providos e em efetividade de funções na CIMT

O - Ocupados mas em funções noutras entidades

AP- lugares a prover

TC - Contrato Termo Certo

T- Total

6.2 Anexo ao Mapa de Pessoal

MAPA DE PESSOAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO

ANO 2015

Anexo ao Mapa de Pessoal – Atribuições/Competências/Atividades

De acordo com o disposto nos artigos 28º e 29º, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, “O empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades de natureza permanente ou temporária, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros disponíveis.”, “(...) bem como o respetivo mapa de pessoal.”, devendo estes elementos acompanhar a proposta de orçamento.

Assim, devem constar do mapa de pessoal, “...a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizados em função:

- e) *Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou executar;*
- f) *Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;*
- g) *Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;*
- h) *Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governos responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.”*

Os Postos de Trabalho pressupõem um conjunto de tarefas destinadas à concretização de um objetivo laboral pré-determinado, com aptidões, exigências e responsabilidades especialidades específicas, tendo em conta a unidade orgânica em que estão inseridos.

As funções a desempenhar pelos trabalhadores, são assim determinadas por um conjunto de tarefas integradas em postos de trabalho inseridos em unidades diferenciadas, com características semelhantes quanto a aptidões, exigências e responsabilidades inerentes à concretização das referidas tarefas, ainda que variem os meios e algumas condições gerais, ambientais ou de organização.

A atividade que cada trabalhador exerce, não prejudica o exercício de funções que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o mesmo detenha qualificação profissional adequada, mesmo que não descritas no conteúdo funcional das carreiras gerais (técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional), que resulta do Anexo à Lei n.º 35/2014 – LGTFP.

Face ao exposto e considerando que o mapa de pessoal deve refletir de forma mais exata o conteúdo funcional dos postos de trabalho, descrevem-se de forma genérica e não exaustiva, as atribuições, competências e atividades dos postos de trabalho constantes do mapa de pessoal.

GA – Gabinete de Apoio:

Apoio direto aos órgãos de gestão e ao Secretário Executivo no desempenho das suas funções e no planeamento das atividades e nas relações públicas, competindo, nomeadamente:

- ✓ Assessorar o Secretário nos domínios da preparação da sua atuação administrativa, recolhendo e tratando a informação a isso necessária;
- ✓ Promover os contactos com os Gabinetes dos Municípios associados, com a Assembleia Intermunicipal, com os serviços e com os órgãos da CIMT;

- ✓ Organizar a agenda e desempenhar outras tarefas que lhe tenham sido atribuídas pelo Secretário Executivo, dentro do respetivo âmbito de atuação;
- ✓ Promover a divulgação, nos serviços, de normas e diretrizes genéricas superiormente aprovadas;
- ✓ Assegurar o apoio administrativo aos órgãos da CIMT, designadamente quanto à organização das reuniões e elaboração de atas;
- ✓ Promover a difusão da informação da CIMT através de soluções existentes ou a criar;
- ✓ Prestar o apoio técnico -jurídico aos municípios associados e aos órgãos e serviços da CIMT, elaborando pareceres e informações sobre a interpretação e aplicação da legislação, bem como normas e regulamentos internos;
- ✓ Realizar estudos e outros trabalhos de natureza jurídica, conducentes à definição e concretização das políticas da CIMT e dos Municípios associados
- ✓ Recolher, tratar, difundir e atualizar a informação noticiosa com interesse para a Comunidade e os Municípios;
- ✓ Elaborar propostas de normalização da informação;
- ✓ Assegurar as relações públicas;
- ✓ Apoiar a promoção de eventos culturais de interesse intermunicipal;
- ✓ Estudar e promover experiências piloto no âmbito da qualidade, da simplificação e da racionalização de procedimentos e circuitos administrativos;
- ✓ Elaborar propostas de, projetos e demais iniciativas na área da respetiva atuação, com preparação das respetivas candidaturas;
- ✓ Assegurar as atividades bibliográficas da CIMT ou que tenham a participação desta;
- ✓ Propor a adoção de medidas concretas de controlo interno e desenvolver ações de auditoria interna aos serviços com vista à avaliação da atividade prosseguida e à deteção de fatores e situações condicionantes ou impeditivas da realização dos objetivos definidos, e apresentar propostas concretas de correção;
- ✓ Prestar o apoio necessário à definição das políticas de informática e comunicações.

Técnico Superior

Competência 1

Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

Atividade 1

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: a elaboração de Planos de Comunicação e Marketing Global de âmbito intermunicipal; apresentação de candidaturas financiadas por fundos comunitários; divulgação regional e local na imprensa; compilação e elaboração das estruturas taxionómicas e suas respetivas descrições, de forma a permitir a disponibilização de serviços on-line, a promoção à cidadania eletrónica, através da disponibilização de vários portais; preparação de orçamentos; apoio à preparação de STAND's representativos da CIMT; análise e acompanhamento de processos de aquisição de material promocional e estudo e preparação de diversos materiais de divulgação no âmbito das diferentes iniciativas conjuntas dos Municípios, de modo a criar uma imagem coesa da Região do Médio Tejo; apoio na preparação de reuniões, nomeadamente, as reuniões dos órgãos da CIMT; organizar a agenda e desempenhar outras tarefas que lhe tenham sido atribuídas pelo Secretário Executivo, dentro do respetivo âmbito de atuação; Promover os contactos com stakeholders.

GE - Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento Estratégico

Compete ao GE assegurar as funções de estudo, de planeamento e de gestão técnica dos programas e projetos com nível de integração intermunicipal ou sub-regional, nomeadamente:

- ✓ Preparar os instrumentos necessários à gestão, segundo critérios de gestão estratégica;
- ✓ Conceber planos, programas e projetos de investimento e desenvolvimento, bem como estudos de previsão, de natureza intermunicipal ou sub -regional;
- ✓ Conceber os modelos de financiamento mais adequados realização das iniciativas referidas na alínea anterior;
- ✓ Elaborar os instrumentos de acesso aos modelos de financiamento referidos;
- ✓ Proceder à elaboração de redes para o desenvolvimento turístico;
- ✓ Conceber e propor uma política intermunicipal de cultura e do património;
- ✓ Promover e produzir eventos culturais de interesse intermunicipal;
- ✓ Apoiar a promoção da oferta turística comunitária no mercado interno e colaborar com os órgãos centrais de turismo com vista à sua promoção externa;
- ✓ Identificar as necessidades em matéria de informação estatística, jurídica, cartográfica, geográfica e outra de interesse para a Comunidade e propor a respetiva organização e sistematização;
- ✓ Elaborar propostas e candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas na área da respetiva atuação;
- ✓ Participar na construção das bases de dados e outras soluções informáticas, na área das suas competências.

Técnico Superior**Competência 1**

Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

Atividade 1

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: o apoio no desenvolvimento do projeto MOPA – Planeamento das Acessibilidades, nomeadamente, no que respeita à preparação de procedimentos para elaboração de trabalhos e estudos técnicos e respetivo acompanhamento e implementação, e demais tarefas necessárias ao bom desenvolvimento do projeto; apoio no desenvolvimento do projeto MOSIT – Sistema Integrado de Transportes, nomeadamente, na preparação de procedimentos para a elaboração de trabalhos e estudos técnicos e respetivo acompanhamento e implementação, apoio no processo de concertação com os operadores de transporte e no processo de acompanhamento por parte do Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres, e demais tarefas necessárias ao bom desenvolvimento do projeto; colaborar na elaboração de candidaturas a Fundos Comunitários, no âmbito do QREN 2007/2013; colaborar no acompanhamento da execução física dos projetos inseridos nas Opções do Plano, em articulação com os restantes serviços da Comunidade Urbana do Médio Tejo; apoiar o grupo de trabalho do Plano de Ação 2007-2013, em termos de acompanhamento da sua elaboração, divulgação e implementação, assim como de outros documentos temáticos de apoio; apoiar a prossecução de tarefas no âmbito do ordenamento e gestão do território, nos termos do disposto no PROTOVT; colaborar com os vários serviços da Comunidade Urbana do Médio Tejo na elaboração de planos e relatórios de atividades e regulamentos.

Atividade 2

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: o apoio no desenvolvimento de candidaturas a apresentar no âmbito do QREN; gestão financeira e administrativa dos projetos intermunicipais desenvolvidos no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território e do Programa Operacional Regional do Centro; elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos financeiros e processuais; desenvolvimento dos processos de aquisição respeitantes aos projetos intermunicipais; elaboração de pedidos de pagamento; acompanhamento dos trabalhos junto dos municípios e entidades participantes nos projetos; controlo contabilístico das contrapartidas comunitárias e nacionais dos projetos intermunicipais; elaboração dos autos de cedência aos municípios do imobilizado adquirido no âmbito dos projetos intermunicipais; desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais.

Atividade 3

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: a promoção, divulgação e perpetuação das competências e recursos endógenos do território, para o desenvolvimento territorial do Médio Tejo, com enfoque nas vertentes da promoção do turismo e da atividade empresarial, na sequência da elaboração de candidaturas a fundos comunitários no âmbito do QREN; Apoio em ações intermunicipais, designadamente, para a promoção da região a nível nacional e internacional, nomeadamente, na recolha e sistematização de dados a respeito da atividade turística do Médio Tejo e para desenvolvimento, entre outros, do projeto “Afirmação Territorial do Médio Tejo”; Divulgação da informação devidamente estruturada através das novas tecnologias (sites).

EP – Estruturas de Projeto

Estrutura Técnica tem como objetivos a gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, nomeadamente:

- ✓ Assegurar as funções de estudo, de planeamento e de gestão técnica dos programas e projetos comunitários com um nível de integração intermunicipal ou sub-regional;
- ✓ Gerir programas integrados em programas de desenvolvimento sub-regionais, designadamente no quadro de planos de desenvolvimento integrado;
- ✓ Instruir e apreciar as candidaturas de projeto. Verificando, designadamente, o seu enquadramento nas regras definidas no Regulamento específico das tipologias objeto da contratualização;
- ✓ Formular pareceres técnicos sobre a viabilidade dos referidos projetos
- ✓ Proceder ao acompanhamento físico e gestão financeira das candidaturas, verificar os elementos de despesas relativas às operações aprovadas e recolher e tratar a respetiva informação;
- ✓ Preparar e coordenar a execução de projetos de cooperação técnica e financeira com a administração central e de projetos comparticipados pela União Europeia em que a CIMT seja parte;
- ✓ Acompanhar a execução dos programas e projetos da responsabilidade das áreas operacionais e elaborar as propostas compatíveis com os princípios do planeamento estratégico;
- ✓ Preparar os instrumentos necessários à gestão, segundo critérios de gestão estratégica;
- ✓ Preparar e coordenar a execução de projetos de desenvolvimento, de natureza intermunicipal ou sub-regional;
- ✓ Conceber, coordenar e apoiar programas integrados de gestão das infra -estruturas e equipamentos desportivos, de recreio e lazer;
- ✓ Gerir os transportes escolares;
- ✓ Colaborar na gestão e na administração de unidades de saúde;
- ✓ Colaborar na gestão integrada de espaços públicos e de equipamentos coletivos;
- ✓ Participar na gestão das áreas protegidas e das áreas ambientalmente sensíveis;
- ✓ Definir e propor critérios de dimensionamento e localização de equipamentos, infra -estruturas e espaços verdes;

- ✓ Gerir e manter as estradas desclassificadas a cargo da CIMT;
- ✓ Gerir a atividade de higiene e limpeza urbana a cargo da CIMT;
- ✓ Promover a articulação e compatibilização, na ótica do utilizador, da rede de transportes coletivos;
- ✓ Articular a atividade dos municípios em matéria de proteção civil e de combate aos incêndios;
- ✓ Apoiar os municípios na elaboração e apresentação de projetos e programas integrados a candidatar a co - financiamento pela União Europeia ou pelo Estado;
- ✓ Proceder à avaliação dos impactes espaciais e sócio-económicos dos planos, programas e projetos de desenvolvimento económico e social;
- ✓ Preparar os contratos e os protocolos que formalizam as condições de cooperação técnica ou financeira com outras entidades;
- ✓ Criar e manter atualizada a base de dados, correspondente às candidaturas, bem como promover a sua georreferenciação;
- ✓ Participar na construção das bases de dados e outras soluções informáticas, na área das suas competências.

Atividade 1

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: gestão de projetos financiados por fundos comunitários; análise financeira de projetos; apresentação de candidaturas; controle interno de candidaturas; elaboração de pedidos de pagamento; controlo das despesas efetuadas e quitadas; enquadramento de despesas; preparação de orçamentos; análise e acompanhamento de processos de aquisição; relatórios de execução de projetos.

Atividade 2

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: a análise, acompanhamento e controlo físico de obras públicas nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito do QREN, mas também de outros Fundos e Programas de Apoio geridos diretamente pela União Europeia, durante e após o próximo período de programação comunitária, bem como no âmbito do encerramento do QCA III, incluindo verificações à priori com vista à apreciação do enquadramento formal e físico nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários; análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos municipais e intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários, nomeadamente do FEDER; elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos físicos e processuais; utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, física e de controlo de fundos comunitários; preparação e acompanhamento de projetos intermunicipais para a rentabilização de ações no âmbito da segurança, e higiene, transportes coletivos, energia, entre outros.

Atividade 3

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos municipais e/ou intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários; elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos financeiros e processuais; organização, análise, tratamento e avaliação de candidaturas, nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito do QREN, mas também de outros Fundos e Programas de Apoio geridos diretamente pela União Europeia, durante e após o próximo período de programação comunitária, incluindo verificações com vista à apreciação do enquadramento processual e financeiro nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários; utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, financeira e de controlo de fundos comunitários.

Atividade 4

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: a análise, acompanhamento e controlo físico de obras públicas, nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito do QREN, bem como de Fundos e Programas de Apoio geridos diretamente pela União Europeia, incluindo verificação à priori com vista à apreciação do enquadramento formal e físico nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários; análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos municipais e intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários; elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos físicos e processuais; utilização de aplicações informáticas específica para a gestão processual, física e de controlo de fundos comunitários; colaborar na preparação de novos quadros comunitários para a região, nomeadamente no apoio à definição de estratégias municipais e intermunicipais.

Atividade 5 (Eng. Civil – concurso a decorrer)

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: Análise e acompanhamento e controlo físico de obras públicas, nomeadamente de âmbito municipal e/ou intermunicipal, no âmbito do QREN, mas também de outros Fundos e Programas de Apoio geridos diretamente pela União Europeia, incluindo verificações ao local, com vista à apreciação do enquadramento formal e físico nas regras dos respetivos fundos e programas comunitários; análise e acompanhamento do processo de contratualização de investimentos municipais e intermunicipais financiados por fundos e programas comunitários, nomeadamente do FEDER; elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos físicos e processuais; utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, física e de controlo de fundos comunitários; preparação e acompanhamento de projetos intermunicipais para a rentabilização de ações no âmbito da segurança e higiene, manutenção de equipamentos, energia, entre outros.

CIF – Centro de Informação e Formação Profissional

O CIF é uma estrutura à qual incumbe assegurar as funções de estudo, de planeamento e de gestão técnica dos programas e projetos comunitários relacionados com a formação cívica dos cidadãos em geral e o apoio informativo aos mesmos e com a formação profissional dos funcionários e agentes da administração local no âmbito do território comunitário, à qual compete, designadamente:

- ✓ Elaborar planos, programas, projetos e ações tendo por objeto a participação cívica dos cidadãos em geral;
- ✓ Elaborar e executar programas e projetos para aperfeiçoamento profissional dos funcionários e agentes da administração local;
- ✓ Promover as condições para a validação e certificação de competências e conhecimentos;
- ✓ Colaborar na construção e funcionamento da rede comunitária de formação;
- ✓ Identificar iniciativas de formação com interesse para a Comunidade Intermunicipal e propor a celebração de acordos e protocolos de colaboração, designadamente com universidades, institutos e centros de investigação;
- ✓ Conceber e desenvolver campanhas de sensibilização dos cidadãos para a segurança rodoviária, utilização do transporte coletivo e boas práticas de transportes;
- ✓ Promover ações de informação e divulgação, designadamente em matéria ambiental;
- ✓ Incentivar, através dos meios adequados, a cooperação institucional no âmbito da cultura e da formação profissional;
- ✓ Organizar e participar na organização de seminários, colóquios e outros eventos de interesse para as suas atividades.

Técnico Superior**Atividade 1**

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: a elaboração de candidaturas de formação profissional, de âmbito intermunicipal apoiados pelos fundos comunitários, nomeadamente FSE; recolha, preparação e tratamento de dados relativos à execução de candidaturas ao Fundo Social Europeu (FSE), nomeadamente no desenvolvimento das respetivas ações de formação, em conformidade com os requisitos subjacentes às regras de financiamento do FSE; elaboração de propostas de atualização de conhecimentos, valorização e reconhecimento dos percursos profissionais e pessoais dos funcionários e colaboradores da CIMT; recolha, preparação e análise de dados referentes às necessidades formativas dos Municípios associados, seu enquadramento e elaboração das respetivas propostas formativas; desenvolvimento de processos de recrutamento e seleção de pessoal; alinhamento das políticas de Gestão de Recursos Humanos/ Gestão das pessoas com a estratégia da instituição.

Assistente Técnica**Competência 1**

Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira de Assistente Técnico).

AF – Área Financeira**À área financeira compete, designadamente:**

- ✓ Elaborar a proposta de opções do plano e orçamento, acompanhar e coordenar e avaliar a execução dos instrumentos financeiros aprovados, mantendo disponível informação relativa aos níveis dessa execução e coordenar a elaboração da proposta de relatório de atividades e da conta de gerência;
- ✓ Propor um sistema de indicadores e metodologias que facilitem a correta elaboração, acompanhamento, execução e avaliação das opções do plano, dos orçamentos, dos planos de investimento e da gestão dos recursos humanos;
- ✓ Estudar e propor medidas de gestão e utilização integrada dos meios financeiros com vista à respetiva otimização;
- ✓ Elaborar propostas de alterações e revisões orçamentais;
- ✓ Elaborar o projeto de relatório anual relativo à execução orçamental;
- ✓ Promover a constituição e regularização dos fundos permanentes;
- ✓ Assegurar a tramitação e a informação contabilística com os municípios associados e com outras entidades externas;
- ✓ Apoiar na gestão orçamental;
- ✓ Assegurar o registo e processamento das receitas e das despesas;
- ✓ Assegurar o cabimento das despesas e efetuar a respetiva liquidação e pagamento;
- ✓ Organizar a conta de gerência;
- ✓ Assegurar a gestão, manutenção e cadastro das instalações, mobiliário, equipamento e viaturas automóveis e outro material pertencente à CIMT e velar pela sua segurança;
- ✓ Inventariar e administrar o património e promover as aquisições de bens e serviços necessárias;
- ✓ Estudar e propor medidas tendentes à racionalização das instalações e equipamentos;
- ✓ Elaborar propostas e candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas na área da respetiva atuação;
- ✓ Participar na construção das bases de dados e outras soluções informáticas, na área das suas competências.

Técnico Superior**Competência 1**

Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

Atividade 1

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: funções inerentes ao serviço de contabilidade de acordo com o POCAL, nomeadamente, no que respeita à proposta de elaboração da Conta de Gerência; Opções do Plano e Orçamento; Relatório de Atividades e PPI; assim como, execução do controlo orçamental por rubrica; garantir o pagamento a fornecedores; registo da receita e da despesa; manutenção e atualização do Plano Económico, Patrimonial, Orçamental e Funcional; análise e controlo das demonstrações financeiras (balanço, balancete); inventariação do património - manter o seu registo atualizado e registo das amortizações; apresentação de sugestões para melhoria dos serviços de gestão financeira.

AA - Área Administrativa**À área administrativa compete, designadamente:**

- ✓ Executar e promover os procedimentos administrativos relativos à constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego do pessoal;
- ✓ Assegurar a informação necessária ao correto processamento das remunerações e outros abonos dos funcionários dos serviços comunitários;
- ✓ Propor medidas conducentes à racionalização da gestão de pessoal e ao aumento da produtividade e da qualidade do trabalho;
- ✓ Realizar as demais operações de gestão dos recursos humanos, nomeadamente as relativas à avaliação de desempenho, registo de assiduidade, plano de férias, lista de antiguidades e à organização dos processos individuais dos funcionários;
- ✓ Organizar o registo dos cartões de identificação dos funcionários;
- ✓ Coordenar as atividades do pessoal auxiliar;
- ✓ Instruir os processos relativos a acidentes em serviço, bem como os de apresentação dos funcionários à junta médica;
- ✓ Assegurar o apoio administrativo aos júris de concursos relativos aos recursos humanos;
- ✓ Elaborar o balanço social da Associação;
- ✓ Assegurar a receção, registo, classificação, distribuição e expedição da correspondência e demais documentos;
- ✓ Promover a divulgação, nos serviços, de normas e diretrizes genéricas superiormente aprovadas;
- ✓ Assegurar o apoio administrativo aos júris, no âmbito de processos de contratos públicos;
- ✓ Proceder à elaboração e atualização dos manuais de operacionalização do equipamento sob a sua responsabilidade, garantindo a aplicação de todas as normas e procedimentos que nestes se contenham;
- ✓ Acautelar a gestão do arquivo documental da associação e organizar e gerir o arquivo inativo;
- ✓ Assegurar o apoio administrativo aos órgãos da CIMT, designadamente quanto à organização das reuniões e elaboração de atas;
- ✓ Assegurar o apoio administrativo ao Secretário Executivo
- ✓ Assegurar os meios necessários à instrução de processos de âmbito disciplinar;

- ✓ Apoiar a elaboração das opções do plano e orçamento e da proposta de relatório de atividades
- ✓ Elaborar propostas e candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas na área da respetiva atuação;
- ✓ Participar na construção das bases de dados e outras soluções informáticas, na área das suas competências.

Técnico Superior

Atividade 1

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: elaborar e propor instrumentos de gestão provisional de recursos humanos, mais concretamente na definição do mapa de pessoal, com análise integrada dos perfis de competências dos Postos de Trabalho; implementar o modelo de Gestão Estratégica de Recursos Humanos na CIMT, de acordo com a Norma de Qualidade NP 4427 (sistema de Gestão da Qualidade de Gestão de Recursos Humanos); definir a Política de Gestão da Assiduidade e de Circuito de Processamento, de forma a obter eficiência, de acordo com os quadros normativos em vigor; estudar e propor medidas de racionalização e otimização de recursos humanos, com vista a contribuir para a redução de custos; identificar as necessidades em matéria de recursos humanos e propor a aplicação dos instrumentos adequados à seleção e recrutamento de trabalhadores, nomeadamente, promover e conduzir a tramitação de procedimentos concursais, nos termos da Portaria n.º83-A/2009, de 22 de janeiro, e diligenciar pelo recurso aos instrumentos de mobilidade interna e cedência de interesse público, previstos na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, com as alterações previstas na Lei n.º 66/2012, de 31 de dezembro; implementar e acompanhar, enquanto instrumento gestor, o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho (SIADAP) dos serviços, dos dirigentes e dos trabalhadores, de acordo com as regras estabelecidas na Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro, na redação atual da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e o Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de setembro; implementar o Balanced Scorecard como metodologia estratégica de suporte à consecução da gestão por objetivos e do SIADAP na CIMT, nomeadamente com a Elaboração do Mapa Estratégico e a sua articulação e desdobramento para os QUAR's dos Serviços da CIMT; elaborar e propor uma estratégia de harmonização para a implementação do SIADAP, nomeadamente nas matérias relativas a objetivos, desdobramento e alinhamento estratégico e competências; propor e impulsionar as medidas adequadas à promoção dos trabalhadores em matéria de gestão de carreiras, de acordo com o mérito e resultados alcançados no âmbito do sistema de avaliação de desempenho; informar e formular as cláusulas contratuais relativas a contratos de trabalho, de acordo com o regime do contrato de trabalho em funções públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012 de 31 de dezembro; analisar e elaborar propostas de decisão sobre questões formuladas pelos trabalhadores, em matérias como a acumulação de funções, atribuição de horários de trabalho especial, prestação de trabalho extraordinário, direito a férias, segurança social e outras; desenvolver programas e ações com vista à desburocratização, simplificação e racionalização do funcionamento da CIMT, com implementação de boas práticas gestórias.

Assistente Técnico

Competência 1

Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira de Assistente Técnico).

ACI – Área de Cooperação Institucional

À área de cooperação institucional compete, designadamente:

- ✓ Promover a articulação da CIMT com os serviços do sector público e com o sector privado e cooperativo no âmbito da execução de projetos que lhe cabe;
- ✓ Promover a criação de condições para financiamento da actividade produtiva na área associativa;

- ✓ Dinamizar a cooperação intermunicipal e assegurar a articulação entre instituições da administração direta e indireta do Estado, autarquias locais e entidades equiparadas, contribuindo para a integração europeia do espaço sub-regional e para o reforço da sua competitividade interna e externa com base em estratégias de desenvolvimento sustentável de níveis sub-regional e local;
- ✓ Fomentar formas de parceria e participação dos agentes sub-regionais e locais na preparação, gestão, acompanhamento e avaliação de intervenções com incidência sub-regional;
- ✓ Elaborar propostas e candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas na área da respetiva atuação;
- ✓ Participar na construção de bases de dados e outras soluções informáticas, na área das suas competências.
- ✓ Elaborar procedimentos para os contratos públicos
- ✓ Assegurar a publicação no Diário da República de todos os diplomas, despachos, avisos e outros atos que nele devam ser publicados;
- ✓ Apoiar a elaboração das opções do plano e orçamento e da proposta de relatório de atividades.

Técnico Superior

Competência 1

Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira Técnica Superior).

AGOT – Área de Gestão e Ordenamento do Território

À área de gestão e ordenamento do território compete, designadamente:

- ✓ Acompanhar a elaboração, revisão e alteração de planos diretores municipais, de planos ou instrumentos de política sectorial e de planos especiais de ordenamento do território;
- ✓ Preparar os pareceres que à Comunidade cabe emitir, designadamente, quanto às seguintes matérias:
- ✓ No processo de planeamento, sobre os instrumentos de gestão territorial que abrangem parte ou a totalidade do território dos municípios integrantes da CIMT, sem prejuízo do disposto no número seguinte;
- ✓ Na definição da política nacional de ordenamento do território com incidência na CIMT;
- ✓ Sobre os investimentos da administração central, nas respetivas áreas, designadamente sobre o projeto de PIDDAC anual, na parte respeitante aos municípios que integram a CIMT e à própria CIMT;
- ✓ Sobre os investimentos em infra -estruturas e equipamentos de carácter intermunicipal, em função da respetiva coerência com as políticas de desenvolvimento definidas para o ordenamento do território;
- ✓ Nos casos de avaliação de impacte ambiental das políticas, dos instrumentos de gestão territorial e dos planos e programas de âmbito intermunicipal;
- ✓ Em matéria de localização de grandes superfícies comerciais, conjuntos turísticos, áreas de interesse turístico, grandes infra-estruturas industriais, mercados abastecedores, parques de sucata, bem como equipamentos e infra -estruturas supramunicipais de saúde e outros que, nos termos da lei, estejam sujeitos a autorização prévia de localização por parte dos órgãos da administração central;
- ✓ Coordenar e gerir as redes intermunicipais de inovação, de informação geográfica, de transportes, de monitorização e controlo da qualidade dos meios naturais, de promoção do espaço geográfico, de articulação e compatibilização de objetivos e iniciativas municipais e governamentais de redes de acessibilidades e de equipamentos e infra -estruturas;

- ✓ Apoiar os municípios integrantes na construção e recuperação de equipamentos e estruturas locais que, pelo seu valor histórico, artístico, científico, social e técnico se integrem no património cultural;
- ✓ Promover a execução ao nível regional dos planos, programas e projetos de desenvolvimento económico e social de defesa do ambiente e de utilização sustentável dos recursos naturais, do ordenamento do território, da conservação da natureza e da biodiversidade e da intervenção requalificadora nas cidades;
- ✓ Coordenar os processos de avaliação de impacto ambiental dos projetos e ações cujo licenciamento ou autorização compitam a entidades supramunicipais;
- ✓ Promover a criação e garantir a permanente atualização de um sistema de informação de base geográfica nos domínios do ambiente e do ordenamento do território da CIMT;
- ✓ Criar e manter bases de dados cartográficos e cadastrais de apoio às diferentes atividades e assegurar a sua disponibilização;
- ✓ Acompanhar o funcionamento dos sistemas multimunicipais das redes de água e saneamento;
- ✓ Gerir ou acompanhar a gestão dos sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos;
- ✓ Acompanhar a elaboração do plano regional de ordenamento florestal e apoiar e acompanhar a elaboração de planos de gestão florestal;
- ✓ Coordenar a gestão das zonas de intervenção florestal (ZIF) no âmbito da Comunidade Intermunicipal;
- ✓ Apoiar os municípios integrantes na execução de projetos técnicos de engenharia e arquitetura;
- ✓ Proceder à instrução e acompanhamento dos processos de empreitada, necessários à execução das obras em que a CIMT seja parte;
- ✓ Gerir, orientar tecnicamente e fiscalizar as obras da CIMT e outras sob responsabilidade desta, designadamente realizando autos de consignação, medição dos trabalhos e receção provisória e final;
- ✓ Elaborar propostas e candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas na área da respetiva atuação;
- ✓ Participar na construção de bases de dados e outras soluções informáticas, na área das suas competências.
- ✓ Elaborar e monitorizar a carta educativa da Comunidade Intermunicipal;
- ✓ Promover a ligação dos estabelecimentos do ensino superior e técnico -profissional com o sector produtivo público, privado e cooperativo;

Técnico Superior

Atividade 1

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: o apoio à implementação e desenvolvimento de projetos intermunicipais, em Sistemas de Informação Geográfica (SIG), no âmbito do planeamento, ordenamento do território e políticas de conservação da natureza; no acompanhamento, na execução e atualização de Cartografia Multicodificada, seu controlo de qualidade, posterior tratamento e integração em SIG; apoio na organização temática de ações de formação; acompanhamento de projetos relacionados com as atribuições e competências das Autarquias no âmbito da legislação nacional sobre o Ruído; caracterização e avaliação do território e criação de sistemas de apoio à decisão em planeamento e gestão do território e criação de sistemas de apoio à decisão em planeamento e gestão do território, nomeadamente na elaboração de cartas temáticas de REN, RAN, Risco de Erosão de Solos, Riscos de Cheias, Cadastro, entre outras; apoio na elaboração de pareceres técnicos relacionados com o acompanhamento e controlo de projetos em curso na área em causa, nomeadamente: Cartografia Multicodificada à escala 1:2000, levantamento de Conteúdos Georeferenciados, Disponibilização de Conteúdos Georeferenciados na Internet e Intranets Municipais; manuseamento dos softwares: ArcGis, Ngxis, Microstation e IrsC; tratamento de informação proveniente dos Planos Diretores Municipais e outros instrumentos de planeamento nos domínios de intervenção da CIMT e dos Municípios associados; acompanhamento e apoio de projetos intermunicipais para a rentabilização da atividade da CIMT, entre outros, no âmbito da promoção regional, de que é exemplo a sinalização turística, etc.

Atividade 2

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: colaboração na preparação de elementos/ documentos para apoio à tomada de decisão; apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, referente aos Municípios integrantes desta CIMT; validar, estruturar e integrar dados provenientes de várias fontes e de diferentes formatos; analisar e interpretar cartografia temática em ambiente SIG, como ferramenta de apoio à tomada de decisão; harmonização da informação geográfica dos vários Municípios; apoio na uniformização dos PDM dos Municípios integrantes desta CIMT em ambiente SIG; integração da informação em ambiente SIG para posterior disponibilização ao utilizador através da WEB; apoio na preparação e introdução de Informação no site regional; apoio no controlo de qualidade de cartografia digital multicodeificada, elaborada mediante as normas do IGP.

Atividade 3

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira técnica superior, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: o apoio nos procedimentos de execução de cartografia digital multicodeificada de grande escala, elaborada mediante as normas do IGP, e colaboração no respetivo controlo de qualidade; apoio nos procedimentos para a atualização das folhas de cartografia multicodeificada 10K, elaborada mediante as normas do IGP, e colaboração no respetivo controlo de qualidade; apoio na coordenação do equipamento GPS entre os diversos Municípios, análise das duas Estações de Referência Permanentes implementadas na área da CIMT; apoio à realização de projetos do Sistema de Informação Geográfica (SIG) da CIMT, nomeadamente na integração da informação em ambiente SIG para posterior disponibilização ao utilizador através da WEB; acompanhamento e controlo de qualidade de levantamentos de conteúdos georreferenciados, a serem recolhidos em campo; apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, referente aos Municípios integrantes da CIMT; validar, estruturar e integrar em SIG dados provenientes de várias fontes e em diferentes formatos e precisões; harmonização da informação geográfica e alfanumérica dos vários Municípios; apoio na preparação e introdução de Informação Geográfica no site regional, nomeadamente na plataforma MuniSig Web.

Assistente Técnico**Atividade 1**

Para além das competências referidas no anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, relativamente à caracterização das carreiras gerais – carreira de assistente técnico, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: o apoio na recolha e tratamento de informação geográfica e alfanumérica que a caracteriza, referente aos Municípios integrantes da CIMT; colaborar na Harmonização da informação geográfica e alfanumérica dos vários Municípios; integração da informação em ambiente SIG para posterior disponibilização ao utilizador através da Web; apoio na preparação e introdução de informação geográfica e outros conteúdos no site regional; apoio no Controlo de qualidade de cartografia digital multicodeificada, elaborada mediante as normas do IGP.

Competência 1

Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços (Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, caracterização das carreiras gerais – Carreira de Assistente Técnico).

AMNT – Área de Modernização e Novas Tecnologias**À área de modernização e novas tecnologias compete, designadamente:**

- ✓ Conceber e coordenar projetos de modernização administrativa;

- ✓ Promover o processo de modernização do quadro institucional de apoio ao desenvolvimento regional e local, através do acompanhamento e da avaliação periódica dos mecanismos de descentralização territorial das políticas públicas;
- ✓ Constituir redes intermunicipais de partilha de informação e reforço das capacidades e competências técnicas locais;
- ✓ Criar condições para que aos cidadãos em geral sejam proporcionados novos meios de acesso ao conhecimento e novas formas de aquisição de informação;
- ✓ Recolher, organizar e sistematizar a informação estatística, jurídica, cartográfica, geográfica e outra sobre as diversas áreas de atividade, interna e externa, da Comunidade Intermunicipal ou que interessem ao espaço geográfico da mesma, designadamente, nas áreas do ordenamento do território e ambiente, turismo, ensino e empresarial, a solicitação dos serviços da Comunidade Intermunicipal;
- ✓ Harmonizar procedimentos e sistemas informáticos, criando uma arquitetura de informação comum aos diversos municípios integrantes;
- ✓ Conceber e coordenar programas intermunicipais tendo por objeto a facilitação e o estímulo ao acesso às tecnologias de informação e comunicação e o respetivo uso pelos cidadãos, escolas, empresas e administração pública local, tendo como fim último a realização dos objetivos comunitários da Europa;
- ✓ Conceber e apoiar programas visando a fixação na região de técnicos qualificados, assim como a formação de agentes locais para desenvolver e operar os novos sistemas na área das tecnologias da informação e de comunicação;
- ✓ Desenvolver, em geral, todas as ações visando posicionar o Médio Tejo na Europa do conhecimento e da informação;
- ✓ Assegurar a gestão e atualização do site da CIMT;
- ✓ Assegurar a normalização da informação, no plano interno;
- ✓ Conceber e construir as bases de dados e as soluções informáticas necessárias aos serviços da Comunidade Intermunicipal;
- ✓ Administrar a rede informática interna e apoiar os utilizadores no uso das soluções e dos equipamentos informáticos;
- ✓ Conceber e elaborar propostas relativas às políticas de informática e de comunicações a adotar pela Comunidade Intermunicipal;
- ✓ Elaborar propostas e candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas na área da respetiva atuação;
- ✓ Participar na construção de bases de dados e outras soluções informáticas, na área das suas competências.

Especialista de Informática

Atividade 1

Para além das competências previstas no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março e na Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: a assistência e responsabilização de tarefas específicas inerentes ao funcionamento de IDC's (Internet Data Center); apoio à gestão nos domínios do planeamento de sistemas de informação e de tecnologias da comunicação e do aconselhamento técnico; configuração e instalação de peças de suporte lógico de base, englobando, designadamente, os sistemas operativos e utilitários associados, os sistemas de gestão de redes informáticas, de bases de dados e todas as aplicações e produtos de uso geral, assegurando a respetiva gestão e operacionalidade; realização de pareceres técnico-financeiros com vista à seleção e aquisição de equipamentos informáticos, sistemas de comunicação e de peças de suporte lógico de base; apoio a utilizadores finais na operação de equipamentos e no diagnóstico e resolução dos respetivos problemas; prestação dos seus serviços à CIMT e Serviços Técnicos dos municípios associados.

Atividade 2

Para além das competências previstas no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março e na Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril, constituem atividades/competências do presente posto de trabalho: o apoio na implementação e gestão da candidatura SAMA – Médio Tejo Online para a CIMT e autarquias; apoio na implementação dos sítios autárquicos; apoio ao desenvolvimento de todas as atividades inerentes ao serviço de informática; apoio na implementação técnica de projetos financiados por fundos comunitários; gestão, manutenção e administração de rede e de sistemas dos Servidores do IDC – Internet Data Center.

6.3 Grandes Opções do Plano

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2015			Anos seguintes						
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)			
02 Incorporar o valor na atividade empresarial																								
02 01 Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede (EM_REDE)																								
02	01	2015/6	2	Ensino do empreendedorismo (Ano letivo 2014/2015)	02 020214	O	15	85	MP	09/2014	06/2015			22.500	22.500					22.500				
02	01	2015/6	3	Secções de divulgação do projecto	02 020216	O	15	85	MP	01/2015	12/2015			500	500					500				
02	01	2015/6	4	Promoção e divulgação	02 020217	O	15	85	MP	01/2015	12/2015			3.200	3.200					3.200				
02	01	2015/6	5	Semana do empreendedorismo Médio Tejo	02 020220	O	15	85	MP	01/2015	12/2015			5.000	5.000					5.000				
														Totais do Programa 01:		91.200	91.200						91.200	
02 02 Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede II																								
Promoção do Empreendedorismo																								
02	02	2015/7		Estudos e consultadoria	02 020214	O	100		MP	01/2015	12/2018			15.000	2.250	12.750	45.000	45.000	45.000		150.000			
Empreendedorismo Social																								
02	02	2015/8	1	Estudos e consultadoria	02 020214	O	100		MP	01/2015	12/2018			5.000	750	4.250	45.000	45.000	45.000		140.000			
														Totais do Programa 02:		20.000	3.000	17.000	90.000	90.000	90.000		290.000	
														Totais do Objetivo 02:		0	111.200	94.200	17.000	90.000	90.000	90.000	0	381.200
03 Promover a coesão e a qualidade de vida																								
03 01 Educação de Excelência no Médio Tejo																								
Educação de Excelência no Médio Tejo																								
03	01	2015/9	1	Estudos e consultadoria	02 020214	O	15	85	MP	01/2015	12/2018	0		120.000	120.000		240.000	300.000	300.000		960.000			
														Totais do Programa 01:		120.000	120.000		240.000	300.000	300.000		960.000	
03 02 PIAL - Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local																								
PIAL - Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local																								
03	02	2015/10	1	Seminários, exposições e similares	02 020216	O	100		MP	01/2015	12/2015			2.460	2.460						2.460			
														Totais do Programa 02:		2.460	2.460						2.460	
03 03 Unidades Móveis de Saúde																								
Unidades Móveis de Saúde																								
03	03	2015/11	1	Aquisição de viatura	02 070106	O	100		MP	01/2015	12/2018	0		50.500	500	50.000					50.500			
03	03	2015/11	2	Estudos e consultadoria	02 020214	O	100		MP	01/2015	12/2018	0		4.000	4.000						4.000			

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2015			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)	
03				Promover a coesão e a qualidade de vida																		
03	03			Unidades Móveis de Saúde																		
03	03	2015/11	3	Serviços de saúde	02	020222	O		100	MP	01/2015	12/2018	0		500	500		80.000	80.000	80.000		240.500
Totais do Programa 03:															55.000	5.000	50.000	80.000	80.000	80.000		295.000
Totais do Objetivo 03:														0	177.460	127.460	50.000	320.000	380.000	380.000	0	1.257.460
04				Consolidar a massa crítica urbana																		
04	01			Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																		
04	01	2015/12		Transporte a Pedido																		
04	01	2015/12	1	Viatura Elétrica	02	070106	O		100	MP	01/2015	12/2015	0		55.351	8.303	47.048					55.351
04	01	2015/12	2	Plataforma Tecnológica Transporte a Pedido - Hardware	02	070107	O		100	MP	01/2015	12/2015			11.317	5.462	5.855					11.317
04	01	2015/12	3	Plataforma Tecnológica Transporte a Pedido - Software	02	070108	O		100	MP	01/2015	12/2015			47.356	22.786	24.570					47.356
04	01	2015/12	4	Central telefónica	02	070109	O		100	MP	01/2015	12/2015			1.231	185	1.046					1.231
04	01	2015/12	5	Comunicações	02	020209	O		100	MP	01/2015	12/2015			3.040	3.040						3.040
04	01	2015/12	6	Promoção e divulgação	02	020217	O		100	MP	01/2015	12/2015			8.979	8.979						8.979
04	01	2015/12	7	Custos operacionais do serviço	02	020220	O		100	MP	01/2015	12/2018			45.326	45.326		100.000	150.000	150.000		445.326
04	01	2015/12	8	Mobiliário urbano	02	020220	O		100	MP	01/2015	12/2015			27.380	27.380						27.380
04	01	2015/12	9	Estudos e consultadoria	02	020214	O		100	MP	01/2015	12/2015			72.606	66.301	6.305					72.606
04	01	2015/12	10	Deslocações e estadas	02	020213	O		100	MP	01/2015	12/2015			7.418	1.113	6.305					7.418
04	01	2015/13		Observatório da Mobilidade e Sistema Integrado de Transportes																		
04	01	2015/13	1	Plataforma gestão intermunicipal de transportes	02	070108	O		100	MP	01/2015	12/2015			30.751	4.613	26.138					30.751
04	01	2015/13	2	Estudos e consultadoria	02	020214	O		100	MP	01/2015	12/2018			78.414	44.050	34.364	53.813	25.000	25.000		182.227
04	01	2015/13	3	Promoção e divulgação	02	020217	O		100	MP	01/2015	12/2016			1.539	1.154	385	1.538				3.077
04	01	2015/14		Estrutura Regional de Caminhos e Civlovias e Promoção dos Modos Suaves																		
04	01	2015/14	1	Estudos e consultadoria	02	020214	O		100	MP	01/2015	12/2018			9.860	7.395	2.465	39.440	25.000	25.000		99.300
Totais do Programa 01:														400.568	246.087	154.481	194.791	200.000	200.000		995.359	
04	02			Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo																		
04	02	2015/15		Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo																		
04	02	2015/15	1	Estudos e consultadoria	02	020214	O		100	MP	01/2015	12/2015			5.000	5.000						5.000
Totais do Programa 02:														5.000	5.000						5.000	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / N.º	Ação				2015				Anos seguintes												
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)				
04				Consolidar a massa crítica urbana																			
04 03				Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos																			
04 03	2015/16			Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Pólo de Abrantes																			
04 03	2015/16	1		Estudos e consultadoria	02 020214	O		100		MP	01/2015	12/2015		10.000	2.500	7.500					10.000		
04 03	2015/16	2		Isolamento e pintura	02 07010301	O		100		MP	01/2015	12/2015	0	6.150	6.150						6.150		
04 03	2015/16	3		Instalação de sistema de ventilação e climatização	02 07010301	O		100		MP	01/2015	12/2016	0	30.750	1.230	29.520	30.750				61.500		
04 03	2015/16	4		Instalação de Painéis Fotovoltaicos	02 07010301	O		100		MP	01/2015	12/2016	0	23.370	1.230	22.140	23.370				46.740		
Totais do Programa 03:														70.270	11.110	59.160	54.120						124.390
Totais do Objetivo 04:														0	475.838	262.197	213.641	248.911	200.000	200.000	0	1.124.749	
05				Governar de forma inteligente e multidimensional																			
05 01				Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																			
05 01	2015/17			Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																			
05 01	2015/17	1		Saúde no trabalho	02 020222	O		100		MP	01/2015	12/2018		450	450		450	450	450		1.800		
05 01	2015/17	2		Segurança e higiene no trabalho	02 020222	O		100		MP	01/2015	12/2018		251	251		251	251	251		1.004		
Totais do Programa 01:														701	701		701	701	701		2.804		
05 02				Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Monitori																			
05 02	2015/18			Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Monitorização																			
05 02	2015/18	1		Estudos e consultadoria	02 020214	O		15	85	MP	01/2015	12/2015		91.020	91.020						91.020		
05 02	2015/18	2		Seminários, exposições e similares	02 020216	O		15	85	MP	01/2015	12/2018		1.230	1.230	5.000	5.000	5.000			16.230		
05 02	2015/18	3		Serviços de impressão gráfica	02 020220	O		15	85	MP	01/2015	12/2015		1.968	1.968						1.968		
05 02	2015/18	4		Publicidade	02 020217	O		15	85	MP	01/2015	12/2015		984	984						984		
05 02	2015/18	5		Outros serviços	02 020225	O		15	85	MP	01/2015	12/2015		738	738						738		
Totais do Programa 02:														95.940	95.940		5.000	5.000	5.000		110.940		
05 03				Médio Tejo On-line																			
05 03	2015/19			Serviços Online - Faturação Eletrónica	02 020220	O		15	85	MP	01/2015	12/2015		9.520	9.520						9.520		
05 03	2015/20			Serviços Online - Plataforma de Educação	02 070115	O		15	85	MP	01/2014	12/2017		220.990	220.990	24.555					245.545		
05 03	2015/21			Compras Públicas - Central de Compras																			
05 03	2015/21	1		Locação de outros bens	02 020208	O		15	85	MP	01/2015	10/2017		28.697	28.697	24.597	24.597				77.891		
05 03	2015/21	2		Estudos e consultadoria	02 020214	O		15	85	MP	01/2015	10/2017		7.174	7.174	6.150	6.150				19.474		

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / N°	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2015			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)	
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																						
05 03 Médio Tejo On-line																						
05	03	2015/21	3	Outros trabalhos especializados	02	020220	O	15	85	MP	01/2014	12/2015		11.685	11.685	11.685						23.370
05	03	2015/22		Reestruturação das Infraestruturas Tecnológicas																		
05	03	2015/22	1	Hardware	02	070107	O	15	85	MP	01/2015	12/2015	0		39.476	39.476						39.476
05	03	2015/22	2	Assistência Técnica	02	020219	O	15	85	MP	01/2015	12/2015			60.000	60.000						60.000
05	03	2015/23		Médio Tejo Online - Software	02	070108	O	15	85	MP	01/2015	12/2015	0	1.700.000	1.700.000							1.700.000
Totais do Programa 03:														11.685	2.077.542	2.077.542	55.302	30.747			2.175.276	
05 04 Modernização Administrativa - Outros Projetos																						
05	04	2015/24		Programa de Licenciamento em Volume "Enterprise Ageement"	02	070108	O	100		MP	01/2014	12/2016			50.903	50.903		25.452				76.355
05	04	2015/25		Aquisição de Hardware	02	070107	O			MP	01/2015	12/2015	0		30.000	30.000						30.000
05	04	2015/26		Aquisição de Software	02	070108	O			MP	01/2015	12/2015	0		25.000	25.000						25.000
05	04	2015/27		Aquisição de Equipamento Básico	02	070110	O			MP	01/2015	12/2015	0		1.000	1.000						1.000
05	04	2015/28		Aquisição de Ferramentas e Utensílios	02	070111	A			MP	01/2015	12/2015	0		1.000	1.000						1.000
05	04	2015/29		Outros investimentos	02	070115	O			MP	01/2015	12/2015	0		10.000	10.000						10.000
Totais do Programa 04:															117.903	117.903	25.452				143.355	
05 05 Apoio à Modernização Administrativa Local 2020																						
Apoio à Modernização Administrativa Local 2020																						
05	05	2015/30	1	Estudos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2015	12/2018	0		250.000	37.500	212.500	250.000	100.000	100.000		700.000
Totais do Programa 05:															250.000	37.500	212.500	250.000	100.000	100.000	700.000	
05 06 Médio Tejo - Gestão em SIG																						
05	06	2015/31		Sistemas de Informação Territorial 2	02	070108	O	15	85	MP	01/2008	12/2015	4	598.816	57.702	57.702						656.518
05	06	2015/32		Atualização e Retificação de Cartografia 10k	02	070115	O	15	85	MP	01/2011	12/2015	2	216.376	145.017	145.017						361.393
Totais do Programa 06:														815.192	202.719	202.719				1.017.911		
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																						
Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																						
05	07	2015/33	1	Estudos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2015	12/2020			50.000	7.500	42.500	100.000	100.000	185.000		435.000
05	07	2015/33	2	Outros investimentos	02	070115	O	100		MP	01/2015	12/2020			1.000	1.000		1.000	1.000	1.000		4.000
05	07	2015/34		Infraestrutura Tecnológica																		
05	07	2015/34	1	Hardware	02	070107	O	100		MP	01/2015	12/2019	0		15.000	15.000		15.000	15.000	45.000		90.000

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Grandes Opções do Plano do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2015			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)	
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																						
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																						
05	07	2015/34	2	Software	02 070108	O		100		MP	01/2015	12/2019	0	10.000	10.000		10.000	10.000	30.000		60.000	
05	07	2015/35		Apoio Técnico Especializado	02 020219	O		100		MP	01/2015	12/2019		15.000	15.000		10.000	10.000	20.000		55.000	
Totais do Programa 07:														91.000	48.500	42.500	136.000	136.000	281.000		644.000	
05 08 Fornecimento de Estudos de Identificação e Caracteriza																						
05	08	2015/36		Fornecimento de Estudos de Identificação e Caracterização de Risco	02 020214	O		15	85	MP	01/2013	12/2015		57.687	57.687						57.687	
Totais do Programa 08:														57.687	57.687						57.687	
05 09 GEFOR - Gestão da Formação																						
Formação da Administração Local																						
05	09	2015/37		Monitoragem	02 020225	O		15	85	MP	01/2015	12/2018		36.070	36.070		26.070	26.070	26.070		114.280	
05	09	2015/37	1	Deslocações e estadas	02 020213	O		15	85	MP	01/2015	12/2018		6.518	6.518		6.518	6.518	6.518		26.072	
05	09	2015/37	2	Outros trabalhos especializados	02 020220	O		15	85	MP	01/2015	12/2018		4.900	4.900		4.900	4.900	4.900		19.600	
05	09	2015/37	3	Publicidade	02 020217	O		15	85	MP	01/2015	12/2018		1.500	1.500		1.500	1.500	1.500		6.000	
05	09	2015/37	4	Outros bens	02 020121	O		15	85	MP	01/2015	12/2018		2.000	2.000		2.000	2.000	2.000		8.000	
05	09	2015/38		Estágios Curriculares e Profissionais																		
05	09	2015/38	1	Bolsa e subsídio de refeição	02 040802	O		20	80	MP	01/2015	12/2015		47.139	47.139						47.139	
05	09	2015/38	2	Descontos obrigatórios [Contribuição da entidade para a Segurança Social]	02 0103050202	O		100		MP	01/2015	12/2015		9.857	9.857						9.857	
05	09	2015/39		Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	02 020216	O		50	50	MP	01/2015	12/2018		6.920	6.920		6.920	6.920	6.920		27.680	
05	09	2015/40		Aquisição de equipamento administrativo	02 070109	O		100		MP	01/2015	12/2018		1.800	1.800		1.800	1.800	1.800		7.200	
Totais do Programa 09:														116.704	116.704		49.708	49.708	49.708		265.828	
Totais do Objetivo 05:														826.877	3.010.196	2.755.196	255.000	522.163	322.156	436.409	0	5.117.801
Total Geral:														904.941	4.117.341	3.496.700	620.641	1.461.649	1.292.156	1.406.409	0	9.182.496

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

6.4 Plano Plurianual de Investimentos

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				2015				Anos seguintes												
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)				
04				Consolidar a massa crítica urbana																			
04 03				Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos																			
04	03	2015/16	3	Instalação de sistema de ventilação e climatização	02	07010301	O		100	MP	01/2015	12/2016	0		30.750	1.230	29.520	30.750				61.500	
04	03	2015/16	4	Instalação de Painéis Fotovoltaicos	02	07010301	O		100	MP	01/2015	12/2016	0		23.370	1.230	22.140	23.370				46.740	
Totais do Programa 03:														0	60.270	8.610	51.660	54.120	0	0	0	0	114.390
Totais do Objetivo 04:														0	206.276	49.959	156.317	54.120	0	0	0	0	260.396
05				Governar de forma inteligente e multidimensional																			
05 03				Médio Tejo On-line																			
05	03	2015/20		Serviços Online - Plataforma de Educação	02	070115	O		15	85	MP	01/2014	12/2017		220.990	220.990		24.555				245.545	
05	03	2015/22		Reestruturação das Infraestruturas Tecnológicas																			
05	03	2015/22	1	Hardware	02	070107	O		15	85	MP	01/2015	12/2015	0	39.476	39.476						39.476	
05	03	2015/23		Médio Tejo Online - Software	02	070108	O		15	85	MP	01/2015	12/2015	0	1.700.000	1.700.000						1.700.000	
Totais do Programa 03:														0	1.960.466	1.960.466	0	24.555	0	0	0	0	1.985.021
05 04				Modernização Administrativa - Outros Projetos																			
05	04	2015/24		Programa de Licenciamento em Volume "Enterprise Ageement"	02	070108	O		100	MP	01/2014	12/2016		50.903	50.903		25.452					76.355	
05	04	2015/25		Aquisição de Hardware	02	070107	O			MP	01/2015	12/2015	0	30.000	30.000							30.000	
05	04	2015/26		Aquisição de Software	02	070108	O			MP	01/2015	12/2015	0	25.000	25.000							25.000	
05	04	2015/27		Aquisição de Equipamento Básico	02	070110	O			MP	01/2015	12/2015	0	1.000	1.000							1.000	
05	04	2015/28		Aquisição de Ferramentas e Utensílios	02	070111	A			MP	01/2015	12/2015	0	1.000	1.000							1.000	
05	04	2015/29		Outros investimentos	02	070115	O			MP	01/2015	12/2015	0	10.000	10.000							10.000	
Totais do Programa 04:														0	117.903	117.903	0	25.452	0	0	0	0	143.355
05 06				Médio Tejo - Gestão em SIG																			
05	06	2015/31		Sistemas de Informação Territorial 2	02	070108	O		15	85	MP	01/2008	12/2015	4	598.816	57.702	57.702					656.518	
05	06	2015/32		Atualização e Retificação de Cartografia 10k	02	070115	O		15	85	MP	01/2011	12/2015	2	216.376	145.017	145.017					361.393	
Totais do Programa 06:														815.192	202.719	202.719	0	0	0	0	0	0	1.017.911
05 07				Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																			
05	07	2015/33		Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																			
05	07	2015/33	2	Outros investimentos	02	070115	O		100	MP	01/2015	12/2020		1.000	1.000		1.000	1.000	1.000			4.000	
05	07	2015/34		Infraestrutura Tecnológica																			

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / N°	Ação				2015				Anos seguintes											
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)			
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																						
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																						
05	07	2015/34	1	Hardware	02 070107	O	100		MP	01/2015	12/2019	0		15.000	15.000		15.000	15.000	45.000		90.000	
05	07	2015/34	2	Software	02 070108	O	100		MP	01/2015	12/2019	0		10.000	10.000		10.000	10.000	30.000		60.000	
Totais do Programa 07:													0	26.000	26.000	0	26.000	26.000	76.000	0	154.000	
05 09 GEFOR - Gestão da Formação																						
05	09	2015/40		Aquisição de equipamento administrativo	02 070109	O	100		MP	01/2015	12/2018			1.800	1.800		1.800	1.800	1.800		7.200	
Totais do Programa 09:													0	1.800	1.800	0	1.800	1.800	1.800	0	7.200	
Totais do Objetivo 05:													815.192	2.308.888	2.308.888	0	77.807	27.800	77.800	0	3.307.487	
Total Geral:													893.256	2.710.513	2.504.196	206.317	131.927	27.800	77.800	0	3.841.296	

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

6.5 Atividades Mais Relevantes

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / N.º	Ação				2015				Anos seguintes												
							AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)				
02 Incorporar o valor na atividade empresarial																							
02 01 Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede (EM_REDE)																							
02	01	2015/6	5	Semana do empreendedorismo Médio Tejo	02 020220	O	15	85	MP	01/2015	12/2015			5.000	5.000						5.000		
Totais do Programa 01:														0	91.200	91.200	0	0	0	0	0	0	91.200
02 02 Médio Tejo - Empreendedorismo em Rede II																							
02	02	2015/7		Promoção do Empreendedorismo																			
02	02	2015/7	1	Estudos e consultadoria	02 020214	O	100		MP	01/2015	12/2018			15.000	2.250	12.750	45.000	45.000	45.000		150.000		
02	02	2015/8		Empreendedorismo Social																			
02	02	2015/8	1	Estudos e consultadoria	02 020214	O	100		MP	01/2015	12/2018			5.000	750	4.250	45.000	45.000	45.000		140.000		
Totais do Programa 02:														0	20.000	3.000	17.000	90.000	90.000	90.000	0	290.000	
Totais do Objetivo 02:														0	111.200	94.200	17.000	90.000	90.000	90.000	0	381.200	
03 Promover a coesão e a qualidade de vida																							
03 01 Educação de Excelência no Médio Tejo																							
03	01	2015/9		Educação de Excelência no Médio Tejo																			
03	01	2015/9	1	Estudos e consultadoria	02 020214	O	15	85	MP	01/2015	12/2018	0		120.000	120.000		240.000	300.000	300.000		960.000		
Totais do Programa 01:														0	120.000	120.000	0	240.000	300.000	300.000	0	960.000	
03 02 PIAL - Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local																							
03	02	2015/10		PIAL - Programa Intermunicipal de Acessibilidade Local																			
03	02	2015/10	1	Seminários, exposições e similares	02 020216	O	100		MP	01/2015	12/2015			2.460	2.460						2.460		
Totais do Programa 02:														0	2.460	2.460	0	0	0	0	0	2.460	
03 03 Unidades Móveis de Saúde																							
03	03	2015/11		Unidades Móveis de Saúde																			
03	03	2015/11	2	Estudos e consultadoria	02 020214	O	100		MP	01/2015	12/2018	0		4.000	4.000						4.000		
03	03	2015/11	3	Serviços de saúde	02 020222	O	100		MP	01/2015	12/2018	0		500	500		80.000	80.000	80.000		240.500		
Totais do Programa 03:														0	4.500	4.500	0	80.000	80.000	80.000	0	244.500	
Totais do Objetivo 03:														0	126.960	126.960	0	320.000	380.000	380.000	0	1.206.960	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
															2015			Anos seguintes					
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)		
04				Consolidar a massa crítica urbana																			
04 01				Melhoria da Mobilidade no Médio Tejo																			
04 01	2015/12			Transporte a Pedido																			
04 01	2015/12	5		Comunicações	02	020209	O	100		MP	01/2015	12/2015		3.040	3.040								3.040
04 01	2015/12	6		Promoção e divulgação	02	020217	O	100		MP	01/2015	12/2015		8.979	8.979								8.979
04 01	2015/12	7		Custos operacionais do serviço	02	020220	O	100		MP	01/2015	12/2018		45.326	45.326		100.000	150.000	150.000				445.326
04 01	2015/12	8		Mobiliário urbano	02	020220	O	100		MP	01/2015	12/2015		27.380	27.380								27.380
04 01	2015/12	9		Estudos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2015	12/2015		72.606	66.301	6.305							72.606
04 01	2015/12	10		Deslocações e estadas	02	020213	O	100		MP	01/2015	12/2015		7.418	1.113	6.305							7.418
04 01	2015/13			Observatório da Mobilidade e Sistema Integrado de Transportes																			
04 01	2015/13	2		Estudos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2015	12/2018		78.414	44.050	34.364	53.813	25.000	25.000				182.227
04 01	2015/13	3		Promoção e divulgação	02	020217	O	100		MP	01/2015	12/2016		1.539	1.154	385	1.538						3.077
04 01	2015/14			Estrutura Regional de Caminhos e Civlovias e Promoção dos Modos Suaves																			
04 01	2015/14	1		Estudos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2015	12/2018		9.860	7.395	2.465	39.440	25.000	25.000				99.300
				Totais do Programa 01:										0	254.562	204.738	49.824	194.791	200.000	200.000	0	0	849.353
04 02				Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo																			
04 02	2015/15			Regeneração e Reabilitação Urbana do Médio Tejo																			
04 02	2015/15	1		Estudos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2015	12/2015		5.000	5.000								5.000
				Totais do Programa 02:										0	5.000	5.000	0	0	0	0	0	0	5.000
04 03				Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos																			
04 03	2015/16			Promoção da Eficiência Energética nos Edifícios Públicos - Pólo de Abrantes																			
04 03	2015/16	1		Estudos e consultadoria	02	020214	O	100		MP	01/2015	12/2015		10.000	2.500	7.500							10.000
				Totais do Programa 03:										0	10.000	2.500	7.500	0	0	0	0	0	10.000
				Totais do Objetivo 04:										0	269.562	212.238	57.324	194.791	200.000	200.000	0	0	864.353
05				Governar de forma inteligente e multidimensional																			
05 01				Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																			
05 01	2015/17			Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																			
05 01	2015/17	1		Saúde no trabalho	02	020222	O	100		MP	01/2015	12/2018		450	450		450	450	450				1.800

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			2015			Anos seguintes				
															Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)	
05				Governar de forma inteligente e multidimensional																		
05 01				Sistema integrado de Segurança e Saúde no Trabalho																		
05 01	2015/17	2		Segurança e higiene no trabalho	02 020222	O		100	MP	01/2015	12/2018			251	251		251	251	251		1.004	
Totais do Programa 01:													0	701	701	0	701	701	701	0	2.804	
05 02				Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Monitori																		
05 02	2015/18			Estratégia 2020 - PED MT - Operacionalização e Monitorização																		
05 02	2015/18	1		Estudos e consultadoria	02 020214	O	15	85	MP	01/2015	12/2015			91.020	91.020						91.020	
05 02	2015/18	2		Seminários, exposições e seminares	02 020216	O	15	85	MP	01/2015	12/2018			1.230	1.230		5.000	5.000	5.000		16.230	
05 02	2015/18	3		Serviços de impressão gráfica	02 020220	O	15	85	MP	01/2015	12/2015			1.968	1.968						1.968	
05 02	2015/18	4		Publicidade	02 020217	O	15	85	MP	01/2015	12/2015			984	984						984	
05 02	2015/18	5		Outros serviços	02 020225	O	15	85	MP	01/2015	12/2015			738	738						738	
Totais do Programa 02:													0	95.940	95.940	0	5.000	5.000	5.000	0	110.940	
05 03				Médio Tejo On-line																		
05 03	2015/19			Serviços Online - Faturação Eletrónica	02 020220	O	15	85	MP	01/2015	12/2015			9.520	9.520						9.520	
05 03	2015/21			Compras Públicas - Central de Compras																		
05 03	2015/21	1		Locação de outros bens	02 020208	O	15	85	MP	01/2015	10/2017			28.697	28.697		24.597	24.597			77.891	
05 03	2015/21	2		Estudos e consultadoria	02 020214	O	15	85	MP	01/2015	10/2017			7.174	7.174		6.150	6.150			19.474	
05 03	2015/21	3		Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85	MP	01/2014	12/2015	11.685		11.685	11.685						23.370	
05 03	2015/22			Reestruturação das Infraestruturas Tecnológicas																		
05 03	2015/22	2		Assistência Técnica	02 020219	O	15	85	MP	01/2015	12/2015			60.000	60.000						60.000	
Totais do Programa 03:													11.685	117.076	117.076	0	30.747	30.747	0	0	190.255	
05 05				Apoio à Modernização Administrativa Local 2020																		
05 05	2015/30			Apoio à Modernização Administrativa Local 2020																		
05 05	2015/30	1		Estudos e consultadoria	02 020214	O	100	MP	01/2015	12/2018	0			250.000	37.500	212.500	250.000	100.000	100.000		700.000	
Totais do Programa 05:													0	250.000	37.500	212.500	250.000	100.000	100.000	0	700.000	
05 07				Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																		
05 07	2015/33			Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																		
05 07	2015/33	1		Estudos e consultadoria	02 020214	O	100	MP	01/2015	12/2020				50.000	7.500	42.500	100.000	100.000	185.000		435.000	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Atividades mais Relevantes do ano 2015

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas							Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
															2015			Anos seguintes				
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2016 (e)	2017 (f)	2018 (g)	Outros (h)	
05 Governar de forma inteligente e multidimensional																						
05 07 Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial																						
05	07	2015/35		Apoio Técnico Especializado	02 020219	O	100			MP	01/2015	12/2019		15.000	15.000		10.000	10.000	20.000		55.000	
Totais do Programa 07:														0	65.000	22.500	42.500	110.000	110.000	205.000	0	490.000
05 08 Fornecimento de Estudos de Identificação e Caracteriza																						
05	08	2015/36		Fornecimento de Estudos de Identificação e Caracterização de Risco	02 020214	O	15	85		MP	01/2013	12/2015		57.687	57.687						57.687	
Totais do Programa 08:														0	57.687	57.687	0	0	0	0	0	57.687
05 09 GEFOR - Gestão da Formação																						
Formação da Administração Local																						
05	09	2015/37		Monitoragem	02 020225	O	15	85		MP	01/2015	12/2018		36.070	36.070		26.070	26.070	26.070		114.280	
05	09	2015/37	1	Deslocações e estadas	02 020213	O	15	85		MP	01/2015	12/2018		6.518	6.518		6.518	6.518	6.518		26.072	
05	09	2015/37	2	Outros trabalhos especializados	02 020220	O	15	85		MP	01/2015	12/2018		4.900	4.900		4.900	4.900	4.900		19.600	
05	09	2015/37	3	Publicidade	02 020217	O	15	85		MP	01/2015	12/2018		1.500	1.500		1.500	1.500	1.500		6.000	
05	09	2015/37	4	Outros bens	02 020121	O	15	85		MP	01/2015	12/2018		2.000	2.000		2.000	2.000	2.000		8.000	
05	09	2015/38		Estágios Curriculares e Profissionais																		
05	09	2015/38	1	Bolsa e subsídio de refeição	02 040802	O	20	80		MP	01/2015	12/2015		47.139	47.139						47.139	
05	09	2015/38	2	Descontos obrigatórios [Contribuição da entidade para a Segurança Social]	02 0103050202	O	100			MP	01/2015	12/2015		9.857	9.857						9.857	
05	09	2015/39		Seminários, Workshops e Reuniões Temáticas	02 020216	O	50	50		MP	01/2015	12/2018		6.920	6.920		6.920	6.920	6.920		27.680	
Totais do Programa 09:														0	114.904	114.904	0	47.908	47.908	47.908	0	258.628
Totais do Objetivo 05:														11.685	701.308	446.308	255.000	444.356	294.356	358.609	0	1.810.314
Total Geral:														11.685	1.406.828	992.504	414.324	1.329.722	1.264.356	1.328.609	0	5.341.200

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

6.6 Orçamento - Resumo

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2015

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	2.099.027		Correntes	2.030.353	
Capital	2.435.522		Capital	2.504.196	
Total:		4.534.549	Total:		4.534.549
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		4.534.549	Total Geral:		4.534.549

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

6.7 Orçamento da Receita e da Despesa

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	10.000
	Total do Capítulo Económico 05:	10.000
06	Transferências correntes	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030199	Outras	208.047
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	
06030601	Projectos QREN	550.100
06030602	Assistência técnica - QREN	150.000
06030603	POPH - QREN	76.011
060307	Serviços e fundos autónomos	100
0605	Administração local	
060501	Continente - Autarquias	1.088.069
	Total do Capítulo Económico 06:	2.072.327
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070103	Publicações e impressos	100
070199	Outros	100
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	100
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020999	Outros	16.100
	Total do Capítulo Económico 07:	16.400
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	100
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	100
08019999	Diversas	100
	Total do Capítulo Económico 08:	300
	Total das Receitas Correntes:	2.099.027
10	Transferências de capital	
1003	Administração central	
100301	Estado	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
10030199	Outras	100
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	Projetos QREN	1.961.829
1005	Administração local	
100501	Continente - Autarquias	473.568
	Total do Capítulo Económico 10:	2.435.497
11	Activos financeiros	
1108	Acções e outras participações	
110806	Admin.Pública-Admin.local-Continente	25
	Total do Capítulo Económico 11:	25
	Total das Receitas de Capital:	2.435.522
	Total do Orçamento da Receita:	4.534.549

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
01	Assembleia Intermunicipal	
01 01	Despesas com o pessoal	
01 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
01 010213	Outros suplementos e prémios	5.500
	Total do Capítulo Económico 01:	5.500
01 02	Aquisição de bens e serviços	
01 0202	Aquisição de serviços	
01 020213	Deslocações e estadas	2.000
	Total do Capítulo Económico 02:	2.000
	Total das Despesas Correntes:	7.500
	Total do Capítulo Orgânico 01:	7.500
02	Comunidade Intermunicipal	
02 01	Despesas com o pessoal	
02 0101	Remunerações certas e permanentes	
02 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
02 01010401	Pessoal em Funções	257.000
02 01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	6.000
02 010106	Pessoal contratado a termo	
02 01010601	Pessoal em funções	189.000
02 01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	500
02 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	12.300
02 010109	Pessoal em qualquer outra situação	
02 01010901	Nomeação	37.950
02 01010902	Outros	500
02 010111	Representação	11.500
02 010113	Subsidio de refeição	
02 01011301	Pessoal dos quadros	13.500
02 01011302	Pessoal contratado a termo	12.500
02 01011303	Pessoal em qualquer outra situação	4.100
02 010114	Subsídio de férias e de Natal	
02 01011401	Pessoal dos quadros	43.850
02 01011402	Pessoal contratado a termo	31.550
02 01011403	Pessoal em qualquer outra situação	6.350
02 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2.500
02 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
02 010204	Ajudas de custo	1.700

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	010205	Abono para falhas	800
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	500
02	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	2.700
02	0103	Segurança social	
02	010301	Encargos com a saúde	7.000
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	850
02	010305	Contribuições para a segurança social	
02	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	47.000
02	0103050202	Regime Geral	101.500
02	010309	Seguros	
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	3.000
02	01030902	Seguros acidentes pessoais	500
02	010310	Outras despesas de segurança social	
02	01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1.500
Total do Capítulo Económico 01:			796.350
02	02	Aquisição de bens e serviços	
02	0201	Aquisição de bens	
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias	100
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	
02	02010201	Gasolina	100
02	02010202	Gasóleo	12.000
02	02010299	Outros	200
02	020103	Munições, explosivos e artifícios	100
02	020104	Limpeza e higiene	360
02	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	100
02	020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	100
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	100
02	020108	Material de escritório	5.000
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	100
02	020110	Produtos vendidos nas farmácias	100
02	020111	Material de consumo clínico	360
02	020112	Material de transporte-Peças	100
02	020113	Material de consumo hoteleiro	100
02	020114	Outro material-Peças	100
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	100

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	020116	Mercadorias para venda	
02	02011601	Água	100
02	02011602	Electricidade	100
02	02011603	Outras	100
02	020117	Ferramentas e utensílios	360
02	020118	Livros e documentação técnica	200
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	400
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	100
02	020121	Outros bens	10.000
02	0202	Aquisição de serviços	
02	020201	Encargos das instalações	70.000
02	020202	Limpeza e higiene	12.000
02	020203	Conservação de bens	10.000
02	020204	Locação de edifícios	3.000
02	020205	Locação de material de informática	100
02	020206	Locação de material de transporte	100
02	020208	Locação de outros bens	31.000
02	020209	Comunicações	50.000
02	020210	Transportes	3.500
02	020211	Representação dos serviços	1.000
02	020212	Seguros	4.000
02	020213	Deslocações e estadas	13.853
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	588.727
02	020215	Formação	2.000
02	020216	Seminários, exposições e similares	24.388
02	020217	Publicidade	28.817
02	020218	Vigilância e segurança	2.100
02	020219	Assistência técnica	96.900
02	020220	Outros trabalhos especializados	153.279
02	020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	100
02	020222	Serviços de saúde	1.201
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	100
02	020225	Outros serviços	39.608
		Total do Capítulo Económico 02:	1.166.253
02	03	Juros e outros encargos	
02	0303	Juros de locação financeira	
02	030301	Terrenos	100

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	030302	Habitações	100
02	030303	Edifícios	100
02	030304	Construções diversas	100
02	030305	Material de transporte	100
02	030306	Material de informática	100
02	030307	Maquinaria e equipamento	100
02	030308	Outros investimentos	100
02	0304	Juros tributários	
02	030401	Indemnizatórios	100
02	030402	Outros	100
02	0305	Outros juros	
02	030502	Outros	100
02	0306	Outros encargos financeiros	
02	030601	Outros encargos financeiros	100
Total do Capítulo Económico 03:			1.200
02	04	Transferências correntes	
02	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
02	040101	Públicas	
02	04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100
02	040102	Privadas	100
02	0403	Administração central	
02	040301	Estado	100
02	040305	Serviços e fundos autónomos	100
02	0404	Administração regional	
02	040401	Região Autónoma dos Açores	100
02	040402	Região Autónoma da Madeira	100
02	0405	Administração local	
02	040501	Continente	
02	04050101	Municípios	100
02	04050102	Freguesias	100
02	04050103	Serviços autónomos da administração local	100
02	04050104	Associações de municípios	100
02	04050105	Associações de freguesias	100
02	04050106	Regiões de turismo	100
02	04050107	Assembleias distritais	100
02	04050108	Outros	100
02	0406	Segurança social	

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	100
02	040602	Outras transferências	100
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	100
02	0408	Famílias	
02	040802	Outras	48.050
Total do Capítulo Económico 04:			49.750
02	05	Subsídios	
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
02	050101	Públicas	
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100
02	05010102	Outras	100
02	050103	Privadas	100
02	0508	Famílias	
02	050803	Outras	100
Total do Capítulo Económico 05:			400
02	06	Outras despesas correntes	
02	0602	Diversas	
02	060201	Impostos e taxas	100
02	060202	Activos incorpóreos	100
02	060203	Outras	
02	06020301	Outras restituições	3.000
02	06020302	IVA pago	100
02	06020303	Diferenças de câmbio	100
02	06020304	Serviços bancários	500
02	06020305	Outras	5.000
Total do Capítulo Económico 06:			8.900
Total das Despesas Correntes:			2.022.853
02	07	Aquisição de bens de capital	
02	0701	Investimentos	
02	070103	Edifícios	
02	07010301	Instalações de serviços	8.610
02	070106	Material de transporte	8.803
02	070107	Equipamento de informática	89.938
02	070108	Software informático	2.015.853
02	070109	Equipamento administrativo	1.985
02	070110	Equipamento básico	1.000

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

ORÇAMENTO PARA O ANO 2015 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
02	070111	Ferramentas e utensílios	1.000
02	070115	Outros investimentos	377.007
Total do Capítulo Económico 07:			2.504.196
Total das Despesas de Capital:			2.504.196
Total do Capítulo Orgânico 02:			4.527.049
Total do Orçamento da Despesa:			4.534.549

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

6.8 Orçamento - Resumo por Capítulo

Resumo do orçamento por Capítulo para 2015

Receitas	Montante
01 Impostos directos	
02 Impostos indirectos	
03 Contribuições para Seg.Social,Cx.G.Aposent. e ADSE	
04 Taxas, multas e outras penalidades	
05 Rendimentos da propriedade	10.000
06 Transferências correntes	2.072.327
07 Venda de bens e serviços correntes	16.400
08 Outras receitas correntes	300
Total das Receitas Correntes	2.099.027
09 Venda de bens de investimento	
10 Transferências de capital	2.435.497
11 Activos financeiros	25
12 Passivos financeiros	
13 Outras receitas de capital	
14 Recursos próprios comunitários	
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	
16 Saldo da gerência anterior	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Receitas Capital	2.435.522

Despesas	Montante
01 Despesas com o pessoal	801.850
02 Aquisição de bens e serviços	1.168.253
03 Juros e outros encargos	1.200
04 Transferências correntes	49.750
05 Subsídios	400
06 Outras despesas correntes	8.900
Total das Despesas Correntes	2.030.353
07 Aquisição de bens de capital	2.504.196
08 Transferências de capital	
09 Activos financeiros	
10 Passivos financeiros	
11 Outras despesas de capital	
12 Operações extra-orçamentais	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Despesas de Capital	2.504.196

Total das Receitas: 4.534.549

Total das Despesas: 4.534.549

<p>ORGÃO EXECUTIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>

<p>ORGÃO DELIBERATIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>
--

6.9 Orçamento - Resumo por Classificação Económica

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2015)

Económica	Designação	Dotação
01	Despesas com o pessoal	801.850,00
0101	Remunerações certas e permanentes	629.100,00
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	263.000,00
01010401	Pessoal em Funções	257.000,00
01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	6.000,00
010106	Pessoal contratado a termo	189.500,00
01010601	Pessoal em funções	189.000,00
01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	500,00
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	12.300,00
010109	Pessoal em qualquer outra situação	38.450,00
01010901	Nomeação	37.950,00
01010902	Outros	500,00
010111	Representação	11.500,00
010113	Subsidio de refeição	30.100,00
01011301	Pessoal dos quadros	13.500,00
01011302	Pessoal contratado a termo	12.500,00
01011303	Pessoal em qualquer outra situação	4.100,00
010114	Subsídio de férias e de Natal	81.750,00
01011401	Pessoal dos quadros	43.850,00
01011402	Pessoal contratado a termo	31.550,00
01011403	Pessoal em qualquer outra situação	6.350,00
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2.500,00
0102	Abonos variáveis ou eventuais	11.200,00
010204	Ajudas de custo	1.700,00
010205	Abono para falhas	800,00
010212	Indemnizações por cessação de funções	500,00
010213	Outros suplementos e prémios	5.500,00
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	2.700,00
0103	Segurança social	161.550,00
010301	Encargos com a saúde	7.000,00
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	850,00
010305	Contribuições para a segurança social	148.700,00
01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200,00
01030502	Segurança social dos funcionários públicos	148.500,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	47.000,00
0103050202	Regime Geral	101.500,00
010309	Seguros	3.500,00
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	3.000,00
01030902	Seguros acidentes pessoais	500,00
010310	Outras despesas de segurança social	1.500,00
01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1.500,00
02	Aquisição de bens e serviços	1.168.253,00
0201	Aquisição de bens	30.480,00
020101	Matérias-primas e subsidiárias	100,00
020102	Combustíveis e lubrificantes	12.300,00
02010201	Gasolina	100,00
02010202	Gasóleo	12.000,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2015)

Económica	Designação	Dotação
02010299	Outros	200,00
020103	Munições, explosivos e artifícios	100,00
020104	Limpeza e higiene	360,00
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	100,00
020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	100,00
020107	Vestuário e artigos pessoais	100,00
020108	Material de escritório	5.000,00
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	100,00
020110	Produtos vendidos nas farmácias	100,00
020111	Material de consumo clínico	360,00
020112	Material de transporte-Peças	100,00
020113	Material de consumo hoteleiro	100,00
020114	Outro material-Peças	100,00
020115	Prémios, condecorações e ofertas	100,00
020116	Mercadorias para venda	300,00
02011601	Água	100,00
02011602	Electricidade	100,00
02011603	Outras	100,00
020117	Ferramentas e utensílios	360,00
020118	Livros e documentação técnica	200,00
020119	Artigos honoríficos e de decoração	400,00
020120	Material de educação, cultura e recreio	100,00
020121	Outros bens	10.000,00
0202	Aquisição de serviços	1.137.773,00
020201	Encargos das instalações	70.000,00
020202	Limpeza e higiene	12.000,00
020203	Conservação de bens	10.000,00
020204	Locação de edifícios	3.000,00
020205	Locação de material de informática	100,00
020206	Locação de material de transporte	100,00
020208	Locação de outros bens	31.000,00
020209	Comunicações	50.000,00
020210	Transportes	3.500,00
020211	Representação dos serviços	1.000,00
020212	Seguros	4.000,00
020213	Deslocações e estadas	15.853,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	588.727,00
020215	Formação	2.000,00
020216	Seminários, exposições e similares	24.388,00
020217	Publicidade	28.817,00
020218	Vigilância e segurança	2.100,00
020219	Assistência técnica	96.900,00
020220	Outros trabalhos especializados	153.279,00
020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	100,00
020222	Serviços de saúde	1.201,00
020224	Encargos de cobrança de receitas	100,00
020225	Outros serviços	39.608,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2015)

Económica	Designação	Dotação
03	Juros e outros encargos	1.200,00
0303	Juros de locação financeira	800,00
030301	Terrenos	100,00
030302	Habitacões	100,00
030303	Edifícios	100,00
030304	Construções diversas	100,00
030305	Material de transporte	100,00
030306	Material de informática	100,00
030307	Maquinaria e equipamento	100,00
030308	Outros investimentos	100,00
0304	Juros tributários	200,00
030401	Indemnizatórios	100,00
030402	Outros	100,00
0305	Outros juros	100,00
030502	Outros	100,00
0306	Outros encargos financeiros	100,00
030601	Outros encargos financeiros	100,00
04	Transferências correntes	49.750,00
0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	200,00
040101	Públicas	100,00
04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100,00
040102	Privadas	100,00
0403	Administração central	200,00
040301	Estado	100,00
040305	Serviços e fundos autónomos	100,00
0404	Administração regional	200,00
040401	Região Autónoma dos Açores	100,00
040402	Região Autónoma da Madeira	100,00
0405	Administração local	800,00
040501	Continente	800,00
04050101	Municípios	100,00
04050102	Freguesias	100,00
04050103	Serviços autónomos da administração local	100,00
04050104	Associações de municípios	100,00
04050105	Associações de freguesias	100,00
04050106	Regiões de turismo	100,00
04050107	Assembleias distritais	100,00
04050108	Outros	100,00
0406	Segurança social	200,00
040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	100,00
040602	Outras transferências	100,00
0407	Instituições sem fins lucrativos	100,00
040701	Instituições sem fins lucrativos	100,00
0408	Famílias	48.050,00
040802	Outras	48.050,00
05	Subsídios	400,00
0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	300,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2015)

Económica	Designação	Dotação
050101	Públicas	200,00
05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100,00
05010102	Outras	100,00
050103	Privadas	100,00
0508	Famílias	100,00
050803	Outras	100,00
06	Outras despesas correntes	8.900,00
0602	Diversas	8.900,00
060201	Impostos e taxas	100,00
060202	Activos incorpóreos	100,00
060203	Outras	8.700,00
06020301	Outras restituições	3.000,00
06020302	IVA pago	100,00
06020303	Diferenças de câmbio	100,00
06020304	Serviços bancários	500,00
06020305	Outras	5.000,00
	Total das Despesas Correntes:	2.030.353,00
07	Aquisição de bens de capital	2.504.196,00
0701	Investimentos	2.504.196,00
070103	Edifícios	8.610,00
07010301	Instalações de serviços	8.610,00
070106	Material de transporte	8.803,00
070107	Equipamento de informática	89.938,00
070108	Software informático	2.015.853,00
070109	Equipamento administrativo	1.985,00
070110	Equipamento básico	1.000,00
070111	Ferramentas e utensílios	1.000,00
070115	Outros investimentos	377.007,00
	Total das Despesas de Capital:	2.504.196,00
	Total do Orçamento da Despesa:	4.534.549,00

**6.10 Orçamento - Resumo por
Classificação Orgânica**

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
Resumo da Despesa por Classificação Orgânica (2015)

	Orgânica	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
01	Assembleia Intermunicipal	7.500,00	0,00	7.500,00
02	Comunidade Intermunicipal	2.022.853,00	2.504.196,00	4.527.049,00
	Total Geral:	2.030.353,00	2.504.196,00	4.534.549,00

6.11 Orçamento (Valor em GOP e EXTRA-GOP)

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2015

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
01		Assembleia Intermunicipal	7.500,00	0,00	7.500,00
01		DESPESAS CORRENTES	7.500,00	0,00	7.500,00
01	01	Despesas com o pessoal	5.500,00	0,00	5.500,00
01	0102	Abonos variáveis ou eventuais	5.500,00	0,00	5.500,00
01	010213	Outros suplementos e prémios	5.500,00	0,00	5.500,00
01	02	Aquisição de bens e serviços	2.000,00	0,00	2.000,00
01	0202	Aquisição de serviços	2.000,00	0,00	2.000,00
01	020213	Deslocações e estadas	2.000,00	0,00	2.000,00
02		Comunidade Intermunicipal	1.030.349,00	3.496.700,00	4.527.049,00
02		DESPESAS CORRENTES	1.030.349,00	992.504,00	2.022.853,00
02	01	Despesas com o pessoal	786.493,00	9.857,00	796.350,00
02	0101	Remunerações certas e permanentes	629.100,00	0,00	629.100,00
02	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	263.000,00	0,00	263.000,00
02	01010401	Pessoal em Funções	257.000,00	0,00	257.000,00
02	01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	6.000,00	0,00	6.000,00
02	010106	Pessoal contratado a termo	189.500,00	0,00	189.500,00
02	01010601	Pessoal em funções	189.000,00	0,00	189.000,00
02	01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	500,00	0,00	500,00
02	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	12.300,00	0,00	12.300,00
02	010109	Pessoal em qualquer outra situação	38.450,00	0,00	38.450,00
02	01010901	Nomeação	37.950,00	0,00	37.950,00
02	01010902	Outros	500,00	0,00	500,00
02	010111	Representação	11.500,00	0,00	11.500,00
02	010113	Subsídio de refeição	30.100,00	0,00	30.100,00
02	01011301	Pessoal dos quadros	13.500,00	0,00	13.500,00
02	01011302	Pessoal contratado a termo	12.500,00	0,00	12.500,00
02	01011303	Pessoal em qualquer outra situação	4.100,00	0,00	4.100,00
02	010114	Subsídio de férias e de Natal	81.750,00	0,00	81.750,00
02	01011401	Pessoal dos quadros	43.850,00	0,00	43.850,00
02	01011402	Pessoal contratado a termo	31.550,00	0,00	31.550,00
02	01011403	Pessoal em qualquer outra situação	6.350,00	0,00	6.350,00
02	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	2.500,00	0,00	2.500,00
02	0102	Abonos variáveis ou eventuais	5.700,00	0,00	5.700,00
02	010204	Ajudas de custo	1.700,00	0,00	1.700,00
02	010205	Abono para falhas	800,00	0,00	800,00
02	010212	Indemnizações por cessação de funções	500,00	0,00	500,00
02	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	2.700,00	0,00	2.700,00
02	0103	Segurança social	151.693,00	9.857,00	161.550,00
02	010301	Encargos com a saúde	7.000,00	0,00	7.000,00
02	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	850,00	0,00	850,00
02	010305	Contribuições para a segurança social	138.843,00	9.857,00	148.700,00
02	01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	200,00	0,00	200,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2015

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	01030502	Segurança social dos funcionários públicos	138.643,00	9.857,00	148.500,00
02	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	47.000,00	0,00	47.000,00
02	0103050202	Regime Geral	91.643,00	9.857,00	101.500,00
02	010309	Seguros	3.500,00	0,00	3.500,00
02	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	3.000,00	0,00	3.000,00
02	01030902	Seguros acidentes pessoais	500,00	0,00	500,00
02	010310	Outras despesas de segurança social	1.500,00	0,00	1.500,00
02	01031001	Eventualidade, maternidade, paternidade e adopção	1.500,00	0,00	1.500,00
02	02	Aquisição de bens e serviços	230.745,00	935.508,00	1.166.253,00
02	0201	Aquisição de bens	28.480,00	2.000,00	30.480,00
02	020101	Matérias-primas e subsidiárias	100,00	0,00	100,00
02	020102	Combustíveis e lubrificantes	12.300,00	0,00	12.300,00
02	02010201	Gasolina	100,00	0,00	100,00
02	02010202	Gasóleo	12.000,00	0,00	12.000,00
02	02010299	Outros	200,00	0,00	200,00
02	020103	Munições, explosivos e artificios	100,00	0,00	100,00
02	020104	Limpeza e higiene	360,00	0,00	360,00
02	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	100,00	0,00	100,00
02	020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	100,00	0,00	100,00
02	020107	Vestuário e artigos pessoais	100,00	0,00	100,00
02	020108	Material de escritório	5.000,00	0,00	5.000,00
02	020109	Produtos químicos e farmacêuticos	100,00	0,00	100,00
02	020110	Produtos vendidos nas farmácias	100,00	0,00	100,00
02	020111	Material de consumo clínico	360,00	0,00	360,00
02	020112	Material de transporte-Peças	100,00	0,00	100,00
02	020113	Material de consumo hoteleiro	100,00	0,00	100,00
02	020114	Outro material-Peças	100,00	0,00	100,00
02	020115	Prémios, condecorações e ofertas	100,00	0,00	100,00
02	020116	Mercadorias para venda	300,00	0,00	300,00
02	02011601	Água	100,00	0,00	100,00
02	02011602	Electricidade	100,00	0,00	100,00
02	02011603	Outras	100,00	0,00	100,00
02	020117	Ferramentas e utensílios	360,00	0,00	360,00
02	020118	Livros e documentação técnica	200,00	0,00	200,00
02	020119	Artigos honoríficos e de decoração	400,00	0,00	400,00
02	020120	Material de educação, cultura e recreio	100,00	0,00	100,00
02	020121	Outros bens	8.000,00	2.000,00	10.000,00
02	0202	Aquisição de serviços	202.265,00	933.508,00	1.135.773,00
02	020201	Encargos das instalações	70.000,00	0,00	70.000,00
02	020202	Limpeza e higiene	12.000,00	0,00	12.000,00
02	020203	Conservação de bens	10.000,00	0,00	10.000,00
02	020204	Locação de edifícios	3.000,00	0,00	3.000,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2015

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	020205	Locação de material de informática	100,00	0,00	100,00
02	020206	Locação de material de transporte	100,00	0,00	100,00
02	020208	Locação de outros bens	2.303,00	28.697,00	31.000,00
02	020209	Comunicações	46.960,00	3.040,00	50.000,00
02	020210	Transportes	3.500,00	0,00	3.500,00
02	020211	Representação dos serviços	1.000,00	0,00	1.000,00
02	020212	Seguros	4.000,00	0,00	4.000,00
02	020213	Deslocações e estadas	2.202,00	11.651,00	13.853,00
02	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	8.100,00	580.627,00	588.727,00
02	020215	Formação	2.000,00	0,00	2.000,00
02	020216	Seminários, exposições e similares	0,00	24.388,00	24.388,00
02	020217	Publicidade	3.000,00	25.817,00	28.817,00
02	020218	Vigilância e segurança	2.100,00	0,00	2.100,00
02	020219	Assistência técnica	21.900,00	75.000,00	96.900,00
02	020220	Outros trabalhos especializados	7.000,00	146.279,00	153.279,00
02	020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	100,00	0,00	100,00
02	020222	Serviços de saúde	0,00	1.201,00	1.201,00
02	020224	Encargos de cobrança de receitas	100,00	0,00	100,00
02	020225	Outros serviços	2.800,00	36.808,00	39.608,00
02	03	Juros e outros encargos	1.200,00	0,00	1.200,00
02	0303	Juros de locação financeira	800,00	0,00	800,00
02	030301	Terrenos	100,00	0,00	100,00
02	030302	Habitações	100,00	0,00	100,00
02	030303	Edifícios	100,00	0,00	100,00
02	030304	Construções diversas	100,00	0,00	100,00
02	030305	Material de transporte	100,00	0,00	100,00
02	030306	Material de informática	100,00	0,00	100,00
02	030307	Maquinaria e equipamento	100,00	0,00	100,00
02	030308	Outros investimentos	100,00	0,00	100,00
02	0304	Juros tributários	200,00	0,00	200,00
02	030401	Indemnizatórios	100,00	0,00	100,00
02	030402	Outros	100,00	0,00	100,00
02	0305	Outros juros	100,00	0,00	100,00
02	030502	Outros	100,00	0,00	100,00
02	0306	Outros encargos financeiros	100,00	0,00	100,00
02	030601	Outros encargos financeiros	100,00	0,00	100,00
02	04	Transferências correntes	2.611,00	47.139,00	49.750,00
02	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	200,00	0,00	200,00
02	040101	Públicas	100,00	0,00	100,00
02	04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100,00	0,00	100,00
02	040102	Privadas	100,00	0,00	100,00
02	0403	Administração central	200,00	0,00	200,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2015

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	040301	Estado	100,00	0,00	100,00
02	040305	Serviços e fundos autónomos	100,00	0,00	100,00
02	0404	Administração regional	200,00	0,00	200,00
02	040401	Região Autónoma dos Açores	100,00	0,00	100,00
02	040402	Região Autónoma da Madeira	100,00	0,00	100,00
02	0405	Administração local	800,00	0,00	800,00
02	040501	Continente	800,00	0,00	800,00
02	04050101	Municípios	100,00	0,00	100,00
02	04050102	Freguesias	100,00	0,00	100,00
02	04050103	Serviços autónomos da administração local	100,00	0,00	100,00
02	04050104	Associações de municípios	100,00	0,00	100,00
02	04050105	Associações de freguesias	100,00	0,00	100,00
02	04050106	Regiões de turismo	100,00	0,00	100,00
02	04050107	Assembleias distritais	100,00	0,00	100,00
02	04050108	Outros	100,00	0,00	100,00
02	0406	Segurança social	200,00	0,00	200,00
02	040601	Sistemas de solidariedade e segurança social	100,00	0,00	100,00
02	040602	Outras transferências	100,00	0,00	100,00
02	0407	Instituições sem fins lucrativos	100,00	0,00	100,00
02	040701	Instituições sem fins lucrativos	100,00	0,00	100,00
02	0408	Famílias	911,00	47.139,00	48.050,00
02	040802	Outras	911,00	47.139,00	48.050,00
02	05	Subsídios	400,00	0,00	400,00
02	0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	300,00	0,00	300,00
02	050101	Públicas	200,00	0,00	200,00
02	05010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	100,00	0,00	100,00
02	05010102	Outras	100,00	0,00	100,00
02	050103	Privadas	100,00	0,00	100,00
02	0508	Famílias	100,00	0,00	100,00
02	050803	Outras	100,00	0,00	100,00
02	06	Outras despesas correntes	8.900,00	0,00	8.900,00
02	0602	Diversas	8.900,00	0,00	8.900,00
02	060201	Impostos e taxas	100,00	0,00	100,00
02	060202	Activos incorpóreos	100,00	0,00	100,00
02	060203	Outras	8.700,00	0,00	8.700,00
02	06020301	Outras restituições	3.000,00	0,00	3.000,00
02	06020302	IVA pago	100,00	0,00	100,00
02	06020303	Diferenças de câmbio	100,00	0,00	100,00
02	06020304	Serviços bancários	500,00	0,00	500,00
02	06020305	Outras	5.000,00	0,00	5.000,00
02		DESPESAS DE CAPITAL	0,00	2.504.196,00	2.504.196,00
02	07	Aquisição de bens de capital	0,00	2.504.196,00	2.504.196,00

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2015

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
02	0701	Investimentos	0,00	2.504.196,00	2.504.196,00
02	070103	Edifícios	0,00	8.610,00	8.610,00
02	07010301	Instalações de serviços	0,00	8.610,00	8.610,00
02	070106	Material de transporte	0,00	8.803,00	8.803,00
02	070107	Equipamento de informática	0,00	89.938,00	89.938,00
02	070108	Software informático	0,00	2.015.853,00	2.015.853,00
02	070109	Equipamento administrativo	0,00	1.985,00	1.985,00
02	070110	Equipamento básico	0,00	1.000,00	1.000,00
02	070111	Ferramentas e utensílios	0,00	1.000,00	1.000,00
02	070115	Outros investimentos	0,00	377.007,00	377.007,00
Total geral:			1.037.849,00	3.496.700,00	4.534.549,00

ORGÃO EXECUTIVO
 Em de de

ORGÃO DELIBERATIVO
 Em de de
